

19 JUN 1987

CARTA DE BRASÍLIA REIVINDICAÇÕES DOS PREFEITOS AO GOVERNO E À CONSTITUINTE

Reunidos no Seminário Sobre Reforma Tributária promovido pelo Correio Braziliense, no Senado Federal, Prefeitos de todas as regiões do País decidiram encaminhar à Assembleia Nacional Constituinte e ao Governo Federal as seguintes reivindicações, para amenizar a gravíssima crise econômico-financeira em que se encontram. E também estabelecer, para o futuro, condições administrativas compatíveis com o papel dos Municípios como membros efetivos da Federação, agentes de desenvolvimento e responsáveis pela prestação dos serviços públicos básicos à população brasileira:

I — LIBERAÇÃO DE RECURSOS

Vítimas do Plano Cruzado, as Prefeituras elaboraram seus orçamentos de acordo com a previsão oficial de inflação baixa, com o objetivo de não onerar a população e auxiliar o Governo Federal a evitar a escalada inflacionária. Em função disso, suas receitas mantêm-se estáveis, enquanto a inflação disparou. Agora, as Prefeituras já não conseguem pagar o gatilho salarial a seus servidores, apesar de defenderem esta sistemática de reajuste como legítima e justa. Portanto, é absolutamente necessário que sejam liberados recursos de emergência às Prefeituras, para que não sejam obrigadas a provocar um agravamento da crise social em todo o País, de conseqüências imprevisíveis.

II — RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS

As Prefeituras assinalam que, se não têm recursos para sequer pagar ao funcionalismo, também não podem amortizar suas dívidas interna e externa. Diante dessa situação, solicitam a renegociação de seus débitos junto à rede bancária estatal e privada, com um ano de carência antes de retomarem os pagamentos.

III — REESTUDO DO ISS

Reivindicam que a Constituinte promova um reestudo da importância do ISS nos orçamentos municipais, assinalando que a análise feita pela Subcomissão de Tributos precisa ser melhor avaliada, já que constatou que apenas 120 Municípios terão prejuízos com a adoção da nova sistemática tributária prevista nos trabalhos até

agora realizados pelos parlamentares. E lembraram que parte significativa da população brasileira está justamente nesses 120 Municípios, cuja população tem aumentado em progressão geométrica e só tende a continuar se elevando.

IV — AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

As Prefeituras solicitam também aos Constituintes que voltem a analisar a proposta do deputado Raul Ferraz, bastante demonstrativa da importância administrativa dos Municípios. Na justificativa de sua proposição, o parlamentar explica por que na grande maioria das nações não existe administração intermediária entre o Governo central e os Municípios. Nos países em que existem os Estados, salvo raríssimas exceções, tal fato se justifica por problemas raciais, diferença de língua ou divergências políticas, como lutas separatistas. Mesmo nos Estados Unidos, uma das exceções, os Municípios são tidos como mais importantes do que os Estados, que têm receita tributária inferior à das Prefeituras norte-americanas.

V — DISTRIBUIÇÃO DE ENCARGOS

Os serviços de saúde, ensino básico, habitação popular, água e esgoto devem ficar na responsabilidade das Prefeituras, que têm melhores condições de providenciar tal atendimento. No caso da saúde, por exemplo, nada menos que cinco órgãos dedicam-se a tal serviço: os Ministérios da Saúde e Previdência, as Secretarias Estaduais de Saúde, os hospitais universitários e as Prefeituras. São gastos recursos demais e a população é mal atendida.

VI — APOIO À EXPORTAÇÃO

Acentuam as Prefeituras que é necessário analisar mais cuidadosamente a situação dos Municípios que abrigam atividades voltadas à exportação, seja de produtos agrícolas ou industriais. A atual isenção de ICM para exportação está prejudicando tais Municípios, que são obrigados a garantir os serviços de infra-estrutura e apoio aos exportadores, nem qualquer contrapartida.

VII — DIVISÃO DE IMPOSTOS

As Prefeituras solicitam aos Constituintes que reexaminem a proposta do deputado Irajá Rodrigues, que promove uma maior simplificação da sistemática tributária, fixando também a arrecadação mais rápida e direta dos impostos, beneficiando os Estados e Municípios. A proposição estabelece, ainda, percentuais compatíveis, destinando 34% da arrecadação à União, 33% aos Estados e 33% aos Municípios — reivindicação constante na Carta de Princípios firmada em São Paulo, a 23 de abril de 1987, pelas entidades nacionais de representação dos Municípios e de cooperação técnica.

VIII — PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE

Reivindicam, ainda, compensações aos Municípios produtores de minerais, cuja extração provoque consideráveis agressões ao meio ambiente, assim como aos Municípios que abriguem atividades industriais poluentes.

IX — CADASTRO DOS SERVIDORES

As Prefeituras recomendam aos Constituintes que volte a ser analisada a proposta do deputado Gustavo de Faria, no sentido da criação do Cadastro Nacional dos Servidores Públicos e Assemblados, nos moldes do sistema adotado pela Receita Federal no controle dos contribuintes do Imposto de Renda. Gerido pela Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, tal cadastro evitaria a acumulação de cargos públicos, já proibida na Constituição atual e em anteriores, mas jamais cumprida, devido à inexistência de um mecanismo fiscalizador. Segundo o deputado Gustavo de Faria, o Ministério da Administração calcula que tal cadastro evitaria a acumulação de aproximadamente 600 mil cargos públicos.

X — MEMBRO DA FEDERAÇÃO

Reivindicam, ainda, que o Município passe a ser reconhecido como parte integrante da Federação, sendo criado, na forma de lei complementar federal, por lei complementar estadual.



Sem a reforma, será o fim

Não há opção entre reforma tributária e o fim do Brasil

"O Brasil é a soma do trabalho de seus Municípios, atrapalhada pela fantasia da União e dos Estados", afirma um estudioso das relações entre os administradores municipais, federais e estaduais. Em que pese qualquer exagero na definição, ela reflete a realidade dos nossos dias, com os Municípios trabalhando, produzindo riquezas e pagando taxas e impostos e a União e os Estados agindo como se fossem causa de tudo, quando não passam de efeito.

Há um outro conceito a ser citado neste preâmbulo: "Somente o município existe; União e Estado não passam de abstrações juridico-burocráticas". Na sua aparente simplicidade, a idéia caracteriza perfeitamente a ordenação social, que antecede a política, o que não é levado na devida conta, quando da imposição de impostos, da arrecadação e do repasse. Acrescente-se que tal deformação política se faz sempre em prejuízo dos municípios, exatamente para mantê-los em estado de dependência econômica.

Pela excessiva importância dada ao Governo Federal, o Brasil vive de costas viradas para a verdade; é o sonhador que se recusa a colocar os pés no chão; o romântico que constrói pontes entre o nada e coisa alguma; o burocrata que delira com a possibilidade de escalar montanhas de papel; o tecnocrata que imagina alimentar o povo com cifras; o político realizado por falar bonito, ser eleito e continuar a apenas falar; o legislador que não vê grandeza em cumprir exatamente a sua tarefa, de codificar os usos e costumes do povo; o magistrado que jamais coloca na cadeia o grande ladrão e aplica friamente a lei a criminosos também vítima de pobreza.

O Brasil que aí está é uma grande mentira.

Mentira laboriosamente construída a partir de 64, com a continuada e excessiva concentração de poderes nas mãos dos salva-pátrias, pois assim se imaginaram aqueles guindados à Presidência da República. Tais homens providenciais se julgaram os donos da verdade; os demais eram incompetentes ou desonestos; e assim se arrogaram todas as tarefas, até mesmo determinar se Conceição de Mato Dentro merece a construção de uma rede de água ou se o BNH deve financiar a instalações de esgotos em Duque de Caxias.

Não é admissível que, sem um plebiscito, sem qualquer consulta aos poderes municipais, a União decida instalar usinas atômicas na cabeceira da cama de toda uma população, como fez em Angra dos Reis; ou construir um aeroporto sujeito aos humores do tempo, como acontece em Guarulhos, São Paulo.

Falar dos problemas dos Municípios é contar a luta de abnegados Prefeitos, homens que trabalham em média 14 horas diárias, lutando contra a imobilidade da União, cujos burocratas pretendem determinar normas domésticas para cidades distantes mais de mil quilômetros de seus refrigerados gabinetes: E contar como tais Prefeitos arrostam a justificada incompreensão do povo, que não pode admitir que a União tenha administradores suficientemente capazes de mandar máquinas para recuperar estradas em pleno período de chuvas — e isso acontece todos os dias.

Para cada grande município-

cidade do Brasil há dezenas de pequenos municípios. E eles são os grandes esquecidos do Brasil, embora contribuam com a maior parcela das riquezas produzidas pela Nação — é a tal história do feixe de varas. Os problemas de tais municípios, entretanto, não chegam ao conhecimento dos órgãos formadores de opinião, sempre instalados nas grandes cidades, em Brasília, as Capitais dos Estados. Desta forma, o povo conhece apenas a opinião do Brasil de costas para a verdade, a versão do que não existe, União e Estados.

O Brasil verdade nos conta não existir Município algum com população plenamente atendida por esgotos; com todas as casas servidas por água tratada e encanada; com redes escolares que atendam a todas as crianças entre os 7 e 14 anos; com assistência médica do Inamps; com pontes, estradas — de rodagem ou de ferro — e redes de energia plenamente conservadas pela União e Estados; que receba corretamente o repasse de impostos e taxas que seja consultado pela União ou Estado sobre as obras que mais lhe convenha.

São questões quase sempre esquecidas.

Agora mesmo, o Presidente José Sarney, ao anunciar medidas de contenção de despesas do Governo federal, falou da suspensão de uma série de obras. Com a medida, ele não atingiu o Brasil (abstração jurídica), mas um número infundável de Municípios. Sabe-se que o Presidente, antes de decretar a suspensão de tais obras, consultou Parlamentares e Governadores. Não ouviu, porém, os mais atingidos pelas medidas: os Prefeitos. Nenhuma autoridade se deu ao cuidado de ir aos Municípios que perderam tais obras, para saber como seus moradores aceitaram as decisões do Presidente Sarney.

O uso do cigarro acostuma com seu cheiro até quem não fuma. Da mesma forma, aceitamos passivamente o massacre dos Municípios, a lenta agonia das Municipalidades, a imposição da fantasia tecno-burocrática. Por desconhecimento da verdade, talvez até por não imaginá-la, as pessoas se mantêm silenciosas ante a continuada insistência da União em preservar seus privilégios, o maior dos quais é exatamente usufruir a quase totalidade das riquezas produzidas pelos Municípios, em prejuízo de seus moradores. E com tal poder de coerção que a União orquestra o despotismo burocrático, expresso na manipulação de verbas — via estatísticas defasadas do IBGE, inclusive sobre o número de habitantes — e no atraso dos repasses, desvalorizados pela inflação mensal de 20 a 30%.

Toda ajuda da União ao município é paliativa, serve apenas aos interesses do Poder Central sempre muito interessado em manter sob suas rédeas cada centavo arrecadado, ainda que no mais distante Município. Não por acaso: com as chaves do cofre, controla-se os Municípios. E isso explica por que, agora mesmo, todo o Governo federal está empenhado em impedir que a Constituinte reponha a dignidade das municipalidades em seu lugar.

Fora da autonomia municipal, de uma verdadeira reforma tributária, não há salvação para o Brasil.

JOSE NUNES.



É nos Municípios, é com poder local, é com as comunidades que está a solução

GOVERNADOR ORESTES QUERCIA

A Frente Municipalista, que teve a honra de organizar e presidir, é um movimento político suprapartidário e nacional que conseguiu avançar na luta pela valorização do poder local. Realizamos duas reformas tributárias — uma no final do Governo do General Figueiredo, em 1984, e outra no Governo Sarney, em 1985.

Essas reformas salvaram da inadimplência milhares de Prefeituras brasileiras, que não tinham condições sequer de pagar os seus funcionários, e permitiram que os municípios tivessem recursos adicionais suficientes para minorar a dureza da vida das classes mais pobres e marginalizadas.

Os Governos municipais, segundo o municipalismo, devem ser os responsáveis diretos pelas necessidades mais urgentes e mais imediatas das suas comunidades, por uma questão de bom senso: são os Prefeitos e os Vereadores os que mais entendem das necessidades das

suas comunidades. E também por uma questão política: a administração local permite como nenhum outro nível de governo, a participação efetiva da comunidade, pois a distância entre autoridades e cidadãos no Município é mínima.

Mas não defendemos apenas mais recursos para os Municípios. Queremos também maiores atribuições legais e encargos. A educação fundamental, o controle do trânsito local, a segurança das pessoas e do patrimônio, a assistência médica mais simples e outras questões devem ser, responsabilidades municipais.

A hipertrofia do poder central, do Governo federal, favorece a manipulação do poder político, estimula a corrupção e protege a incompetência administrativa. Pior ainda: o tamanho exagerado do Executivo federal torna inviável o equilíbrio entre os poderes da República, com graves prejuízos para o funcionamento do regime democrático representativo.

Nossa luta maior será na

Constituinte. Estamos trabalhando em todo o Brasil para eleger Deputados Federais e Senadores comprovadamente comprometidos com os princípios municipalistas. Nossa idéia é resgatar o conceito e a prática da Federação. Queremos o poder mais fiscalizável pelo cidadão, que assim terá condições de crescer politicamente, amadurecendo o exercício do voto e praticando o direito de participação.

Os Municípios paulistas, em 1986, contabilizam recursos novos e garantidos pelas reformas tributárias da Frente Municipalista da ordem de três bilhões de cruzados.

Esta soma apreciável, além de permitir a continuidade dos trabalhos das Prefeituras, principalmente das pequenas, que não têm fontes de receita próprias, está possibilitando a instalação de postos de saúde, a contratação de médicos e dentistas, a implantação de vacas mecânicas para produção de leite de soja a preços mínimos e a concretização de inúmeras outras iniciativas sociais.

Constituição vai redimir a ação municipal no País

Depois de ter exercido durante dez meses, como interino, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, o ex-Governador Ramez Tebet está na expectativa de vir a assumir outro cargo importante: a Presidência da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Tebet, que deixou a administração estadual em 15 de março último, está esperando o convite do presidente José Sarney para dirigir o órgão, vinculado ao Ministério do Interior e que tem a função de promover o desenvolvimento econômico e social da Região do Centro-Oeste. "A dinâmica de um homem público passa por não poder estacionar no tempo, em estar sempre acompanhando a evolução dos acontecimentos e em dar sua parcela de contribuição", frisou o ex-Governador, acentuando que continua, mesmo fora do Governo, a exercer suas atividades políticas.

"Foi uma grande satisfação ter tido a oportunidade de governar o povo do meu Estado. Já que era Vice-Governador do Estado e o meu partido, o PMDB, entendeu que eu deveria assumir o

Governo, eu o fiz com a maior satisfação e tenho a sensação do dever cumprido", ressaltou Ramez Tebet, que participou ativamente, como Governador, da campanha eleitoral da Aliança Democrática e compareceu a todos os comícios realizados, visitando 62 dos 65 Municípios de Mato Grosso do Sul. "Um homem público tem sempre que atender quando é chamado para exercer uma função, e a Sudeco é um importante órgão de desenvolvimento da Região Centro-Oeste", disse o ex-Governador Ramez Tebet, que deverá assumir o órgão assim que seu atual Presidente, Antônio Mendes Canalli, tomar posse no Senado Federal.

MOMENTO DE CONSTITUINTE

"O fortalecimento da Federação passa necessariamente pelo fortalecimento dos Estados e dos Municípios e muito se tem falado em uma reforma tributária, onde eu acredito que nós vamos avançar muito nesse sentido. Eu acredito na descentralização, que vai fortalecer mais os Estados e os Municípios. Mas esta descentralização passa por uma des-

centralização político-administrativa e também por uma descentralização financeira, uma maior autonomia financeira para os Municípios e os Estados", disse o ex-governador Ramez Tebet ao tecer comentários sobre a questão da reforma tributária e a Constituinte.

No seu entender, os Constituintes tem dado o melhor de si na elaboração da futura Constituição. "Alguns amigos meus, que são Constituintes, me contam que têm trabalhado até de madrugada, nos fins de semana, e que o número de emendas e de propostas que a Constituinte tem recebido é uma coisa fantástica", disse Ramez Tebet, que acredita que a próxima Constituição, "se não for a ideal, vai ser a melhor possível". Entretanto, ele volta a destacar que uma das tarefas principais da Constituinte é elaborar uma reforma tributária, pois o ex-governador do Mato Grosso do Sul acha que "esta reforma é algo da consciência nacional e cumpre agora compatibilizar pragmaticamente aquilo que é possível fazer para dar maior autonomia política e financeira aos nossos Municípios".

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara. E se mais mundo houvera, ia chegara CAMOES, e. VII e 14.

Diretor-Geral Paulo Cabral de Araujo
Diretor-Superintendente Edilson Cid Varela

Diretor Responsável Ari Cunha (Licenciado)
Editor Geral Ronaldo Martins Junqueira

Gerente Geral Alberto de Sá Filho
Gerente Financeiro Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial Mauricio Dinepi

Coordenação José Nunes

Administração, Redação e Oficinas: Setor de Industrias Gráficas - Quadra 2, Lotes 300/350 - CEP - 70610; Rede Interna: 226-1755 - Sucursais: SÃO PAULO: Rua Desembargador Joaquim Celidônio, 50. Tel: 212-8726. Diretor: Tão Gomes Pinto; GOIÂNIA: Rua 2, n.º 253 Centro. Tel: 224-5389. ANAPOLIS: Rua Descobridor Jayme, n.º 100, sala 103, tel: 324-5307. Diretor: Raul Ferreira de Assis; REPRESENTANTES: Rio: SIMA. Rua Almirante Gomes Pereira, 72, tel: 541-6687, Urca; São Paulo: Rua Caio Prado, 211, tel: 2311822; Belo Horizonte: Cavalcante Representações, Rua Bahia 1.148, sala 630, fone: 226-4648, para assina-

turas e venda avulsa. Preços do exemplar: Distrito Federal, Geoeconômica e Goiás Cz\$ 10,00 dias úteis e Cz\$ 15,00 aos domingos; outros Estados Cz\$ 15,00 dias úteis e Cz\$ 20,00 aos domingos. Assinatura semestral: Distrito Federal e Goiás a domicílio e outros Estados: porte simples Cz\$ 1.800,00. Quando via aérea será acrescentado da tarifa postal correspondente. Os serviços noticiosos e radiofotos são fornecidos pelas agências: ANDA, GLOBO, EBN, SPORT PRESS, AFP, UPI e ANSA. Telex: (061) 2777 - Comercial (061) 1727.

ANJ - Associação Nacional dos Jornais.



SANTO ANTÔNIO LEVERGER

Das desmedidas distâncias às verbas demasiado curtas

Os 42 mil quilômetros quadrados do município de Santo Antônio de Leverger encontram uma contrapartida perniciosa no conteúdo dos cofres da Prefeitura, sempre vazios — segundo uma sabia regra, os polos opostos se atraem. Desta forma, a desmedida extensão territorial justifica a desmedida pobreza dos cofres municipais, para tristeza e frustração do Prefeito Edson Gonçalves, um especialista em recolhimento de impostos, eleito pelo PDS mato-grossense, que não está nem um pouco arrependido de se manter fiel ao partido, apesar de, antes das eleições de novembro último, haver sido "namorado" para trocar de legenda.

Naquela época, poderíamos ter pedido filiação ao PMDB, mas preferimos aguardar os acontecimentos. Posso dizer agora que agi acertadamente, pois, após o fracasso do Plano Cruzado, seguido pelos desastrosos e perplexidade do Governo Federal, parece que o povo começa a descobrir que o PDS estava certo em muitas de suas posições. Pode ser que, no futuro, eu atreque de Partido, mas no momento não penso nisso. Até porque, em qualquer eleição, o homem prepondera sobre a sigla partidária.

Antes de ser eleito, Edson Gonçalves trabalhava como fiscal, na Secretaria de Fazenda do Estado, para onde pretende voltar ao fim de seu mandato, bem mais experiente no que se refere aos problemas de arrecadação, questão que passa até pelo IBGE, responsável pela apuração do número de habitantes em cada município, dado que indica o seu percentual no repasse dos impostos recolhidos. Santo Antônio Leverger tem cerca de 20 mil almas, mas segundo o IBGE elas não passam de 16 mil.

ESTRADAS, UM DESAFIO

Produtor de soja, milho, arroz e feijão, o município está condicionado a determinantes variáveis, muitas das quais seriam eliminadas se o Estado e a União oticiassem um mínimo de assistência técnica aos produtores, conforme se deduz das explicações de Edson Gonçalves.

Bom, já tivemos muita plantação de arroz, mas havia o problema do combate à praga, sempre muito difícil. Não bastasse isso, dependíamos de chuva, e ela às vezes era escassa e prejudicava o rendimento da lavoura. Por tudo isso, a soja começa a superar todas as outras espécies agrícolas, por ser muito resistente.

De qualquer forma, o Prefeito, a cada colheita, enfrenta um problema de dimensões assustadoras, levando-se em consideração os meios com que conta a Municipalidade.



O Prefeito de Santo Antônio Leverger, Edson Gonçalves, diz que o PDS estava certo em muitas de suas posições, principalmente após o fracasso do Plano Cruzado

— Toda riqueza que brota do chão exige transporte e armazenagem, o que somente existe na cidade, zona de comercialização. Assim, a lavoura implica na construção e conservação de estradas. Com as verbas da Prefeitura, não tenho condições de construir estrada alguma, mal posso pensar em melhorar este ou aquele pequeno trecho. Então, dependendo da ajuda do Estado para o trabalho pesado.

Pesadíssimo, seria mais certo dizer, pois o município enfrenta com o Pantanal, em algumas áreas a conservação das estradas e trabalho que deve obedecer ao sabor das águas, sempre dispostas a destruir tudo aquilo que signifique barreiras a sua expansão.

— Não tenho qualquer problema em pedir ajuda ao Governador. Apesar de sermos de partidos adversários, deve prevalecer o interesse do Estado, que fica com a parte do leão no recolhimento do ICM sobre todo o cereal comercializado. Então, nada mais justo que o Governo Estadual contribua de todas as formas para o escoamento das safras, única forma de as mesmas serem vendidas. Ao município, do ICM, cabem apenas 20%. Diante de tal parcela, é fácil imaginar que eu não posso consertar

a ponte que foi destruída pelas águas ou o asfalto levado por uma enchente — explica o Prefeito.

MEDICINA NA ESCOLA

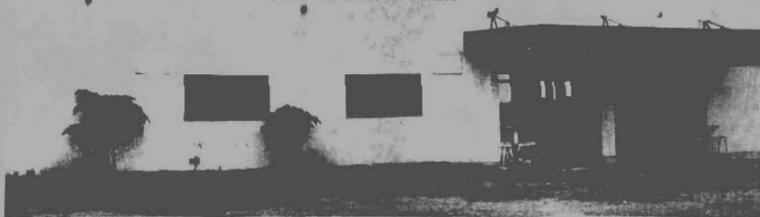
Somente na administração de Edson Gonçalves a Municipalidade passou a contar com a Secretaria de Saúde.

— Eu sou obrigado a reconhecer que a nossa assistência médica funciona de forma muito deficiente, até porque temos apenas dois postos de saúde. Um deles, em Mimoso, terra do Marechal Rondon; e outro em Caipe, distante 250 quilômetros. A realidade é que não temos dinheiro suficiente para a construção de postos de saúde em cada distrito, menos ainda mantê-los funcionando a semana inteira. Tivemos de usar a cabeça para resolver este problema.

O Prefeito conseguiu atender a todos estabelecendo uma espécie de medicina itinerante, com dois médicos e um dentista.

— Na segunda e na terça, na quarta e na quinta, na sexta e no sábado. Esta é a escala de visitas aos distritos. Onde não há postos médicos, o atendimento é realizado nas escolas, quando observamos um alto rendimento, pois através dos alunos podemos sensibilizar as mães, instruí-las

AERODROMO EST.-STº ANTONIO-LEVERGER



Aeródromo de Santo Antônio Leverger é um dos orgulhos do Município

sobre determinados cuidados com a higiene, para evitar a verminose, por exemplo. Agora, cada problema aqui é agravado pela distância: temos lugares distantes da sede mais de dez horas — Edson Gonçalves.

MERENDA E UM LUXO

Ao assumir, o Prefeito tinha o firme propósito de dar a maior assistência ao sistema escolar do Município.

— A maioria das escolas estavam em palhoças de palha, umas poucas de alvenaria caíam aos pedaços. Resolvi oferecer um ambiente mais sadio às nossas crianças e parti para a substituição das escolas de palha por alvenaria. Tenho trabalhado duro, em tempo integral, mas ainda há no município três colégios que contrariam tudo o que imagino como verdadeira escola. De qualquer forma, temos 38 colégios na zona rural, duas vezes por ano chamamos as professoras para um período de aperfeiçoamento pedagógico na sede — conta Edson Gonçalves.

O Prefeito descobriu também uma maneira infalível de interessar os professores no aperfeiçoamento profissional:

— Antes, uma professora com curso normal não ganhava mais pela condição técnica. Então, muita professora, apenas com o curso de Segundo Grau, não se interessava em prosseguir os estudos. Acabei com tal absurdo com uma simples determinação: cada um passou a ganhar de acordo com os cursos de fez, o salário é determinado pelo preparo. Aqui, ensinar é uma tarefa difícil, verdadeiro sacerdócio, muitas vezes a escola está perdida no meio do Pantanal, somente pode ser alcançada de barco. Quando chove demais, tenho de recolher o pessoal; quando a água baixa, todos querem voltar; todo ano é esse problema. Construí uma escola num lugar em que tenho de enviar o material didático e a merenda de avião — explica o Prefeito de Santo Antônio Leverger.

ENERGIA É REALIDADE

Do mesmo partido do último Go-

vernador do Estado, Edson Gonçalves se aproveitou da circunstância para fazer plantão no Palácio e pedir tudo o que achava ter direito. No que se refere a energia elétrica, conta orgulhoso o que conseguiu:

— Posso dizer que sou responsável por um grande programa energético, pois garanti luz para nove localidades. Muitos poderão dizer que não fiz vantagem, pois as redes foram financiadas pelo Estado, mas somente eu sei a briga que enfrentei, cada Município querendo a prioridade para si. Mas eu fiz valer um prestígio com o Governador e consegui uma bola iluminária para o meu povo. Os Prefeitos que me antecederam não tiveram a mesma coragem, pois o pagamento da dívida e feito em parcelas, retiradas do repasse do ICM — conta o Prefeito.

O mesmo sucesso não foi conseguido com a água, ainda um grave problema, sem solução a curto prazo, aparentemente:

— Conseguimos tratamento para a água de quatro poços artesianos, através de um convênio com o órgão federal, depois de uma luta muito grande. Furamos um poço em Mimoso, mas o Estado resolveu encampá-lo e o poço nunca mais funcionou. Estou dando um prazo para o Governador atual resolver esta questão, pois ele ainda não teve tempo para tomar pé de todos os problemas.

CRIAR MUNICÍPIO É FÁCIL

O Prefeito Edson Gonçalves en-



As grandes distâncias exigem rapidez e a sofisticação do transporte

PEDRA PRETA

A vitória da burocracia sobre a vontade de fazer

Menos burocracia na concessão de empréstimos — este é o primeiro pedido do Prefeito de Pedra Preta, Nelson Antônio Orlato, ao Governo federal. Ele sabe do que fala, pois há três anos tem pedidos de financiamento rolando pelos escaninhos de Brasília, ao mesmo tempo que ele aguarda para tomar as providências exigidas pelos moradores da sede do Município.

— Preciso de dinheiro para instalar redes de esgoto e de águas pluviais, dentro de um plano especial da União, o FAIZ. Até agora, continuo à espera. Enquanto isso, não posso asfaltar as ruas, para não ter de abrir-las logo que houver a liberação dos empréstimos. Sem pretender dar conselhos a quem sabe tudo, é o dono da chave do cofre, eu diria que os projetos deveriam andar mais rapidamente em Brasília. Você é eleito para quatro anos de mandato e passa quase o mesmo tempo à espera de um empréstimo previsto em lei? Que lógica pode haver numa situação desta? — interroga-se Nelson Antônio.

Para dar um jeito em tal questão, o Prefeito espera que a Constituinte "defina perfeitamente" os limites de ação da União, dos estados e dos Municípios, garantindo a estes uma parcela ponderável da arrecadação, como forma de libertá-los da dependência do Governo Central, "sempre distante dos interesses regionais".

— Tenho uma série de projetos, todos com retorno garantido, o que nos permite a certeza de pagarmos os empréstimos pedidos. Não somos atendidos, no entanto, e a cada dia vemos a inflação tornar mais distante a possibilidade de algumas obras. Ora, esta perda de tempo, impostas pelos burocratas a todos os municípios, não pode continuar. É a solução de-

ve ser encontrada pelos Constituintes — afirma o Prefeito.

FALTAM MÁQUINAS E DINHEIRO

Não é sem uma justificada ponta de orgulho que Nelson Antônio fale da riqueza de Pedra Preta e até dos problemas que enfrenta:

— Bom, temos 1 mil 250 quilômetros de estradas municipais (mais que a Rio-São Paulo multiplicada três vezes) e conservá-las é um trabalho duro, não podemos nos descuidar. Para fazer frente a esta tela gigantesca, precisamos de muitas máquinas. Ai, começa o nosso problema, pois o maquinário está custando uma fortuna — diz.

Nelson Antônio denuncia um dado não imaginável num País necessitado da abertura de muitas estradas, situação agravada em Mato Grosso:

— Não bastasse o preço de um trator ou de uma *Patrol*, temos de pagar impostos à União. Eu proporia que esta situação fosse inteiramente invertida. As Prefeituras receberiam subsídios do Ministério dos Transportes para a compra de máquinas. Afinal, a União retira impostos de toda a produção agrícola e nada seria mais justo do que ajudar o seu escoamento — propõe o Prefeito.

Pedra Preta produz soja, arroz, milho e algodão e cria gado de corte (há muitas fazendas de engorda) e Leite.

ATÉ POSTE É IMPORTANTE

Cerealista de profissão, Nelson Antônio entrou na política em 1976, quando se candidatou a vereador, e foi eleito. Em 82, concorreu para prefeito e repetiu a dose. Acostumado às decisões rápidas que caracterizam o co-

mercio, teve de se habituar à emperração própria da preguiça burocrática, conviver com a necessidade de fazer e nada poder fazer.

— Nosso sistema de distribuição de energia é precário, tenho de reconhecer. Eu diria que é uma multiplicação de dificuldade. Assim, a empresa de energia somente planta um poste quando tem a garantia de três ligações. Eu acho que deveria ser adotado outro critério, pois temos ruas escuras demais. Outra questão é o abastecimento de água, mas parece que a Caixa Econômica vai nos oferecer um empréstimo, para atendermos a todos.

O Prefeito Nelson Antônio afirma "falar com amargura" sobre saneamento:

— Todos sabem que a ausência de esgotos e água tratada é responsável pelo aumento do índice de doenças. Infelizmente, a Prefeitura não tem verbas para construir uma rede de esgotos. Somente vamos tê-la quando a União começar a repassar ao Município uma verba razoável. Sistemas de água e de esgotos são realizações que estão muito além das possibilidades da quase totalidade dos nossos Municípios — garante Nelson Antônio.

VERBAS ESCASSAS

Mais um a contestar os números do IBGE, Nelson Antônio diz que o órgão federal trabalha com dez anos de atraso:

— Ora, o IBGE faz censo de dez em dez anos, o próximo está marcado para 1990. Segundo seus números, temos 12.300 habitantes, e são eles que valem na hora de partilha dos impostos. Mas a verdade é que nossa população já ultrapassa as 22 mil pessoas. Em Mato Grosso, todo ano há crescimento po-

pulacional, que convenientemente o IBGE desconhece, não sei com que finalidade — acusa o Prefeito de Santo Antônio Leverger.

Com a arrecadação prejudicada pelo IBGE, o Prefeito tem de fazer frente a grandes imprescindíveis despesas:

— Não temos um hospital municipal, mas mantemos convênios de assistência médica, os quais não podem atender todos os casos. Gastamos de 100 mil a 120 mil cruzados mensais com os doentes, mas se pudéssemos atender a todos os pedidos a quantia chegaria ao triplo. Este é o tipo de gasto que a Prefeitura não pode adiar, pois doença alguma espera — expõe Nelson Antônio.

Pedra Preta ainda tem problemas educacionais, mas já viveu uma fase pior:

— Quando assumi, tínhamos 15 escolas rurais. Construí outras 20. Também temos 2º Grau. O que pesa verdadeiramente no Orçamento da Prefeitura é o pagamento das professoras e os gastos materiais para o funcionamento dos colégios. A construção de uma escola redundou em novos gastos, o ano to-

do. Agora, parece-me, o Governo Federal vai repassar uma verba referente à educação oferecida pelos municípios, o que nos permitirá respirar por algum tempo. Duro é que já ouço falar que a tal verba é mínima — antecipa Nelson Antônio.

PLANO CRUZADO

O Prefeito Nelson Antônio não está entre aqueles que vêm grandes realizações na Nova República, como afirma o Presidente Sarney:

— Eu diria que a única coisa que saiu de bom foi o Plano Cruzado. O povo sentiu-se mais confiante, não vivia constantemente preocupado em comprar isso e aquilo, pois os preços estavam congelados. De repente, o mundo desabou, o congelamento foi jogado no ralo, o Plano Cruzado 2 nos fez sentir saudades da Velha República. Não sei aonde vamos parar, com a inflação a 25%. A Prefeitura enfrenta o problema do reajuste dos funcionários. Não vamos poder dar aumento se a receita não melhorar — previne o Prefeito.

A solução seria uma efeti-

va reforma tributária, na qual Nelson Antônio não joga suas esperanças:

— Lembro que, numa reunião realizada em 1986, toin nos prometida uma reforma tributária de emergência — e nos deram aumentos de 1%!!! Ora, tal "majoração" não resolveu a situação de Município algum. Este ano, tivemos nova reunião, quando o Presidente Sarney pediu 90 dias para apresentar uma solução. Continuamos aguardando. Eu diria, apenas, que o Governo federal deveria mostrar interesse em nos socorrer, pois não há País forte com Municípios tracos. Não há cabimento que nos impostos arrecadados em nosso Município, de riquezas arrancadas de nossa terra, produzidas por nossa gente, a União fique com mais de 50%, cabendo ao Município menos de 20%. Tamanho absurdo não resiste ao bom senso, explica-se somente pela decisão do Poder Central em manter os Municípios amarrados às suas necessidades, sem força para influir nos destinos da Nação — concluiu o Prefeito de Pedra Preta.



O Prefeito de Pedra Preta, Nelson Antônio Orlato, investe contra a burocracia federal, que vem empurrando com a barriga os pedidos de empréstimos e os financiamentos para obras urgentes que ele leva a Brasília. Há pedidos que estão rolando de gaveta em gaveta há mais de três anos.

Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul Prerrogativa é que faz a lei independente

PROGRESSISTA

O presidente da Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul afirma ser um político progressista e está estranhando a morosidade para se chegar ao "leixo preparatório da nova Constituição". O Deputado Jonatam Pereira Barbosa entende que os Deputados Federais e os Senadores, que têm uma função maior de serem constituintes, estão esquecendo do funcionamento do Senado e da Câmara, num momento de crise nacional.

— Sei que eles têm tarefas como o relato de matérias, apreciações nas Subcomissões e nas Comissões, votação, mas acho importante que eles estejam presentes nessas lutas das fases de transição, porque passa o Brasil, estranho que eles estejam se esquecendo de fazer funcionar a Câmara e o Senado. Isto, porque todos os Municípios e Estados têm projetos que estão morando nas gavetas do Congresso Nacional e dos Ministérios, e que estão parados por falta de interesse pelas questões do dia a dia do Brasil. E preciso também que os processos possam ser agilizados — disse o parlamentar.

Para o Deputado Estadual Jonatam Pereira Barbosa, os Constituintes devem também marcar a sua posição como parlamentares: "Os deputados na sua casa, que é a Câmara, e os Senadores no Senado, para que os projetos possam ser canalizados em socorro dos Estados e dos Municípios".

DISCURSO EMPOLGANTE

A posse do novo Governador de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda Soares, ocorreu na Assembléia Legislativa, e um dos discursos que empolgou a plateia que lotou o plenário e as galerias foi o do Deputado Jonatam Barbosa. Num discurso de três laudas, o parlamentar teve elogios ao novo Governador e recebeu aplausos ao terminar com a frase: "Só o amor constrói".

Na abertura dos trabalhos da nova legislatura estadual, o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Jonatam Barbosa, pediu mais confiança do povo sul-matogrossense para o Governo José Sarney. O Deputado Estadual do PMDB destacou que todos, em relação ao Presidente Sarney, devem saber "reverenciar e aplaudir-lo mais do que nunca nessas horas difíceis, aceitando com sacrifício o desafio do presente, oriundo dos erros ditatoriais do passado, para que possamos ter a certeza do futuro desta grande e abençoada Nação brasileira".

O Deputado Jonatam Barbosa voltou, mais uma vez, a defender o fortalecimento do Poder Legislativo e solicitou apoio e colaboração para "solidificar a representatividade parlamentar perante a opinião pública". O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul garante que vai saber "cumprir com determinação e coragem, não medindo esforços e nem sacrifícios, a responsabilidade de dirigir a Casa, zeloso e objetivo nas decisões, atento aos interesses sociais, conchante na colaboração dos colegas diligentes na administração e receptivo às postulações do Governo com humildade, compreensão e carinho".



A defesa do Pantanal reúne os políticos mais atuantes de Mato Grosso do Sul, numa sessão especial da Assembléia Legislativa.

A economia em questão

Uma das maiores preocupações do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, deputado Jonatam Barbosa (PMDB), é com a inflação galopante que vem assolando o País e com o perigo de recessão que ronda a indústria, o comércio, a agricultura e o setor de serviços, o que poderá causar desemprego em massa e um sério problema social. O Presidente do Poder Legislativo sul-matogrossense está debatendo a questão com amplos setores da sociedade — desde sindicatos até associações de donas de casa — e a fim de esclarecer a crise econômica pela qual atravessa a Nova República, o Deputado Estadual Jonatam Barbosa chegou até mesmo a editar panfletos para esclarecer a opinião pública e conscientizar a população da atual realidade econômica do País.

O Deputado Jonatam Barbosa também pede mais confiança do povo no Presidente José Sarney pois acredita que ele está empenhado em lutar contra as altas taxas inflacionárias e deseja a todo custo evitar que a recessão econômica caia sobre o País. "Devemos saber reverenciar e aplaudir-lo mais do que nunca nessas horas difíceis, aceitando o desafio do Presidente da República, oriundo dos

erros cometidos pela ditadura para que possamos ter a certeza do futuro deste grande País", ressalta o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul. O parlamentar do PMDB entende que as culpas pela crise são dirigidas ao fracasso do Plano Cruzado e ao fim do congelamento de preços, assim como existem outros setores da sociedade que apontam as altas taxas de juros bancários como a causa para a explosão da espiral inflacionária.

O Presidente da Assembléia concorda com os setores mais representativos do seu partido, o PMDB, que apontam ainda a dívida externa e o déficit público como dois dos principais pilares da crise econômica. Ele lembra que, antes da moratória decretada pelo Presidente José Sarney, a Nação enviava aos credores internacionais mais de um bilhão de dólares por mês, o que equivale a três vezes o orçamento do Estado do Mato Grosso do Sul para este ano, recurso que são suficientes para a construção de quatro mil escolas por mês — ou seja, uma em cada município brasileiro — ou ainda doze mil postos de saúde ou ainda cem mil veículos que serviriam para equipar toda a polícia do País.



A sede do Legislativo de Mato Grosso do Sul insere-se no moderno contexto do Estado.



Presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, Deputado Jonatam Pereira Barbosa

Participar com posições bastante claras de todos os eventos que possam redundar no fortalecimento do Poder Legislativo e lutar pelo retorno das prerrogativas parlamentares, além de administrar o Poder Legislativo, de forma clara, para que o povo tenha a certeza que as portas estão abertas à sua participação. Estas são as propostas de trabalho defendidas pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, deputado Estadual Jonatam Pereira Barbosa.

Em relação a um dos temas mais polêmicos da Assembléia Nacional Constituinte — a reforma tributária — o Presidente do Poder Legislativo matogrossense explica sua posição: "Defendo que não seja centralizada de forma aviltante, como acontece hoje, toda a arrecadação da Nação. O Leão tem que entregar, de forma bastante racional, a cota-parte real dos Estados e dos Municípios, porque os repasses, até quando são feitos, amorosos e entravados na burocracia".

Para o Deputado Estadual Jonatam Pereira Barbosa, a solução é que as verbas destinadas aos Estados e Municípios sejam retidas e então não serão mais necessários os repasses feitos pela União. "O que é de direito dos Municípios deve ficar logo na arrecadação local, já o que for de direito dos Estados, deve ser retido logo pelos próprios Estados, e a União só recebe o que lhe cabe", frisou o presidente da Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul.

QUESTÃO ATUAL: CONSTITUINTE

O Deputado Estadual Jonatam Pereira

Pedreiras

Falta de receita e calamidades, uma triste sina

Município de Pedreiras, no centro do Maranhão, esteve no noticiário dos jornais, faz pouco tempo, em consequência da verdadeira guerra travada entre fazendeiros e a Igreja, e que resultou na aprovação de uma carta ao Núncio Apostólico, em Brasília. Na carta, os fazendeiros pediam a expulsão de todos os padres estrangeiros — principalmente alemães — da região. A estrela do chamado Encontro de Pedreiras foi o médico e fazendeiro de Lago da Pedra, Dr. Rubens Jorge de Melo, que acusou os padres de "espalharem o terror e desejarem transformar o Maranhão num satélite de Nicarágua sandinista". Tirante isso, Pedreiras tem sido notícia em consequência das enchentes que, só no ano passado, deixaram 25 mil desabrigados dos cerca de 61 mil habitantes do Município, de 815 km².

Pedreiras é um Município pobre. Vive da pecuária leiteira e de corte (bastante reduzido, aliás), da mandioca, milho, feijão, banana e, sobretudo da cultura do arroz. Localizada nas proximidades da BR-316 e BR-135, Pedreiras tem no prefeito Pedro Barros de Carvalho Neto, um homem respeitado e trabalhador, mas que luta, a exemplo de seus colegas, os demais prefeitos do Nordeste, pela melhor redistribuição de renda por parte do Governo Federal. Muito antes da Nova República, Pedro Barros de Carvalho Neto já defendia a reforma tributária, que hoje todos consideraram mais urgente do que nunca.

Pedro Barros quer não apenas a reforma, mas o imediato aumento do Fundo de Participação dos Municípios de 17 para 20%. Ele se queixa do governo João Castelo, que deixou uma parcela de ICM atrasada e que também não foi paga a Pedreiras pelo seu sucessor, Luiz Rocha. Atualmente, o governo do Estado,

deve ao Município de Pedreiras nada menos que seis parcelas do ICM. Ele acredita que essa "discriminação" resulte do fato dele pertencer ao PFL. "Mas não devia ser assim, pois o mal não está sendo causado a nós, e sim a toda uma comunidade, ao Município e ao País" — afirma o Prefeito de Pedreiras.

Enquanto a reforma tributária não vem, Pedro Barros enfrenta verdadeira via crucis para obter recursos através de gestões junto a órgãos públicos. A simples aprovação de uma escola municipal ou do projeto de uma estrada vicinal requer muita habilidade da sua parte, enfrentando, sobretudo, as incompreensões de caráter político-partidário.

Segundo Pedro Barros, os Municípios precisam ter as suas leis orgânicas, da mesma forma que o Estado. Tendo participado de recente congresso municipalista, em Brasília, ele chegou à conclusão de que o que é bom para os governos federal e estadual é bom, principalmente, e até melhor, para o Município, "uma vez que — repetindo a frase já tão batida — o Município e a célula mãe da Nação, e sem Município não existe nação, nem Estado ou País".

O Prefeito de Pedreiras quer que todos os Municípios, indistintamente, participem do bolo dos impostos que são gerados dentro dos próprios Municípios. "Nesse congresso, um deputado aventou a idéia de que os bancos fossem isentos de ISS, pagando apenas o alvará. Também se imaginou na possibilidade de uma parte do IOF ficar no Município. Como se sabe, os bancos cobram o Imposto Sobre Operações Financeiras dos clientes e o recolhem ao Banco Central. Os Municípios devem ter participação no IOF, pois o dinheiro é gerado nos Municípios e deve ficar

nos Municípios para ser transformado em obras, benefícios para o povo".

EDUCAÇÃO

O nome da antiga Secretária de Educação do Estado, Leda Maria Chaves Tajra é o primeiro a ser citado pelo prefeito Pedro Barroso, quando fala nos problemas da área da Educação, em Pedreiras. "Ele nos garantiu os recursos necessários. Antes, tínhamos apenas cinco escolas, e hoje elas já são 24, com tendência a aumentarem ainda mais até o final do nosso mandato. A professora Leda Tajra é pessoa dinâmica e a ela muito devemos", frisa o Prefeito.

ENCHENTES

Depois das histórias de violência sobre a região na qual Pedreiras está inserida, as enchentes recentes e seguidas é o que mais preocupa o Prefeito Pedro Barroso de Carvalho Neto, e toda a comunidade. Existe sempre a ameaça de que "qualquer chuva possa fazer transbordar o Rio Mearim, como já é comum, e a cidade fique toda inundada". Isso acontece, possivelmente, porque a cidade é baixa e o Rio Mearim muito caudaloso e extenso. Seus afluentes são importantes. A Prefeitura já chegou a construir uma barragem em Flores, mas não adiantou. O Mearim é rio de planície, suas águas correm muito lentamente, a vazão é lenta e quando enche e sobe pelas margens, desaloja os moradores ribeirinhos, provocando verdadeiras catástrofes. Em 1986, o Rio Mearim subiu 13 metros acima do nível e demorou bastante a voltar ao normal. Em 84, levou quatro meses acima do nível. O Governo federal, através da Sudepe, tem ajudado a Prefeitura enviando alimentos e medicamentos. "Porém, se não forem tomadas providências urgentes, o jeito vai ser mudar a cidade. Ou a cidade ou o curso do rio", destaca Pedro Barroso, para quem, qualquer das duas hipóteses é impraticável por falta de recursos.

Há um projeto destinado a promover a dragagem de 186 quilômetros do Rio Mearim, que já foi navegável e poderá voltar a ser, com benefícios inestimáveis para toda a região. As enchentes, segundo o prefeito, são provocadas pelo Rio das Flores, 700 quilômetros abaixo, para os lados de Barra do Corda, onde existe uma barragem. Outro fator que contribui para as inundações em Pedreiras é a derrubada indiscriminada de babaçu, a maior riqueza da região. A Prefeitura não tem meios para fiscalizar a derrubada. Mas o prefeito Pedro Barroso, para isso, já está or-

ganizando uma polícia municipal, a exemplo da que existe no Pantanal de Mato Grosso. "Acontece que muitas vezes o infrator é preso, mas logo paga a fiança, que é barata — um salário mínimo — e fica livre. Seria o caso de o próprio IBDF tomar a si esse problema. E um apelo que aqui fazemos, pois afinal se trata do babaçu, a grande riqueza da Maranhão", a base da sua economia".

INTERESSE

Projetar o futuro da região onde se localiza Pedreiras não é difícil. Pedro Barroso acredita que é brilhante. Basta dizer que os estrangeiros estão interessadíssimos em investir ali, pois qualquer ramo parece promissor. Tudo vai depender da instalação de agroindústrias, por exem-

plo. Daí, as lutas que já ocorreram na região, entre fazendeiros e colonos, com a intervenção da Igreja. O Plano Cruzado trouxe algum alento para os municípios de Pedreiras. "Foi maravilhoso, no início, e só não deu certo por razões políticas, como é do conhecimento geral", afirma Pedro Barroso, acrescentando: "A pedra no meio do caminho foi o congelamento. Se isso tivesse acontecido uns 15 dias antes das eleições, o PMDB teria perdido, e feito. Muitos candidatos do partido jamais reconquistarão o voto popular. O próprio Presidente da República, um maranhense, homem de boas intenções foi dobrado pelos vorazes abutres vestidos de comerciantes e industriais ou banqueiros. Quem agüenta os juros exorbitantes? E por isso que se faz urgente a reforma tributária. E coisa para ontem".



Prefeito de Pedreira, Pedro Barroso, luta contra a falta de receitas, a inadimplência do Estado e da União e contra as calamidades naturais.

PAÍS QUER UMA SOLUÇÃO PACÍFICA



O Governador Carlos Bezerra acredita que a reforma tributária é fundamental para modificar a situação dos Estados e Municípios

MATO GROSSO

Esperança dos brasileiros é ter uma nova Constituição com bandeiras progressistas

“O povo brasileiro está esperando muito da Assembleia Nacional Constituinte e precisamos que ela incorpore muitas das bandeiras do povo nas áreas econômica e social, e com os avanços que a sociedade está esperando. Estou depositando uma grande esperança na Constituinte, apesar de, na primeira fase dos trabalhos, haver um pouco de contradição. Mesmo assim, nós ainda estamos esperançosos. Avançou muito na área social e retroagiu na área econômica. Houve contradição, porque uma área tem que acompanhar os avanços da outra”.

As observações sobre os trabalhos da Constituinte são do governador Carlos Bezerra, de Mato Grosso, que acredita que numa segunda fase de discussão sobre a futura Constituição Federal, as contradições se ajustarão. Ressaltando que está acompanhando os trabalhos dos Constituintes, o Governador destaca que vê com tristeza que a coação de grupos econômicos e dos lobbies, principalmente no caso da reforma agrária, já deixou de ser coação psicológica, para chegar ao absurdo das ameaças de agressão física”. No seu entender, isto é muito deprimente e aponta os grupos reacionários por mostrarem esse comportamento.

— Isto é lamentável, porque atrapalha o trabalho livre e soberano da Constituinte, que é da mais alta importância. Vi Constituinte na televisão dizendo que está sendo ameaçado de morte e é muito lamentável — disse o Governador.

GRAVE ERRO

Segundo o governador Carlos Bezerra, estes grupos reacionários estão cometendo “um grave erro, pois o caminho para o País resolver seus problemas é pacífico, através da Constituinte, e se não resolver através da democracia e de uma boa Constituição, somente uma revolução é que vai resolver as questões deste País”. No seu entender, estes reacionários estão querendo levar o País “para o caminho da violência,

para uma revolução, coisa que seria lamentável para nós”.

Ao falar sobre o estado do Mato Grosso, o Governador acredita que em breve a região se tornará o maior produtor de grãos do País e lembra que ainda possui uma riqueza mineral muito grande, ainda pouco explorada. Além disso, a agricultura do Estado é “nobre”, com plantações de cacau, guaraná, café, borracha e pimenta-do-reino. Mas Carlos Bezerra vê a necessidade de algumas medidas urgentes para melhorar as condições econômicas e sociais dos Estados, destacando-se a reforma tributária.

— Esta reforma tributária é fundamental para modificar a situação atual dos Estados do País e seus municípios miseráveis. Faltam recursos nos Municípios e Estados, enquanto que na União não se sabe nem em que gastar o dinheiro e a burocracia fica com este dinheiro engavetado, com dificuldades de aplicação — disse o Governador.

Outra reforma importante, no seu ponto de vista, é a descentralização administrativa pois “não se concebe que num País com as dimensões continentais como o nosso, exista tanta centralização”. O planejamento e a execução de realizações administrativas têm que ser transferidas,

na sua opinião, para os Estados e os Municípios, ficando a União apenas com uma função de órgão normativo e mantenedor da Federação, além de administrar alguns serviços essenciais e de dimensão nacional, como a questão do petróleo.

VALORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

O governador Carlos Bezerra acha que a descentralização administrativa favorece uma maior valorização dos Municípios. “Os Municípios devem ser altamente valorizados, pois são a base territorial de fato, lá é que o povo mora, lá é que estão os bairros, a zona rural, e é lá, para os Municípios que se deve transferir o máximo de verbas e recursos para que eles executem seus projetos.

Sobre outro tema que é assunto na Assembleia Nacional Constituinte — a duração do mandato presidencial — o governador Carlos Bezerra aguarda a decisão do seu partido, o PMDB, e não quer tomar posições isoladas. “Quero acompanhar as decisões do meu partido, que infelizmente até agora não pode se reunir embora estas questões tenham grande importância. Temos que assumir uma posição sobre essa questão, que até agora tem desgastado todo mundo, inclusive as autoridades governamentais, e prejudica o nosso pró-

prio PMDB”, disse o governador Carlos Bezerra.

FORTELECIMENTO DA AGRICULTURA

No seu entender, a agricultura brasileira é uma das que tem um dos custos mais altos do mundo e por isso perde a competitividade no mercado. Os insumos agrícolas e a máquina são muito caro, segundo Carlos Bezerra, e o Governo deveria intervir nesta questão, a fim de promover o fortalecimento da agricultura e fazer com que ela, economicamente, se torne viável.

— O Governo deve intervir com força e até com violência, se for o caso, porque há preços exorbitantes em relação aos insumos e à maquinaria. Nossa agricultura só se torna viável quando fracassa a safra de um outro País. Como exemplo, posso citar o caso da safra das laranjas brasileiras, que só sobem quando a safra de laranjas dos Estados Unidos fracassa. Em condições normais de competitividade, nós perdemos para todo mundo e esta é uma questão grave que não tem sido decisivamente analisada — disse o Governador.

PRESIDENCIALISMO

Ao falar sobre outro tema de importância nacional — a definição do sistema de Governo — o Governador do Mato Grosso afirma que para as atuais condições políticas, econômicas e culturais do nosso País, o presidencialismo ainda é o melhor regime. “Eu acho que o parlamentarismo é o regime ideal e mais perfeito. Mas isso para países que têm estruturas político-partidárias sólidas e definidas. Nós estamos retornando à democracia, mal reencontramos na democracia e estamos tentando fazer instituições políticas e partidárias fortes”, discorreu o governador Carlos Bezerra. Para ele, é prematuro instalar agora o parlamentarismo no Brasil e acha que o País deve continuar mais algum tempo com o regime presidencialista.

“Os reacionários estão querendo levar o País para o caminho triste da violência e do caos”

PEDRO GOMES

São os municípios que arcam com todas as despesas do País

para dar de cara com o professor. E tudo isso, sofrendo os parcalcos da falta de material escolar — livros, cadernos — sem falar nas faltas constantes dos próprios mestres que geralmente residem nas cidades próximas e se valem de condução precária para chegar até as salas de aula. Foi uma barra estudar, e por isso sei quanto vale o estudo para uma criança pobre. De forma que, conhecendo o assunto, somos, pelo que já fizemos em Pedro Gomes, na área da educação e da saúde, verdadeiros pioneiros, tanto que hoje, há salas de aulas sobrando”.

José Neto não acredita muito em planejamento e orçamentos “vindos de cima, da Capital da República”. Para ele não é só o dinheiro que resolve. O Prefeito, além de inventivo, criador, deve ater-se ao seu próprio orçamento — em alguns casos — pois na maioria das vezes mesmo com muito dinheiro nada resolve. E justamente porque desconhece os problemas, os pontos onde atacar, as causas e os efeitos e assim por diante.

Não vai adiantar muito a Constituinte determinar os gastos de cada Prefeitura, pois o Prefeito sim, é quem sabe dos seus problemas e tem os projetos para executar. Em Pedro Gomes, por exemplo, temos algumas casas a desapropriar no local onde

pretendemos abrir mais uma rua. A Constituinte sabe disso? Sabe, por acaso, que aquele local é importante para os municípios por umas tantas razões que agora não vêm ao caso? Não sabe, logo é a nós Prefeitos, que compete essa parte. Por exemplo, aqui em Pedro Gomes temos excesso de salas de aula e não vale à pena gastar mais dinheiro com a construção de novas escolas. Vale sim, aplicar na desapropriação das casas de que já falamos; vale gastar com saneamento básico. Com a construção de novos postos de saúde, um hospital municipal e assim por diante — afirma o Prefeito de Pedro Gomes.

SAÚDE DEFICITÁRIA

José Neto afirma que a área de Saúde no Município é deficitária. Só dispõe de um posto de saúde bem montado, não existe INPS. Os doentes mais graves são transportados para cidades próximas, onde haja recursos. Mas com isso, a Prefeitura gasta um bom dinheiro, que poderia ser aproveitada noutras áreas, ou mesmo na Saúde, se Pedro Gomes dispusesse de um bom hospital e uma rede de postos de saúde, na sede e na zona rural.

— A Prefeitura mantém um programa para a mulher, cujo objetivo é operá-

la para não ter filhos. Isso com o seu consentimento e do marido, se tiver. E o chamado controle de natalidade, que há muito tempo já é praticado em Pedro Gomes, muito antes de se falar no assunto, no Brasil — lembra o Prefeito de Pedro Gomes.

A Prefeitura de Pedro Gomes, segundo José Mendes Fontoura Neto, também mantém um programa de bolsa de estudos para alunos carentes. As bolsas são concedidas para escolas em Cuiabá e mesmo no Sul do País, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, além da Bahia e Recife. Algumas turmas já estão formadas. E tudo por conta da Prefeitura, desde o transporte e alimentação até à escola paga. Só há uma condição: que o aluno, uma vez concluído o curso volte para trabalhar e usar os conhecimentos adquiridos em Pedro Gomes, com especialidade nas áreas técnicas e da agricultura, além de letras e pedagogia.

Pedro Gomes produz feijão, arroz, milho, com destaque para a soja. Aliás, a última safra foi considerada excelente, tanto que a Prefeitura inaugurou mais um silo para armazená-la e o Prefeito já está pensando em construir no mínimo uns quatro, na prevenção de que a próxima colheita ultrapasse a deste ano. A pecuária é pouca.



O Prefeito de Pedro Gomes, José Mendes Fontoura Neto, diz que o Governo Federal não resolve a crise nacional porque não quer

O Prefeito do Município de Pedro Gomes acredita em Deus e nos homens. Principalmente, conforme faz questão de dizer, nos Constituintes, “porque se não forem eles, iremos mesmo é pro brejo”. Assim, com relação à reforma tributária “tão decantada e objeto das maiores polêmicas e reivindicações dos últimos tempos, o jeito é acreditar mesmo, do contrário, sem fé, sem pedir, sem mendigar, a gente é que sai perdendo. E sem reforma tributária, perde o Prefeito, o Município e, sobretudo, o povo”. Palavras de José Mendes Fontoura Neto, para quem “o problema da crise econômica que o País atravessa é, também, solucionável, desde que os homens assim o queiram, a partir do Governo de Brasília”.

O caminho para tudo isso, segundo o Prefeito de Pedro Gomes, é o municipalismo, “porque na ver-

dade somos nós que arcamos com todas as despesas”.

Pedro Gomes, em Mato Grosso do Sul, é um Município com cerca de 25 mil habitantes; vivendo numa área de 4.199 quilômetros quadrados. Trata-se de um Município onde o problema da falta d'água não existe, e tampouco o de eletricidade. “Cerca de 80 por cento das residências e casas comerciais dispõem de água encanada e 100 por cento de energia elétrica. Nesse particular a Prefeitura, sob a administração de José Mendes Fontoura Neto, não tem quaisquer reivindicações a fazer ao Governo Federal a não ser quanto à extensão da rede elétrica à zona rural, onde, como geralmente acontece, os agricultores e os fazendeiros — pelo menos cerca de 30 por cento em Pedro Gomes — ainda se ressentem desse benefício.

José Mendes não gosta de falar muito de política. Ele, como o povo de Pedro Gomes, acredita mais nas pessoas. “Seja branco, negro, azul, amarelo, protestante, católico, do PMDB ou do PFL, o que vale é o homem, as suas idéias, os seus projetos e, acima de tudo, a sua vontade de trabalhar em benefício do povo”, frisa o Prefeito, acenando que “política é uma bandeira, mas o homem não precisa dela para fazer o bem seja a quem for, mesmo porque os partidos passam e as pessoas ficam”.

Como menino pobre, do interior, José Mendes Fontoura Neto sentiu na própria carne, as dificuldades para estudar. Não tanto pelas condições financeiras da sua família, mas porque “no interior a escola fica a muitos quilômetros de distância, a criança, às vezes, tem que andar de cinco a dez quilômetros, dentro do mato,

GUIRATINGA

Um Rio de suor e dinamite

Terra de sonho e trabalho, Guiratinga, em Mato Grosso, acende a imaginação dos aventureiros, dispostos a correr todos os riscos, e aquece o peito dos homens decididos a trabalhar a terra, para dela retirar o fruto prometido aos que se melam, de acordo com a predição bíblica. Sob as águas dos rios do Município, há imensos tesouros, que os garimpeiros buscam afanosamente. Os imensos campos de Guiratinga alimentam gado da melhor qualidade, leiteiro e de corte. O plantio da soja, que se estende por cerca de 60 mil hectares promete abrir novas perspectivas de riqueza para a região.

— Mas eu diria que a maior riqueza que temos é o homem, um trabalhador decidido a se impor a todas as dificuldades, não importa se na água, se na terra. Cabe aos desbravadores anunciar novas frentes de trabalho, seja descobrindo novas lavras nos rios, seja desbravando a terra para o plantio da soja ou a criação do gado. Esta gente toca o progresso do Brasil, garante a ocupação dos espaços de nossa Pátria, constrói realmente o País, cuja expressão maior não pode ser o asfalto das grandes cidades, mas o chão onde há oportunidades para todos os que estejam dispostos ao trabalho. E isso não falta em Guiratinga — explica o Prefeito Nelson de Souza Silva.

MANIPULAÇÃO DO IBGE

Bom conhecedor do Município que dirige — nele exerceu dois mandatos de Verador e trabalhava num escritório de advocacia, antes de ser eleito —, Nelson Silva é mais um Prefeito a reclamar dos números do IBGE referentes ao número de moradores de Guiratinga:

— Ora, segundo os chamados dados oficiais, teríamos de 12 a 13 mil habitantes — e de acordo com tais números recebemos nosso quinhão nos impostos e taxas arrecadados pela União. Mas eu não posso aceitar caído tais cálculos, pois temos mesmo é aproximadamente 22 mil habitantes, para menos ou para mais, pouca coisa, tanto assim que na última eleição somamos 8 mil eleitores, segundo o TRE. Entre os Juizes eleitorais — mais ainda depois de cuidadoso recadastramento — e os censos sempre confusos do IBGE, flico com o TRE — explica o Prefeito.

Os moradores da sede e dos distritos rurais vivem basicamente do trabalho agrícola e da atividade ex-

trativa. A maioria planta milho, arroz, mandioca, soja e todo tipo de cultura de subsistência ou criação de gado, garantindo ao Município um rebanho importante, pelo tamanho e qualidade. Outra parcela ganha a vida garimpando.

RIO DAS GARÇAS UM PARAÍSO

Nelson Silva conta que nos rios de Guiratinga há muita riqueza escondida, somente arrebataada à natureza após duro trabalho:

— A lusão do garimpo, o eldorado clássico, a imaginação de homens queimando notas de 500 cruzados nada tem a ver com a realidade. Garimpar é trabalho pesado, que exige disposição e força física. No fim do dia, o garimpeiro quer apenas derrubar o corpo em qualquer canto e dormir. Agora, ser contra o garimpo, defender métodos mais apropriados de extração, estas coisas todas que são discutidas em gabinetes refrigerados, é muito fácil à distância. Aqui, o garimpo é importante, pois ele garante a subsistência de muita gente, até oferece empregos indiretos. Esta é a nossa verdade, à qual temos de nos curvar — explica.

O Prefeito defende uma garimpagem controlada, para que a mesma não contribua para a poluição dos cursos de água, contribuindo para o desaparecimento da fauna e da flora, como tem acontecido em regiões do Brasil.

— Bom, dedicamos especial cuidado a este problema. Temos aqui o Rio das Garças, com belas praias, que nada ficam a dever às do litoral, pois suas águas são límpidíssimas. No Rio das Garças, a riqueza é turística. Ele recebe visitantes de todo lugar, vem gente até de São Paulo, principalmente pela variedade e pelo tamanho de seus peixes — conta o Prefeito de Guiratinga.

SOBRA ENERGIA

“Satisfatória”, assim é definida a situação do Município no que se refere ao abastecimento de energia elétrica, o qual permitiria a instalação de grande número de fábricas, segundo Nelson Silva:

— Como já expliquei, temos um grande rebanho e até poderíamos aumentá-lo se houvessem fábricas para a industrialização da carne e do leite. Da mesma forma, teríamos condições de abrir novas fronteiras agrícolas, caso contássemos com indústrias de conservas.

Para facilitar tais indústrias, o Prefeito lembra que Guiratinga tem excelente água em seus rios, não

contaminados por qualquer tipo de despejo industrial, embora a rede de distribuição não seja satisfatória, problema que ele “pretende solucionar rapidamente”.

Dois setores são o orgulho de Nelson Silva: Saúde e Educação.

— Oferecemos a melhor assistência hospitalar de todo o Estado, com dois hospitais, um deles excelente mente equipado. Aqui, atendemos gente que vem até de Rondônia, do Acre e de Mato Grosso do Sul. E mais despesa para o Município, mas não podemos recusar assistência a doente algum. Quanto à Educação, nosso plano foi abrir escolas em todo o Município, para evitar que os alunos tivessem que enfrentar estírios, chegando à sala cansados e sem condições de bem aprender. E o cumprimento até agora, pois temos o 2º grau e até duas escolas profissionalizantes — explica o Prefeito.

O PESO DO SANTO

Homem tranqüilo e capaz de controlar o próprio entusiasmo, o Prefeito dá rédeas à indignação quando fala da necessidade de uma imediata reforma tributária, que ele gostaria de ver bem abrangente:

— Já é tempo de os responsáveis pela União abrirem os olhos e os ouvidos para o que está diante de todos: o Município, mais ainda os distantes dos chamados centros de decisão, são os responsáveis por tudo o que, em princípio, deveria caber ao Governo Central, como Segurança, Saúde, Educação, assistência aos jovens e aos anclãos, conservação de estradas e mais, e mais, e mais. Ora, para atendermos a tantas despesas, temos de fazer dívidas, acabamos com nossa imagem prejudicada, com a fama de maus pagadores, quando na realidade somos vítimas da forma de distribuição de receita — conta Nelson Silva.

O Prefeito desconfia dos números que lhe são apresentados pela União, através dos quais são calculadas as parcelas a que Guiratinga tem direito:

— Estamos em plena safra e eu não me conformo com os cálculos. O que está escrito no papel é uma coisa, na hora de recebermos, os números são outros. Os repasses representam um enorme prejuízo para o nosso Município, temos tentado esclarecer isso, sem jamais conseguirmos. Esta situação toda está errada, cada Município tem de determinar como gastar suas verbas. O que vale para um não pode prevalecer para outro. Guiratinga nada tem a ver

peso do santo quem carrega o andor — afirma o Chefe da Municipalidade.

ONDE APERTA O CALO

Ao Presidente José Sarney e à Constituinte, o Prefeito Nelson Silva tem pedidos aparentemente simples, pela concisão:

— Bom, fala-se muito em Reforma Agrária, mas aqui e agora precisamos de outra coisa: uma simplificação da licença para garimpagem. Mais importante do que dar 50 hectares de terra a alguém que não tem condições para explorá-la, é garantir uma lavra, para que um homem sustente sua família. Se ele tiver dez ou doze filhos, a Prefeitura dá um jeito de unir três famílias nas mesmas condições, oferece uma professora. Guiratinga é um Município essencialmente mineral, em que pe-

sem a força de sua lavours e da criação, e é com a exploração de tal riqueza que podemos solucionar os problemas sociais. Mas, para que cheguemos lá, a burocracia dos gabinetes atepetados tem de sair do caminho. Será que estes homens de Brasília, que têm soluções para todos os problemas, sabem simplesmente canalizar um simples correto?

Da Constituinte, o Prefeito também espera medidas simples:

— Inicialmente, eu gostaria que tivéssemos leis que garantissem casa, comida, educação e carinho para todas as nossas crianças. Friso a necessidade de carinho, o que quer dizer tratamento por gente altamente responsável. Também ficaria satisfeito que a futura Constituição estabeleça normas que eliminem a morosidade da Justiça — conclui Nelson Silva.



O Prefeito de Guiratinga, Nelson Souza Silva, “O IBGE está fraudando os Municípios em seus recenseamentos”

PORTO VELHO

Município quer sua receita

Quando o avião começa a descer, a grande surpresa: Porto Velho é um enclave da civilização na selva. A 870 quilômetros, por terra, de Manaus, a capital de Rondônia já têm 400 mil habitantes. É um município maior do que o Estado de Alagoas, com seus 54.780 Km². Foi fundada por americanos, ingleses e brasileiros na primeira metade do século e fica a margem direita do Rio Madeira, o mais importante afluente do Amazonas e em cujas águas se misturam ouro, sonhos realizados e delusões, afinal a grande parte da população rondoniense veio de outras regiões em busca de riqueza fácil e rápida.

Uma grande cidade se conhece pelas estatísticas que apresenta nos vários setores da sua vida administrativas. Porto Velho tem uma universidade (UNIR), um núcleo da Universidade Federal do Para, 30 escolas na área urbana e 150 escolas na área rural. Os órgãos de saúde da rede oficial são representados por dois hospitais na área urbana, uma policlínica na área urbana, 15 centros de saúde na área urbana e 20 postos de Saúde na área rural. Seu comércio é composto por cerca de 5 mil estabelecimentos 230 indústrias e 25 agências bancárias. O ouro e a casiterita são os produtos minerais que predominam. Os produtos agrícolas o arroz, banana, batata-doce, laranja, mamão, mandioca, manga e melancia. A castanha e a borracha são as principais riquezas na parte extrativa vegetal.

Cearense de Granja, o prefeito de Porto Velho, Tomás Correia pertence ao PMDB e até pouco tempo concentrava suas atividades na defesa dos direitos humanos e na apuração das irregularidades da administração pública como advogado que é, especializado em estrutura jurídica.

Antes de ser prefeito, Tomás Correia foi deputado estadual, eleito em novembro de 1982, aliás o mais votado pela legenda do PMDB. Antes, Correia militou na política estudantil, tendo sido eleito presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Distrito Federal em 1976 e trabalhou como Defensor Público em Rondônia.

O advogado e ex-deputado estadual Tomás Correia, que também é promotor licenciado dos Territórios Federais tem uma origem humilde. Vindo da zona rural, do Norte do Ceará começou a frequentar pela primeira vez uma escola aos 18 anos de idade. Para realizar seus estudos, foi auxiliar de depósito, auxiliar do serviço de limpeza na garagem da Câmara dos Deputados e servente do restaurante da Cooperativa do Congresso em Brasília, onde também exerceu as funções de balconista, operador de máquinas e formou-se em Direito.

Considerado pela Imprensa como um dos parlamentares mais combativos e atuantes da Assembleia Legislativa, Tomás Correia foi o primeiro líder da bancada do PMDB na Legislativo Estadual, cargo que o projetou para todo o Estado, em função de suas vigorosas e marcantes posições e de sua participação constante nos principais debates no Legislativo.

Antes das eleições de 1982, Correia nunca havia participado da vida partidária. O PMDB foi a sua primeira agremiação. Como sindicalista, além da política estudantil, ele foi membro do Conselho Fiscal da Cooperativa do Congresso Nacional. Na elaboração da Carta Constitucional do Estado de Rondônia, Tomás Correia integrou a Comissão da Revisão Final. Ele se destaca inclusive como relator do Plano de Classificação de Cargos e Empregos do Estado de Rondônia e do Estatuto do Servidor Público, tendo oferecido a estas mensagens, substituídos com mais de 100 emendas.

Apresentado o prefeito de Porto Velho, Tomás Correia, vamos agora sa-

va, sabido que todos os municípios brasileiros dependem dos governos estadual e federal e fora deles não existe salvação".

PMDB VAI BEM

Segundo Tomás Correia, o seu partido, o PMDB, vai muito bem. "Provavelmente, faremos o nosso sucessor", assegura, "pois o governador do Estado, professor Jerônimo Santana tem dado muito apoio à nossa administração, ele que também foi prefeito de Porto Velho e conhece bem os problemas que enfrentamos bem como o próprio eleitorado, sempre fiel àqueles que trabalham em prol da comunidade".

REFORMAS TRIBUTÁRIA E AGRÁRIA

Município gigante. Por-

os mais desenvolvidos, conseguiria absorver um aumento populacional que beira os 20% ao ano", queixa-se. A inchação de Rondônia — no caso mais concentrada em Porto Velho, como sua capital — não tem precedente na história de maior ocupação do País; mesmo em São Paulo, em seu período de maior crescimento (meados do século XX), levou 20 anos para duplicar sua população.

Segundo o prefeito Tomás Correia, as autoridades perderam o controle sobre as correntes migratórias que se infiltram em Rondônia por terra e pelos rios. Nem a malária nem a falta de infra-estrutura de Porto Velho dá a Tomás Correia a esperança de que venha a descer-se o ritmo de ingresso de mi-

sileiros, pois como está, é chover no molhado. Portanto, é preciso que haja mais recursos, mais atenção do Governo Federal em relação ao Norte do País. E no caso de Rondônia em particular, esse apoio seria bem-vindo se dirigido para a zona rural, de modo a que o migrante fosse beneficiado e pudesse produzir ainda mais. O migrante, ao contrário do que muitos pensam, não é praga. Pelo contrário, se por um lado eles nos atrapalham é por falta das nossas próprias condições em acolhê-los. Pois da parte deles só recebemos benefícios. E agente do Sul, do Centro e do Nordeste — assim como os estrangeiros em Santa Catarina e no Paraná — nos ajudando a construir Rondônia e Porto Velho.

INCONSTITUCIONAL

O prefeito Tomás Correia apóia, também, e com bastante ênfase a abolição da competência que a União tem hoje de fixar alíquotas e promover a isenção de impostos, dentre outras interferências que exerce "contra" os municípios.

"Uma verdade. Os impostos são dos municípios. A sua abolição, ou a abolição de alguns, pela União, é uma interferência descabida, injustificável. Em Porto Velho, por exemplo, temos a exportação de madeiras, onde, há isenção de ICM. Portanto, o Estado e o Município que têm as suas cotas estão prejudicados. A União pode dispensar a sua cota, mas nunca poderia dispensar o que cabe ao Estado e ao Município. De forma, indireta, no caso, a União está legislando no Município, o que é até inconstitucional. A União não pode dispor de bens e de receita que cabem ao Município e ao Estado".

Tomás Correia acha, inclusive, que o Poder Público deveria ser isento do pagamento de quaisquer impostos, como taxas de água e luz etc. Ele advoga, ainda, "como de grande valia, a presença de representantes do Estado e do Município na hora da distribuição dos repasses para os municípios.

O prefeito Tomás Correia, que participou do recente Seminário da Reforma Tributária, promovido pelo CORREIO BRAZILIENSE, no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, tem a seguinte opinião sobre a participação dos municípios em todos os tributos federais: se esta é uma forma de se arrecadar mais, se é um bom caminho para se conduzir o município ao desenvolvimento, concordo. O IRT, por exemplo, é uma forma de se arrecadar mais recursos, e se fosse na sua totalidade, ainda melhor".

REALIZAÇÕES

Preocupado com as obras sociais em Porto Velho, o prefeito Tomás Correia tem no seu programa de governo, entre outros, a distribuição de terras para carentes. "Já existe o programa de assentamento de famílias na periferia da cidade. Estamos promovendo a melhor urbanização dos bairros. São obras menores, porém de maior importância. Não nos preocupam as obras faraônicas, sobretudo no campo social. Estamos, para isso, também incentivando a distribuição de lotes de terra para carentes".

No momento, a Prefeitura de Porto Velho está entregando 200 casas e,

breve, deverá entregar mais 700 habitações populares. De sorte que estas são as nossas obras do momento. Ano passado, fizemos com recursos próprios, o asfaltamento das principais ruas e praças da cidade. Adquirimos vários equipamentos como cacambas, carros para a limpeza urbana, tratores, pás-carregadeiras etc. Tudo isso com muito estorço e, sobretudo com dificuldades, em virtude da falta de recursos.

Tomás Correia não se preocupa com o seu futuro político. Pelo menos, no momento. "A hora é de trabalhar", diz ele. "Apos 1988, aí sim será a hora de pensarmos em alguma coisa. De qualquer forma como não vamos participar das eleições de 88, ano em que terminaremos o nosso mandato da Prefeitura, somente para 90 será possível pensar em alguma coisa no campo político. Quem sabe um novo cargo efetivo, talvez de deputado federal, mas isso é coisa a ser examinada".

REIVINDICAÇÕES

Tomás Correia é assíduo frequentador de ministérios e outros órgãos oficiais, em Brasília. "Uma necessidade", como justifica e com toda razão, "Quem não chora, não mama. Não se pode ficar acomodados em nosso canto, enquanto milhares de pessoas a nossa volta estão precisando de cuidados e, sobretudo, confiança na nossa ação como o

seu representante. O prefeito de um município é o povo. E sendo o povo, temos que lutar, pedir, implorar, enfim, fazer alguma coisa por nós mesmos. E estamos sempre nos palácios em Brasília. São viagens cansativas, despesas, mas é o jeito. O próprio governador nos incentiva a fazer isso. Por exemplo, estamos lutando agora mesmo por algumas reivindicações importantes para Porto Velho e seus municípios. Uma delas é a solução do problema dos transportes coletivos que em Porto Velho e das mais graves. Precisamos pavimentar as ruas por onde eles trafegam. Esse é o nosso maior e mais urgente pedido, no momento, às autoridades federais, que nos dêem recursos para, pelo menos, asfaltar uns 30 quilômetros de ruas e avenidas de Porto Velho.

Aos Constituintes, o prefeito de Porto Velho, Tomás Correia, transmitiu o seu apoio e incentivo, aproveitando para solicitar um maior empenho no sentido de que a reforma tributária seja feita com urgência. E ao presidente José Sarney para que conduza o País para o rumo certo.

"Nós de Rondônia, estamos solidários com o Presidente e apoiamos as suas ações. Inclusive, somos partidários também do mandato de 5 anos. Achando que o Presidente da República tem o direito de ter o mesmo mandato que terão os futuros Presidentes. Esta é a nossa e a posição do governador Jerônimo Santana".

O prefeito Tomás Correia finalizou se concretizando com o CORREIO BRAZILIENSE pela realização do I Seminário da Reforma Tributária, um evento, segundo ele, da maior importância, no momento, e que destaca o jornal como veículo voltado para as aspirações populares, em todos os sentidos.



Tomás Correia, Prefeito de Porto Velho, só quer a sua renda, o que cabe ao município

ber a realidade da capital de Rondônia.

AGUA ELUZ

Apesar de seus foros de grande cidade, Porto Velho se ressentente com os problemas da eletrificação. "Estamos utilizando, ainda, o sistema diesel mas esperamos que até 1989, o mais tardar, tenhamos inaugurado uma das turbinas da Hidrelétrica de Saniel", diz o prefeito Tomás Correia, logo a seguir se referindo às estradas cuja demanda também é grande, sobretudo, como já foi dito, porque Porto Velho é maior do que o Estado de Alagoas. "Agora vamos incluir Porto Velho no Pólo Noroeste o que facilitará um pouco mais as condições de escoamento da sua produção e de transportes em geral. Isso facilitará também o maior apoio do Governo Federal no setor, em Rondônia. Quanto a outras obras, vivemos praticamente de pés e mãos atados, devido à falta de recursos. Basta dizer que o que arrecadamos hoje, em Porto Velho, não dá para cobrir o pagamento de dois meses de funcionalismo municipal. Quem paga o pessoal é o Governo do Estado, por incrível que pareça. Daí porque precisamos com urgência de uma reforma tributária para que o Município possa se autogovernar e se autoadministrar. Caso contrário, é brincadeira falar-se em autonomia municipal sem autonomia administrati-

to Velho, no que toca à reforma agrária também enfrenta as suas dificuldades. Tomás Correia explica: "Temos algumas áreas ociosas, e algumas delas já forma desapropriadas pelo Incra e assentados os colonos. Agora, só é preciso haver um maior incentivo. Como já foi dito, sendo maior do que o Estado de Alagoas, Porto Velho é um estado dentro do estado e sua problemática é grande. Temos vários distritos e todos precisando de infra-estrutura. A nossa cidade hoje tem 80% da população do município residindo na zona urbana, o que significa que a zona rural está praticamente desabitada. Esta a razão e a premissa com que lutamos, no sentido de tirar o homem da cidade para o campo".

A INVASÃO DOS MIGRANTES

Estado de clima hostil, cercado pela selva amazônica, Rondônia não renuncia ao sonho do povoamento acelerado e quer erquer um dique ao atual fluxo migratório, o maior dos últimos anos, que, avolumado pela seca no Nordeste, já elevou sua população a mais de 2 milhões de pessoas, sendo que a maior parte se concentra em Porto Velho, a capital do Estado. "Não temos condição de acolher tanta gente", frisa o prefeito Tomás Correia. "Nenhum estado brasileiro, nenhum país estrangeiro, mesmo

grantes no Estado e no Município.

"O problema seria minimizado", explica Correia, se o Governo Federal nos desse condições. Daí a importância da reforma tributária que vimos advogando e da qual não abrimos mão".

Além dos produtos agrícolas já mencionados, Porto Velho se destaca pela sua pecuária e a produção do cacau. Mas voltando às reformas de que tanto carece o Município, com especialidade o Fundo de Participação dos Municípios, o prefeito Tomás Correia afirma que o FPM é consequência do aumento da arrecadação, mas sem esta, sem a condições para haver uma boa arrecadação, que por sua vez depende da produção, o FPM não melhora. "O que é preciso é criar mecanismos sem repasses, mas sim que possibilitem ao municípios arrecadar certos impostos e que haja uma administração direta dos mesmos. Acontece que os repasses demoram tanto que, tendo em vista a inflação galopante a que estamos assistindo, eles pouco significam. Porto Velho, com acentuada demonstração do seu crescimento migratório de cerca de 20% ao ano, não pode se programar em qualquer sentido.

Não há orçamento que agente sequer um trimestre. Seria o caso de se inventar uma máquina, como as dos supermercados, para o orçamento dos municípios bra-

TESOURO

Um belo nome e um problema interessante

Procura-se um médico. Salários de Cz\$ 50 mil. Casa, luz e água por conta do empregador. Os interessados, munidos com a documentação necessária, devem procurar a Prefeitura de Tesouro, Mato Grosso, de segunda a sexta-feira, no horário comercial.

Pode parecer brincadeira, mas não é. Com 15 mil habitantes, Tesouro enfrenta "um problema insolúvel", na classificação do Prefeito Leandro Alves Feitosa: a falta de médicos. A cidade aguarda há cinco meses a contratação de um profissional, mas apesar de todos os esforços da Municipalidade a solução do problema não está encaminhada.

— Temos dois hospitais aqui, um nosso e outro do Estado, mas não há jeito de conseguirmos um médico que pare na cidade, parece até praga. E olha que pagamos bem, garantimos todo conforto. Se o médico e solteiro, ele logo resolve transferir-se para um lugar mais desenvolvido; se é casado, a família diz não se acostumar com a nossa cidade, talvez por ela ser tão tranquila. Não sei como desembarcar este no — confessa Leandro Feitosa.

— Ele sente na caixa da Prefeitura as terríveis consequências da falta de assistência médica no Município.

— Gasto 300 mil cruzados mensais, me media, com o transporte de doentes para Guiratinga. Quando a Prefeitura não tem verba, tiro de meu bolso. Tesouro perde duas vezes com esta situação: primeiro, por não ter como atender a uma emergência; depois, por gastar ver-

bas em outro município. De quebra, alguns ainda criticam a Prefeitura, por entenderem que não temos médico por não querermos.

Segundo o Prefeito, a solução de tão angustiada questão somente acontecerá com o apoio do governo Federal, o qual, além de ajudar na construção de três postos de saúde, um deles no Distrito de Patovi deverá garantir a permanência de um médico no Município.

— Não é de hoje que ouço falar num plano de os médicos formados nas universidades federais, cujos estudos são financiados pela Nação, dedicarem os dois ou três primeiros anos da carreira ao trabalho no interior. Veja bem: não quero nada gratuito, pois não acho justo que alguém trabalhe sem ganhar. Da mesma forma, não entendo que todo o Brasil pague a formação de médicos que estão dispostos a apenas tratar os doentes das grandes cidades. Ora, tudo o que a cidade consome é produzido nas zonas rurais — afirma Feitosa.

UMA NOVA RIQUEZA BROTA DO CHÃO, E POR TODA A PARTE

Terra fértil, sol forte e água no tempo certo — a conjunção dos três fatores fazem de Tesouro uma região apenas a espera do impulso que a transformará em grande celeiro, pois a isto está destinado todo o Brasil Central, sem exceção. O Prefeito está bem consciente da situação:

— Quando, eu olho para trás, digo que estamos bem em termos de produção

agrícola. E não minto. Afinal, há três anos não colhíamos grãos. Este ano, já temos certa uma colheira que nos dará 80 mil sacas de arroz, milho e soja. Este é um dado que não admite contestação.

Nestes três anos plantamos as bases de nossa produção agrícola. A partir de agora, vamos partir para a produção em larga escala, naturalmente se recebermos apoio e garantias da União, pois nada adianta semear, tratar, colher e começar a quebrar a cabeça, para armazenar, para vender por um preço compensador.

Na realidade, Tesouro poderia ter feito seu solo produzir mais, não fossem alguns problemas de solução acima das possibilidades financeiras da Municipalidade.

— Em termo de plantio, tudo tem o tempo certo. Sem estradas razoáveis, não há como desenvolver a produção. O mesmo acontece com a criação. Temos pecuária, apenas para o próprio consumo. E terá de ser assim enquanto não pudermos transportar o leite com a rapidez necessária. Aqui, não há como imaginar a refrigeração do produto — explica Alves Feitosa, eleito pelo PDS.

Com cerca de 15 mil habitantes — "Bom, mas o IBGE diz que eles são apenas 11 mil, pelo censo realizado há cinco anos", explica Feitosa —, Tesouro, enfrenta problemas comuns a todos os municípios do interior, no rico sul ou no sempre desassistido Nordeste:

— Há por aí uma piada muito interessante: só político burro constrói esgotos, e obra que ninguém vê. Pois olha: eu sou um político burro, pois construí 1500 me-

tros de esgoto. Infelizmente, seria um administrador mais do que alegre se tivesse plantado 15000 metros de manilhas. Não foi possível. O autor da piada, feliz piada, ignora um dado fundamental: e caríssimo, construir uma rede de esgotos, a começar pelo preço das manilhas. E tem mais: se você parte para uma obra definitiva, com tubulação de grande vazão, tem até de usar máquinas, devido ao enorme peso de casa módulo. E é claro que você não pode comprá-las apenas para uma obra. Onde coloca-las? São questões que passam pela cabeça de um prefeito do interior... — ironiza Leandro Feitosa.

Vitima da falta de esgotos, Tesouro enfrenta ainda outro terrível problema: deficiência de abastecimento de água:

— Pessima e violenta, é assim que eu caracterizaria nossa situação no que se refere à água, que nós não temos devidamente distribuída.

E uma situação semelhante à da assistência médica. Quanto ao fornecimento de energia elétrica, já foi muito ruim, mas agora é satisfatório, embora já devamos planejar um reforço de carga, pois ele será necessário com o aumento da produção agrícola — diz o Prefeito, ele equipara o sistema escolar ao fornecimento de energia:

— Da para o gasto, mas está distante ainda do que desejo — explica Alves Feitosa.

GRANDE REPÚBLICA, UM BELO SONHO QUE DEU EM FRACASSO

Certo de que Tancredo Neves cumpri-

ria suas promessas, o Prefeito de Tesouro imaginou a transformação do Brasil numa grande república:

— Houve um momento em que até pensei estar sonhando, durante o Plano Cruzado. Ele me fez esquecer o não cumprimento a uma promessa de Tancredo, de realizar a reforma tributária, a qual seria a salvação dos municípios. De repente, tudo começou a falhar; o congelamento foi desrespeitado por todos; o boi virou coelho, entrou por um túnel e desapareceu; a galinha foi entupida, um simples ovo se transformou em tesouro. Deu no que deu, o tal Cruzado. Estamos fracassados, com inflação gloriosa e expectativa medrosa — expõe Feitosa.

De pes no chão, o Prefeito aguarda agora a reforma tributária, na esperança de que Tesouro afinal justifique o nome:

— Olha, a confusão de números e tamanha que nem mesmo dá para fazer qualquer contestação. Agora, sabendo-se que apenas o município produz, que Estado e União vivem de bicar as nossas rendas, chega-se a conclusão de que os Prefeitos deveriam receber, por justiça, a metade de tudo o que é arrecadado em suas cidades. Aliás, o mais certo seria o município recolher todos os impostos, pois é ele que produz a riqueza que os permite e se encarregar de distribuir as parcelas da União e do Estado. Agora mesmo, devido a defasagem dos números do IBGE no que se refere aos nossos habitantes, estamos perdendo verbas — explica Leandro Alves Feitosa.

COMO EMPREGAR DINHEIRO SEM TER QUALQUER LUCRO

Por jogar no certo — "Este negócio de exigir licença para máquinas de terraplanagem e para quem gosta de estar tostões, pois o importante é ter boas estradas, fazer a produção, crescer e recolher impostos sobre ela" —, o Prefeito gasta suas verbas em obras do Estado.

Com direito a reclamação, naturalmente:

— Para começo de conversa, União e Estado aplicam dinheiro em obras que não interessam aos municípios, em áreas que não apresentarão retorno. Há um outro dado, muito interessante: o Estado manda as máquinas para conservar as estradas e a Prefeitura tem mais uma despesa! Exato: Somos nos que pagamos toda a hospedagem dos maquinistas e o combustível. E claro que há a promessa de que os gastos serão ressarcidos, mas dinheiro que e bom jamais chegou as nossas mãos — diz Feitosa.

E dificilmente chegará, afinal a Municipalidade "financiou" o Estado, pela primeira vez, há três anos, quando o Governador era outro.

— Não parece, mas esta é outra dor de cabeça. Como é que eu vou convencer o povo de que é a prefeitura que paga o conserto das estradas, se as máquinas têm identificação do Estado, se os maquinistas são servidores estaduais? E isso: Tesouro já recebe pouco do que arrecada e ainda tem de ajudar al"por fora" o Governo Estadual — Concluiu Leandro Alves Feitosa.

DOM AQUINO

Um homem do pastoreio em conflito com a política

— Eu sou Prefeito, mas minha profissão mesmo é a pecuária, o que melhor sei fazer é lidar com gado.

Modéstia excessiva do Prefeito de Dom Aquino, Juarez Santos. Ele é realmente muito bom na criação do gado, mas é infinitamente melhor no trato com as pessoas. Foi assim, por acaso e confiança alheia, que o Prefeito acabou metido na política.

— Eu sou de uma cidade vizinha, onde mexia com a lavoura, meu pai tinha uma fazenda, eu cresci trabalhando a terra. Cheguei aqui e também me meti na lavoura. Logo descobri que o pessoal do campo tinha de viajar à Sede, para tratar de empréstimos. Comprei um táxi, comecei a servir um, a outro, a quem tinha e quem não tinha dinheiro. E jamais deixei de receber cada tostão, todos eles acrescidos de um juro sem medida: a gratidão — explica Juarez.

Foi tal sentimento que levou os moradores das áreas rurais a lançarem a candidatura do Prefeito a Vereador — ele foi o mais votado. Ao fim do mandato, teve de aceitar concorrer para Vice-Prefeito — e deu outro passeio.

— Mas ao fim de meu mandato, quero parar com política, pois eu não posso aceitar a falta de sinceridade como método de ação, do qual o maior exemplo é o Presidente José Sarney. Hoje, ele fala uma coisa; amanhã, diz outra. Isso é muito feio, isso não é política — acusa o Prefeito.

ÁGUA FRESCA E ÁGUA QUENTE, COMO SE DESEJA

A cachoeira Dourada, justificando o nome, fornece água fresca e cristalina; de uma fonte, o líquido jorra quente. E o próprio paraíso:

— Ah, em matéria de abastecimento de água, estamos muito bem, com uma bomba de alta potência e o tratamento necessário, o mesmo pode ser dito em referência ao fornecimento de energia elétrica, que também recebemos de Cachoeira Dourada — explica o Prefeito.

Da mesma forma, com a fisionomia tranquila e um sorriso permanente, Juarez Santos fala do sistema escolar do Município:

— Sem nenhuma pretensão, afirmo com todas as letras: no momento, não precisamos construir escola alguma, temos Primeiro e Segundo graus. No Governo passado, conseguimos a criação de uma Faculdade de Pedagogia, a qual funciona durante as férias escolares normais. Em tais ocasiões, recebo professo-

res e alunos de 15 municípios próximos, minha cidade se transforma numa bela festa, jovens e mestres repartindo refeições, colchões no chão e entusiasmo. Temos ainda merenda escolar.

De repente, uma sombra desce sobre o rosto do Prefeito, ao ouvir a pergunta comum a todas as reportagens: Dom Aquino tem quantos habitantes?

— Ah, aí depende. Se você acredita na minha palavra, e nem meus adversários duvidam dela, o número é muito superior ao informado pelo IBGE, para o qual temos apenas 11.500 habitantes. Ora, todos sabem que o IBGE faz censos a perder de vista. Eu desconfio que 11.500 é um número referente a 1965...

TERRA DADIVOSA CRIA RIQUEZAS E TRAZ PROBLEMAS

Dom Aquino é um município rico — a afirmativa expressa a verdade. Afinal, é um dos maiores produtores de soja; de cana; de leite; de carne de gado; agora, prepara-se para colher a primeira safra de latex. Há também o milho, o arroz, coisas mais. Tanta riqueza é um quebracabeça para o Prefeito:

— Bom, eu passo todo o ano conservando estradas, pois as colheitas se sucedem, exigem transporte rápido. Não conto com ajuda alguma do Governo, que trata apenas de recolher o ICM, sem levar em consideração não haver geração de receita sem despesas. Eu tenho um nunca acabar de quilômetros para cuidar, trato ainda do asfaltamento de ruas da cidade, as quais são castigadas pelos caminhões carregados. O Governo arrecada imposto aqui e ali, mas não trata de nos ajudar em nada, até a comida dos agentes arrecadadores somos nós que pagamos — explica Juarez.

Município de um País com grandes contradições, não poderia ser diferente em Tesouro, conforme reclama o Prefeito:

— A Previdência está na mão do Governo Federal, mas é a Prefeitura que assiste aos indigentes, atraídos exatamente pela fama de nossa riqueza. Muitas vezes, eles chegam sem a mínima condição de trabalho. Cabe ainda à Municipalidade abrigar os idosos, aos quais alimento e ofereço completo atendimento médico, mantendo até pessoas para dar remédios na hora certa. São despesas imensas, de que a União nem toma conhecimento. Quando morre uma pessoa, ninguém vai pedir ajuda para enterrar ao Pa-



O prefeito Juarez Santos está satisfeito com a rede escolar do município

lácio do Planalto, batem mesmo é no meu gabinete. Eu tenho também de garantir o álcool para o carro da Polícia, que é do Estado; ajudar nas obras do Fórum. E por aí afora — expõe Juarez.

DINHEIRO VIAJA, ENCOLHE E NÃO DÁ PARA DESPESAS

O Prefeito entende que qualquer reforma tributária seria tem de passar, necessariamente, por um novo censo populacional, para atualizar a participação dos municípios em ren-

das que eles não arrecadam em seus próprios territórios:

— Afinal, como já afirmei, não se pode confiar nos números do IBGE. No momento, o que recebemos não está dando para pagar a folha dos servidores, situação complicada pelo gatilho. Mal podemos fazer pequenas obras; do jeito que a coisa vai, logo entraremos na faixa dos municípios devedores — antecipa Juarez.

Para vencer definitivamente tal situação, o Prefeito aponta um único

remédio:

— O município deve ser o órgão recolhedor, repassador e aplicador. Somente assim nos veremos livres desta situação vexatória, em que somos obrigados a mendigar verbas de deputados estaduais, a deputados federais, a senadores, a governadores, a ministros, até ao Presidente da República. Cada um deles mais possudo e mal intencionado, pois somos humilhados em cada gabinete. No dia em que os prefeitos puderem realmente gerir as riquezas criadas

em seus municípios, toda política brasileira será diferente, pois um governador ou o Presidente não terão força para impor obras absurdas, contra a opinião de todo o País. E por uma razão bem simples: Não terão dinheiro para levá-las adiante. Coloco apenas uma pergunta: de que nos adiantam as tais usinas atômicas? Não bastasse o mal emprego da maior parte do arrecadado, há ainda o atraso no repasse. Com inflação a 20% ao mês, um atraso de 90 dias é um alto negócio para a União. E muitas vezes temos até de esperar oito meses! — denuncia Juarez Santos.

GOVERNO FEDERAL COBRA IMPOSTOS ATÉ DE PREFEITURAS

O relacionamento município — União irrita especialmente o Prefeito, que vê nele uma série de armadilhas para impedir que sua administração realize plenamente suas propostas:

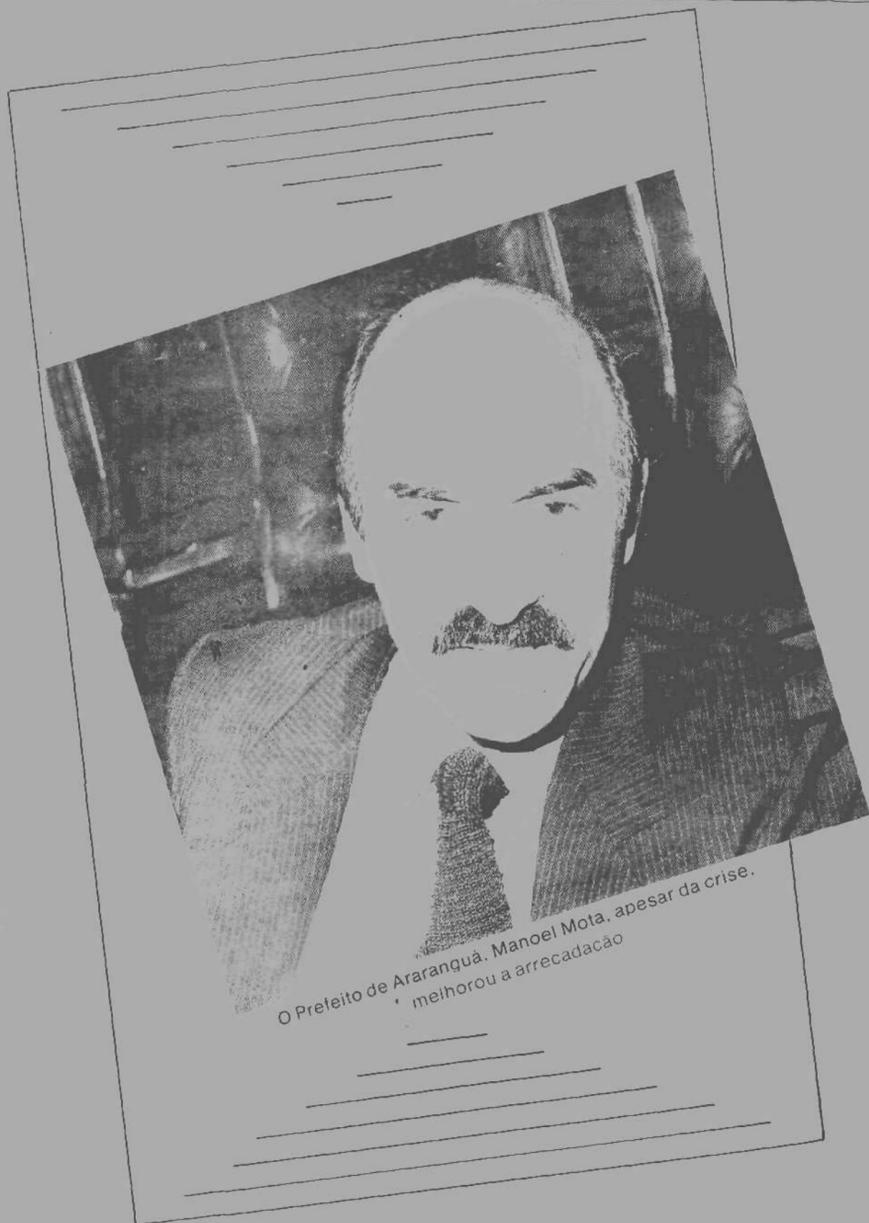
— Há cabimento no fato de as prefeituras terem de pagar empréstimos compulsórios quando compram veículos? Ora, isso é uma pouca vergonha, é o Governo Federal arrumando jeito de cavar dinheiro de onde já tirou tudo e mais um pouco. Comprei um carro para a Prefeitura e paguei 75 mil cruzados de compulsório. Ora, com tal dinheiro, que jamais nos será devolvido, eu poderia melhorar uma estrada rural, melhorar a assistência aos indigentes, comprar mais instrumentos para um hospital — diz.

Tal situação leva à desmoralização dos municípios, pois os comerciantes sabem que os prefeitos vivem contando centavos:

— Acabou o crédito. Antigamente, quando eu comprava pneus, tinha 60 dias para pagá-los; podia mandar abastecer os veículos e deixar para pagar na semana seguinte. Agora, todos exigem pagamento à vista. Os meus amigos aceitam cheque pré-datado. Vivemos um período de falência do Poder Público, e isso é altamente constrangedor para qualquer autoridade que tenha amor-próprio.

O problema afetaria até mesmo o Governo Central:

— A palavra do Presidente Sarney não está valendo nada. Ora, ele já foi deputado, já foi governador, já foi senador, deveria se impor. Um Presidente da República não pode deixar-se manobrar. Como Prefeito eu não posso ser manobrado. Ele deve ouvir seus assessores, concordar. Mas, depois de tomar uma decisão, sua palavra tem de soar como tiro; ter o peso de rocha rolando morto; a clareza de relâmpago. Eu fui do PDS, no tempo em que Sarney era o Presidente do Partido. Hoje, não tenho Partido e ele está no PMDB. Mas me sinto incomodado com a sua indefinição. Terminado: Para a Prefeitura, está difícil pagar o salário-mínimo, que não dá para o povo se manter, e muito pouco. O feijão está a 35 cruzados o quilo, e continua a aumentar. Quando o Presidente vai ouvir o povo? — concluiu o Prefeito de Dom Aquino, Juarez Santos.

ARARANGUÁ

Governar com a comunidade, uma estratégia para vencer as dificuldades

Em 4 anos, Araranguá passou de 36º para 14º em arrecadação

Para vencer as diferenças políticas — o Governador era do PDS — e a falta de recursos, o Prefeito de Araranguá, em Santa Catarina, Manoel Mota, convocou a sociedade para a realização de uma administração comunitária. Com o apoio da população, a Prefeitura pôde realizar as obras dese-

Para o apoio da comunidade e o progresso de Araranguá deram ainda ao Prefeito Manoel Mota a Presidência da Federação Catarinense de Municípios. Em todos os três cargos que ocupa, a maior preocupação de Manoel Mota é a luta pela reforma tributária.

— Nós estamos vendo

necessárias para o projeto elaborado pela Constituinte.

Araranguá é um Município com oito balneários, no Sul de Santa Catarina, que vive com uma população de 60 mil habitantes, no inverno, e 200 mil, no verão. É o terceiro potencial turístico do Estado, graças às suas promoções como a corrida de caminhão, que conta sempre com a participação do Prefeito Manoel Mota, ex-camioneiro. A cidade não tem uma área muito grande — 412 Km² — mas necessita de muita infra-estrutura, em consequência da superpopulação durante o verão. Segundo o Prefeito, só na área dos oito balneários, Araranguá conta com 40 mil lotes.

Mas nos seus quatro anos de administração, Manoel Mota vem conseguindo realizar muitas obras.

— Araranguá — lembra o Prefeito — tinha 200 mil metros quadrados de calçamento e eu calcei 300 mil metros só no meu mandato. Araranguá fez 103 anos com

200 mil metros quadrados, e em quatro anos eu fiz 300 mil.

Na área social, a prefeitura está implantando os programas de saúde, evitando que os hospitais atendam correndo e com filas, e fazendo também com que o trabalhador seja atendido perto de sua casa. Programa prioritário é o de funcionamento de uma creche em cada bairro. Em breve o Município ganhará sua vaca mecânica para produzir três mil litros de leite de soja por dia.

Mesmo com todas essas realizações, o Prefeito de Araranguá não está satisfeito. Segundo ele, "a cada dia que passa estamos sentindo que estão puxando o nosso tapete, com as ações cada vez mais centralizadas".

— O Plano Cruzado — diz o Prefeito — não trouxe a expectativa de melhoria de vida que esperávamos.

Manoel Mota considera fundamental, para a melhoria da situação financeira dos Mu-

nicipios, a participação em todos os tributos federais. Ele acha até que deveriam existir apenas três tributos para serem divididos entre União, Estado e Município. Dessa forma, a fiscalização poderia ser mais ágil e eficiente.

— Isso — argumenta — evitaria a sonegação de ICM. Nosso País tem

plantação da reforma tributária para o próximo ano.

— Só assim os Prefeitos poderão executar as obras fundamentais de seus Municípios.

Um Município forte, segundo o Prefeito, dará à sociedade a estrutura que deseja e ainda não tem, apesar dos altos impostos que paga.

Municípios estão perdendo autonomia

jadas e necessárias à comunidade e Araranguá, apesar da crise, progrediu.

— Em quatro anos — diz o Prefeito sem esconder seu orgulho — passamos de 36º para 14º lugar em arrecadação no Estado.

Essa integração, Prefeitura Comunitária, levou o Prefeito Manoel Mota à Presidência da Associação do Extremo Sul de Santa Catarina, Asmec, que lançou um programa no valor de Cz\$ 300 milhões para recuperação de 50 mil hectares em toda a região. Isso, segundo o Prefeito, dará uma nova perspectiva ao agricultor que poderá plantar, nessa área, 5 milhões de sacas de arroz a mais. Esse programa de irrigação e drenagem está servindo de exemplo para todo o

que, dentro da Constituinte, estamos capengando em alguns espaços. A reforma tributária não atende o Sul. O Sul hoje está carente de uma atenção maior, na área de produtos de exportação. No meu Município, 80% das indústrias são de produto de exportação e não têm qualquer ressarcimento dessa produção.

Para o Prefeito de Araranguá, os avanços conseguidos com a reforma tributária ainda estão muito aquém das necessidades dos Municípios, principalmente porque não lhes dá a autonomia e soberania desejadas pelos Prefeitos. A esperança de Manoel Mota é que a realização de um congresso de Prefeitos, no Rio, em breve, mobilize a todos e resulte num documento que defina as modificações

Municípios estão capengando na Constituinte: falta apoio para o Sul

Estão puxando o tapete dos prefeitos

característica de sonegação de ICM.

Com os três tributos o Prefeito acredita que poderia se alcançar o objetivo de acabar com a sonegação. Além disso, as divisões garantiriam a autonomia de Município, Estado e União.

Municípios que podemos fortalecer a democracia e ter o país que desejamos, rico e sólido.

O que mais o Prefeito espera da reforma tributária é o ressarcimento da Região Sul com as exportações. Deseja também que o repasse do IPI e do ICM aumente para 25%, além da inclusão de outros tributos federais, que não são divididos com os Municípios.

Para amenizar o sofrimento e as dificuldades dos Municípios, Manoel Mota defende a im-

Como Prefeito e Presidente da Federação Catarinense de Municípios, Manoel Mota, está totalmente empenhado em lutar pela reforma tributária, para ele a solução dos problemas municipalistas, Agricultor, camioneiro, empresário, jogador de futebol (amador), sempre envolvido na política, Mota trabalhou desde cedo junto às comunidades de base, até ser indicado por elas candidato à Prefeitura de Araranguá, em 1982.

Manoel Mota não consegue esconder sua empolgação quando fala da reforma tributária, e garante que sempre estará à frente de qualquer mobilização que altere o sistema tributário atual, concedendo a independência econômica e política que os Municípios tanto desejam.

Lideranças comunitárias em ação

Grandes datas do municipalismo na campanha das Diretas Já

1983

Agosto/22 — E lançada na cidade de Rio Claro (SP) a "Carta dos Municípios de São Paulo".

Setembro/23 — Os prefeitos realizam a primeira marcha a Brasília pela reforma tributária, e entregam ao presidente Figueiredo a "Carta dos Municípios do Brasil".

Novembro/23 — E realizada a segunda marcha de prefeitos a Brasília pela reforma tributária, e essa marcha consegue a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Emenda Passos Porto (senador Passos Porto/PDS-SE). Suas conquistas: o aumento do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados; altera a distribuição do Imposto sobre Combustíveis, passando a contemplar com maior parcela os municípios.

1984

Janeiro/23 — E criada em São Paulo, em solenidade realizada no plenário da Assembleia Legislativa, a Frente Municipalista (na época, pelas diretas e Constituinte). A Frente nasce com coordenações em 18 Estados.

Abril/21 — A Frente Municipalista, em campanha pelas diretas-já, programa um ato público para o Memorial JK, em Brasília, onde seria lido o documento "JK — Imagem e Exemplo".

Na véspera, no entanto, o governo havia decretado estado de emergência em Brasília, para impedir qualquer manifestação pelas diretas. O Vice-governador paulista Orestes Quêrcia, presidente da frente, foi ameaçado de prisão pela Polícia Federal, ao desembarcar no aeroporto da cidade, acompanhado de outros líderes do movimento municipalista. O Memorial JK é cercado, desde as primeiras horas da manhã, por tropas do Exército, sob o comando do general Newton Cruz, comandante militar de

quer nação. Foi em um município, o de São Vicente, que nasceu o Brasil. Toda a nossa História tem sido escrita nas cidades, como Olinda, São Paulo, Ouro Preto, Recife e, agora, em Brasília (...). Nunca houve tanta concentração de poder como hoje. O regime inaugurado há vinte anos supera todo o arbitrio conhecido. O Estado Novo, com sua violência, era bem mais justo para os municípios. Mesmo o Estado unitário, sob a monarquia dos Bragança, e nos séculos coloniais, a exploração dos mu-

Tancredo Neves prometeu plano bem emergencial

Brasília. Mesmo assim, Quêrcia e alguns prefeitos, mais os deputados federais Irajá Rodrigues (PMDB-RS), e Ayrton Soares (PMDB-SP) e o senador Severo Gomes (PMDB-SP) conseguem chegar até o saguão do memorial. O documento da Frente, em homenagem a Juscelino Kubitschek e à própria Brasília, que aniversariava, é deixado na biblioteca do memorial. Nele, estava escrito: "(...) O município é a única resistência administrativa de qual-

nicipios era menor. Lisboa arrancava de Vila Rica um quinto do ouro extraído. Quanto hoje nos deixa Brasília?"

Durante o primeiro semestre de 1984 foram realizados vários encontros estaduais da Frente pela reforma tributária. No encontro de Campos do Jordão (SP), em setembro, chegou-se à redação final da emenda de reforma tributária. Essa emenda, apresentada pelo deputado federal Ayrton Sandoval (PMDB-SP), recebeu o nº 79/84. Foi apresentado também pelo mesmo

deputado um projeto de lei complementar, o de nº 213/84, alterando o Código Tributário Nacional. Esse projeto não entrou ainda em votação.

1985

Janeiro/13 — A Frente, sob a liderança do vice-governador paulista Orestes Quêrcia, seu presidente, realiza em Brasília, no Memorial JK, o "Encontro do Brasil com a Nova República". Nessa ocasião, Tancredo Neves, a quem a Frente já apoiava, como candidato à presidente da República, desde julho/84, em encontro realizado em São Paulo, reiterou, perante prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de todo o País, o seu compromisso por uma reforma tributária de emergência.

Junho/18 — Os prefeitos da Frente Municipalista Nacional realizam uma nova marcha a Brasília para assistir a votação da Emenda Ayrton Sandoval, que acaba sendo adiada. Mais de dois mil municipalistas são recebidos no Palácio do Planalto pelo presidente José Sarney, e recebem dele a promessa de que será criada a Comissão Nacional de Reforma Tributária de Emergência. São do presidente Sarney estas palavras: "(...) Eu queria que nós constituíssemos, num prazo de trinta dias, uma comissão paritária, de prefeitos e, ao mesmo tempo, de membros do governo, para que possamos resolver de uma vez todos os problemas que os senhores reivindicam. Mas não nos limitaremos a examinar o aspecto tributário que vai ser tratado. Examinaremos também todas as outras reivindicações que, no momento e de maneira emergente, precisam ser tratadas a nível de município e a nível de governo federal".

Julho/18 — E realizado em Brasília o primeiro encontro dos cinco representantes indicados pela Frente para compor a Comissão Nacional de Reforma Tributária com o ministro do Planejamento, João Sayad.

Julho/30 — E realizada em Brasília a primeira reunião da Comissão Nacional de Reforma Tributária, composta de quatro deputados federais e seis senadores; quatro secretários de Fazenda (Estados); 1 secretário de Fazenda de Capital; quatro representantes do governo federal (os ministros da Fazenda e do Planeja-

Muitas reuniões foram realizadas em clima nervoso

mento, o secretário da Receita Federal e a secretária da comissão); os cinco representantes da Frente Municipalistas.

Agosto/05 — Uma parte da comissão reúne-se em São Paulo, resultando desse encontro a redação de uma minuta de emenda substitutiva à Emenda Ayrton Sandoval.

Agosto/15 — A Comissão Nacional de Reforma Tributária reúne-se em Brasília.

Agosto/26 — Nova reunião, também em Brasília.

Setembro/10 — Nova reunião em Brasília.

Setembro/26 a 30 — Os membros da Comissão realizam diversas reuniões em Brasília com ministros e técnicos da área econômica do governo.

Outubro/02 — A Frente realiza uma nova

marcha a Brasília para veículos automotores — um imposto assim dividido: 50% para os Estados e 50% para o município onde for licenciado o veículo;

b) Nova distribuição do ISTR (Imposto de Serviços sobre Transporte Rodoviário): 20% para os municípios; 50% para os Estados e 30% para a União.

c) Aumento de 1% do FPM, o Fundo de Participação dos Municípios, que passou de 16 para 17% a partir de 1º/12/85. Desses 17% o município deverá aplicar 6% em programas de saúde.

d) A União é obrigada a publicar no Diário Oficial: montantes dos impostos arrecadados e dos repasses aos fundos de Participação dos Municípios e de Participação dos Estados.

A Frente Municipalista prepara-se agora pa-

A proposta da Reforma Tributária

assistir a votação da Emenda Ayrton Sandoval. Durante todo o dia, após intensas negociações entre as lideranças da Frente e parlamentares, chega-se a um acordo: a apresentação de uma emenda substitutiva pelo deputado federal Irajá Rodrigues (PMDB-RS).

Outubro/23 — A Emenda Irajá Rodrigues é aprovada em primeira votação.

Outubro/22 — A Emenda Irajá Rodrigues é aprovada em segunda votação.

A Emenda Irajá Rodrigues, que substituiu a Ayrton Sandoval, garantiu aos municípios brasileiros as seguintes conquistas:

a) A TRU, Taxa Rodoviária Única, passou a ser imposto estadual sobre a propriedade de

ra assegurar novas conquistas na Assembleia Nacional Constituinte, através da bancada de deputados e senadores que pretende eleger.

Uma nova proposta de reforma tributária já está em elaboração. Ne-la pretende-se assegurar:

a) Aumento do Fundo de Participação dos Municípios, de 17 para 19%.

b) Aumento do Fundo de Participação dos Estados, de 14 para 16%.

c) Aumento da quota do ICM, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, dos municípios, hoje de 20%, para 25%, ficando os Estados com 75%, em vez dos 80% atuais.

d) Criação do Fundo de Compensação do ICM para a isenção nas exportações.

A história de um luta

Autonomia municipal é a meta do Governo do Estado de S. Paulo



FRENTE MUNICIPALISTA PELAS DIRETAS

A logomarca da Frente Municipalista, que nasceu pelas Diretas e Constituinte e depois passou a se chamar Frente Municipalista Nacional, foi criada pelo jornalista e publicitário Murilo Felisberto, ex-editor-chefe do jornal do Tardio (SP), hoje na equipe de criação da agência DPZ.

São Paulo (Da Sucursal) — Uma das mais decadentes tradições da política brasileira é a instituição da corte do poder. Por isso, deselegantes, desacostumados com a pompa das decisões, os prefeitos municipais de Norte a Sul do Brasil apenas chamam a atenção nos corredores dos palácios pelo insólito, ou simplesmente passam despercebidos.

Mas, em São Paulo, o principal estado desta contraditória federação, os municipalistas preparam-se para duas inimagináveis tarefas: eleger o governador do Estado e desembarcar em Brasília uma verdadeira força-tarefa, formada por dezenas de deputados. O alvo: a constituinte. O objetivo: a autonomia municipal.

Orestes Quêrcia virou o jogo em São Paulo. E não esconde de ninguém que foi, principalmente, pela ação de centenas de prefeitos do Interior paulista. E não deixa por menos: "Eleito, colocarei a força e o prestígio de São Paulo a serviço da causa municipalista".

Apoio nada desprezível reforçado ainda pela vertiginosa ascensão do PMDB do vizinho estado do Paraná. Lá também o ex-governador José Richa, praticamente eleito para o Senado constituinte, com mais de 40% dos votos, atribui o sucesso de toda a campanha do partido aos prefeitos do interior paranaense.

Sucesso que permite assegurar também a eleição do senador Alvaro Dias para o Palácio Iguacu, calcado numa plataforma de governo totalmente descentralizada e uma proposta semelhante a de Quêrcia: o Governo do Paraná também quer apoiar o municipalismo e vai colocar todo o prestígio que possa arremessar para defender uma reforma tributária que se contraponha ao histórico centralismo tributário brasileiro.

Também em Santa Catarina, o deputado-federal Dirceu Carneiro, ex-prefeito de Lajes, considerado azarão na disputa pelo Senado, está praticamente eleito com o apoio dos prefeitos de Blumenau, Dalto dos Reis, de Criciúma, Heriberto Hulse, entre outros. Acima e além da confusa proposta de governo do candidato majoritário de seu partido, o coronel Pedro Ivo Campos, Dirceu defende a proposta municipalista, incluindo-se aí uma reversão radical da divisão tributária.

Não há dúvidas de que o PMDB de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina, entre outros, vai enviar para Brasília uma forte bancada municipalista. Mas, além desse vigoroso poder de fogo, também o governador Franco Montoro — que fatalmente depois de deixar o Palácio dos Bandeirantes deverá ocupar o primeiro escalão da República — é dos mais vibrantes defensores do municipalismo. "Ou descentralizamos o desenvolvimento ou transformamos o País num gigante com pés de barro", defende o governador paulista.

Montoro pautou seu governo num amplo programa de descentralização. Transferiu os recursos da merenda escolar para os municípios, criou a Caixa Econômica municipal e, para agilizar a execução do programa, instituiu num de seus primeiros atos a secretaria de Participação e

descentralização.

As relações dos municipalistas com a Nova República não são tão boas quanto se poderia supor. E que o Governo José Sarney não manteve a promessa de Tancredo Neves de promover uma ampla reforma tributária. Pior, recentemente, o Presidente da República assinou decreto bloqueando o acesso às cotas do Fundo de Participação dos Municípios às Prefeituras que estejam em débito com a Previdência Social.

Tal decisão ocupou praticamente toda a discussão do I Encontro de Prefeitos do Paraná, encerrado terça-feira, em Maringá, com violenta nota de protesto dos municipalistas paranaenses. O presidente da Associação dos Prefeitos do Estado de São Paulo, Lincoln Magalhães, também prefeito de Rio Claro, não conteve as palavras para expressar em telex encaminhado ao presidente da República o sentimento da classe: "Decepção, revolta e humilhação".

Historicamente postergados por uma herança ingloria dos tempos imperiais — acirrada depois pelos 20 anos de militarismo — os municipalistas estão dispostos a fazer prevalecer o peso político e administrativo do município. "A futura Carta Magna brasileira deverá estabelecer, objetivamente, maior autonomia econômica e liberdade de ação aos municípios, que, atualmente, de uma forma geral, encontram-se em estado de falência" — diz o ex-governador do Paraná, José Richa.

O vice-governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, igualmente enfático diz: "O cidadão mora é no município, e não no Estado ou na União". O raciocínio do candidato peemedebista ao governo do Estado de São Paulo parte da premissa que o poder municipal está muito mais perto da sociedade e, portanto, tem melhores condições de saber quais são as suas reais necessidades.

"O município tem melhores condições de atender o campo da Educação, da Saúde, da Segurança e dos Transportes" — diz o prefeito Lincoln Magalhães, de Rio Claro. "Nós é que vivemos dioturnamente com a realidade" — conclui.

Maior autonomia, maiores encargos, para assumi-los os municipalistas querem também ficar com os recursos tributários, ou com uma parcela maior dos recursos tributários arrecadados no município. O ex-prefeito de Curitiba, Maurício Fruet, apontado como eventual candidato mais votado para a Constituinte em seu estado, lembra que na Inglaterra, os municípios ficam com 55% da arrecadação; na Itália, 49%. "No Brasil" — diz — "a parcela teórica dos municípios é de apenas 7% e na prática, miseros 3,8%. Um índice razoável seria de 40%".

O próprio Quêrcia chama a questão do centralismo brasileiro de vespeiro. E os municipalistas de uma forma geral sabem que estarão enfrentando não só uma maldada tradição, como também um amplo preconceito que se incrustou na vida política nacional. Mas, estão dispostos a brigar por suas idéias. Como diz o Deputado Federal Osvaldo Macedo: "E agora ou nunca".

UMA AÇÃO SUPRAPARTIDÁRIA

Luta é por município muito forte e atuante

São Paulo (Da Sucursal) — A Frente Municipalista Nacional, que nasceu em 1984, com o nome de Frente Municipalista pelas Diretas e Constituinte, é um movimento suprapartidário, que congrega prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de todo o País.

Na primeira etapa da sua luta, a Frente reuniu as lideranças municipalistas em torno da bandeira da reforma tributária de emergência, e passou a denunciar a política centralizadora da União, em prejuízo dos Estados e Municípios.

No decorrer dessa luta, e sintonizada com os interesses dos municípios das mais diversas regiões do País, a Frente Municipalista Nacional passou a estimular o debate

em torno de outras reivindicações municipalistas, buscando respostas e soluções para os mais diversos problemas vividos pelos municípios brasileiros.

As lideranças da Frente procuraram sempre destacar que a luta por maiores recursos era apenas o primeiro passo — a luta maior dos municípios brasileiros, na verdade, e essa será travada no espaço da Assembleia Nacional Constituinte, e por mais autonomia e maiores responsabilidades.

O que isso significa? Retirar por exemplo, das mãos do Estado e mesmo da União atribuições que, na esfera do município, ganham maior eficiência, em benefício da comunidade. Esta demonstrado, com base

em diversas experiências, que o município pode cuidar melhor que o Estado e de que a União dos assuntos relativos à saúde, a educação, a segurança, a habitação, ao saneamento, a assistência às crianças e as populações carentes. A comunidade local pode, deve e quer participar do equacionamento e das soluções de seus problemas, em parceria com os seus dirigentes.

A Frente Municipalista lutara também, na Assembleia Nacional Constituinte, pelo fortalecimento dos legislativos municipais, as Câmaras de Vereadores, devolvendo-lhes, por exemplo, a prerrogativa de legislar sobre matéria financeira, que lhes foi retirada em 1964.



São Paulo, 23/2/84: a Frente Municipalista é lançada para lutar pelas eleições diretas para presidente e a Constituinte.



Montoro: descentralizar o desenvolvimento, para que o País não se transforme em um gigante dos pés de barro.



Brasília, 21/4/84: Quêrcia e os prefeitos na Frente no Memorial JK, cercados pelas tropas do general Newton Cruz.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Habitação precisa de verbas

O município catista de São José dos Campos precisa de mais 25 mil moradias e o prefeito Antônio José Mendes assume a iniciativa com a importante decisão política de tentar equacionar um problema que "mesmo não sendo da alçada municipal, precisa ser enfrentado o mais rápido possível". Ele acha que sua prefeitura não é uma exceção frente às demais e que, embora também esteja enfrentando as mesmas dificuldades econômicas que atingem os demais municípios, é importante a execução deste plano habitacional que visa atacar o déficit no setor, construindo moradias para a população situada na faixa de baixa renda. A 34 quilômetros da capital de São Paulo e a 340 quilômetros do Rio de Janeiro, São José dos Campos apresenta uma taxa de crescimento populacional acima da média brasileira: 6,8% ao ano.

Isto se explica pelo fato da cidade estar situada, estrategicamente no eixo onde estão concentradas as maiores empresas do País, conseqüentemente, possui o maior contingente de mão-de-obra. Em razão disto, São José convive com os efeitos de uma forte corrente migratória que busca melhor qualidade de vida e mais empregos. Procurando proporcionar esta qualidade de vida e que a administração municipal quer assegurar habitação digna para toda a população que ganha de zero até três salários-mínimos. A prefeitura já bancou Cr\$ 80 milhões pela desapropriação de uma área de 106 alqueires, onde pretende desenvolver um programa que prevê, além das moradias, equipamentos sociais como escolas, creches, postos de saúde e cabine policial.

EXPANSÃO URBANA

Com um parque industrial em franca expansão, este ano a cidade deverá receber centenas de famílias que aqui se instalarão, fazendo crescer consideravelmente o nosso déficit habitacional. O apoio de órgãos do Governo Federal e a nossa única opção para enfrentar essa questão é evitar que acabem proliferando por todo o município os problemáticos bolsões de favela — ressaltou o prefeito Antônio José Mendes ao falar sobre a questão.

Pelos seus cálculos, uma família de São José dos Campos com renda de até três salários-mínimos já está sendo obrigada a gastar mais de 50% de seu orçamento mensal com aluguel. "É ainda assim, acaba morando em bairros distantes a cerca de vinte quilômetros do centro da cidade", diz Antônio José Mendes. Atualmente, a cidade tem cerca de 450 mil habitantes e um percentual superior a 5% desse número depende, exclusivamente, da viabilização do programa da Prefeitura para realizar o sonho da casa própria. "Já existe todo um planejamento para que isso aconteça, incluindo orientação técnica visando a construção das casas em sistema de mutirão", garante o prefeito de São José dos Campos.

No momento, o que o município espera é a liberação de recurso, solicitado a Caixa Econômica Federal. Estas verbas irão propiciar o financiamento, numa primeira fase, de lotes urbanizados para 2.800 famílias carentes. Segundo o prefeito, esses lotes, com infraestrutura mínima — como água, energia domiciliar e pública, drenagem, etc — irão implicar em investimentos da ordem de Cr\$ 50 milhões, com os quais a Prefeitura não tem condições de arcar. Todo o processo sobre o programa habitacional já está tramitando na Caixa Econômica Federal e o prefeito Antônio José Mendes espera receber uma resposta positiva nos próximos dias.

Tivemos audiências com o então presidente do órgão e ficou clara a sua manifestação de total interesse em ajudar — frisou o prefeito, que tem estado, praticamente todas as semanas em Brasília buscando recursos para viabilizar vários programas importantes para o município de São José dos Campos e já apresentou o projeto habitacional também ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e a Secretaria Especial de Assuntos Comunitários (SEAC), que também estão dispostos a auxiliar a Prefeitura.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Ao falar sobre um dos temas que mais preocupam os prefeitos de todo o País, o advogado Antônio José Mendes Faria espera que a reforma tributária a ser instituída promova uma



O Prefeito Antônio José Mendes tenta equacionar o problema da falta de moradias populares

maior divisão da receita do Governo Federal com os estados e, particularmente, com os municípios. "A nossa causa já é bastante antiga e velha conhecida do Governo Federal porque nós temos uma série de prestação de serviços diretos à comunidade que deveriam ser feitos na maioria das vezes pela União e que, na verdade, são feitos pelos municípios", frisou o prefeito. Como exemplo, ele pode citar o fato de vários órgãos do Governo Federal onde a Prefeitura de São José dos Campos cede funcionários e equipamentos. "Isto também a cada dia que passa, serve para agravar as despesas do município com este tipo de prestação de serviços que é de alçada e obrigação do Governo Federal", acentua Antônio José Mendes.

O prefeito entende que a divisão maior da arrecadação da

União vai realmente "fazer uma justiça e democratizar o orçamento da União, pois muitos dos investimentos que são feitos pelo Governo Federal em obras não prioritárias para o País, são feitas com a somatória dos recursos que advêm de todos os municípios do País". Na sua opinião, muitas vezes, os impostos arrecadados que são aplicados em obras de outros Estados são feitos sem a consulta aos municípios e aos contribuintes "que em primeira instância moram no município e, como dizem os políticos antigos, as pessoas não moram nos estados e nem na União". Ou seja, esta frase, no entender de Antônio José Mendes, significa

que o prefeito e o primeiro a receber as reclamações da comunidade e quem tem primeiro que acudir a população.

Pelos seus cálculos, o prefeito acredita que apenas 4% do que é arrecadado no município de São José dos Campos retorna aos cofres públicos locais. "É uma quantia muito irrisória", frisou o prefeito. Ao falar sobre a possibilidade dos municípios poderem vir a editar suas próprias leis orgânicas, Antônio José Mendes considera que a questão é oelêmica. "Eu entendo que primeiro nós devemos fazer uma nova Constituição e depois disto fazer a Constituinte estadual e, então, num terceiro passo, depois de promover uma

ampla discussão sobre o assunto, que reivindicar isto hoje e passar o carro na frente dos bois", acentua o prefeito.

DIVIDIR O BOLO

"Eu defendo que o bolo do orçamento da União deve ser dividido para todos os estados e municípios. No meu caso, eu acho que uma parcela dos impostos arrecadados deveria ficar no município porque, por exemplo, o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) é um imposto federal mas nos temos aqui um parque industrial muito grande que recolhem uma parcela muito grande do IPI e nós não recebemos nada

deste dinheiro", reclama o prefeito Antônio José Mendes.

O prefeito de São José dos Campos ressaltou que o único imposto que recebe o Governo Federal é o Fundo de Participação dos Municípios "que em relação ao orçamento é irrelevante". Ele considera que o FPM é "muito bom e deveria ser aumentado para os municípios pequenos onde não se tem uma arrecadação considerável de ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e entendo que o fundo deve ser repassado proporcionalmente a arrecadação de cada município". Antônio José Mendes sabe que esta sua proposta, de certa forma prejudicaria os municípios pequenos, mas ressaltou que o Governo Federal há de encontrar outra fórmula de ajudar os municípios que não tenham arrecadação de impostos.

O prefeito não acha que deve ser abolida a competência da União para fixar a alíquota. "Nos casos de Imposto Sobre Serviço (ISS) e do Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) o próprio município já faz isto. Mas como a União pode deixar de fixar a alíquota sobre o IPI, por exemplo? Não tem como", conclui o prefeito.

DESPESAS DESNECESSÁRIAS

O prefeito de São José dos Campos entende que a criação "pura e simples" dos conselhos ou tribunais de contas municipais como órgãos auxiliares da Câmara de Vereadores no controle externo das contas do município e aumento de despesas desnecessárias "Nos já temos, aqui no Estado de São Paulo, o Tribunal de Contas Estadual e na capital temos o Tribunal de Contas Municipais que acho uma despesa desnecessária, pois não deveria existir, já que se o TCE fiscaliza 571 municípios, poderia fiscalizar 572 municípios", acentua o prefeito de São José dos Campos, Antônio Mendes.

O prefeito defende a transferência integral do Imposto de Transferência de Bens Imóveis para os municípios. "O que deveria existir de mais urgente é a realização de uma reforma tributária profunda, pois não existe autonomia política se não houver autonomia econômica", finaliza o prefeito Antônio José Mendes.

MOGI DAS CRUZES

Proposta pede definição de competências

"O problema da reforma tributária está intimamente ligado à questão da definição da organização política e social do País. Se não tivermos linhas claras de quem faz o que em que esfera de atividade, manteremos o mesmo quadro atual. A Constituição diz que é da competência do município tudo o que for do seu peculiar interesse mas isto é muito vago. Temos que definir com clareza quais são estes interesses peculiares. A reforma tributária passa pela definição da competência municipal, que na minha opinião são vias públicas, água, esgoto, iluminação, prédios municipais, saúde, educação e segurança".

A proposta pela definição da competência municipal ao se fazer a reforma tributária é do prefeito Antônio Carlos Machado Teixeira, de Mogi das Cruzes, uma cidade de São Paulo com 427 anos de existência e 300 mil habitantes. No seu entender, esta definição serve para evitar que prefeitos realizem obras acima da capacidade do município. Como exemplo, ele cita a rodovia que liga a cidade ao mar através da Serra do Mar, num custo estimado em 25 milhões de dólares "que não trouxe benefícios diretos para a cidade, sacrificou todos os demais do município e contraiu dívidas enormes". Segundo Antônio Carlos, o repasse das verbas devem estar condicionadas às funções específicas do município.

AUTONOMIA MUNICIPAL

Apenas 5% a 7% dos tributos arrecadados em Mogi das Cruzes são repassados ao município, segundo dados do prefeito. Para Antônio Carlos Machado Teixeira, "em cima da moldura da Constituição e das leis complementares cada município deverá ter uma certa autonomia para editar suas próprias leis orgânicas". No seu entender, o Estado e a União são ficções jurídicas: "só o município é que existe, nós moramos, arrecadamos no município e as obras feitas a nível municipal são muito mais baratas que as feitas a nível estadual ou federal".

O prefeito reclama que o Fundo de Participação dos Municípios precisam melhor distribuir suas verbas. "No nosso caso, este fundo é insignificante, em torno de 8% da nossa receita, muito desproporcional para o volume de serviços que produzimos", frisou Antônio Carlos. Ele destaca que, apesar da Região da Grande São Paulo, onde Mogi das Cruzes está situada, produzir quase 50% da riqueza nacional e uma das mais pobres do País. Por ser periferia de grande metrópole.

As contradições que temos aqui são muito mais agudas que em cidades estabilizadas, mesmo no Nordeste ou no interior de São Pau-



O Prefeito Antônio Carlos Machado Teixeira quer clareza na definição das competências municipais

lo. Nos vivemos uma situação muito crítica do ponto de vista social — frisou o prefeito.

ISENÇÃO FISCAL

O prefeito Antônio Carlos Machado Teixeira defende a isenção de impostos para a aquisição de equipamentos que sirvam para abrir estradas vicinais assim como sobre todos os bens e serviços adquiridos pelas entidades públicas. Além disso, ele defende que os Estados e os municípios devem ter participação no processo de cálculo e de fiscalização dos impostos partilhados. "Assim vamos saber se realmente estão repassando o que nos devem", acentua.

O prefeito de Mogi das Cruzes defende a transferência integral do Imposto Sobre Transferência de Bens Imóveis para os municípios e também a Herança Jacente. "Nós temos casos típicos aqui, onde a própria Prefeitura está situada sobre uma área que é uma herança jacente e não tem porque ficar com a USP, que vem viabilizando isto", disse Antônio Carlos Machado Teixeira.

AGRICULTURA E AVICULTURA

O prefeito de Mogi das Cruzes se orgulha em saber que seu município se constitui no maior centro produtor hortifrutigranjeiro do Estado de São Paulo. A produção de frango de corte atinge a marca de quase um milhão de quilos. E o maior centro produtor de ovos da América Latina com mais de 73 milhões de dúzias anuais, sendo ainda o maior produtor brasileiro em cogumelos comestíveis. Esta produção abastece, principalmente, os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, participando também dos mercados de Campinas, Belo Horizonte, Salvador e Curitiba.

GUARULHOS

Fazer dois orçamentos no ano é proposta municipal

O prefeito de Guarulhos, Oswaldo De Carlos, está lançando uma proposta para ser discutida entre todas as entidades civis, políticas e autoridades que lutam pela reforma tributária: a possibilidade dos municípios poderem fazer seus orçamentos duas vezes por ano, de seis em seis meses, de modo que possa compatibilizar a situação financeira e econômica dos municípios. "Nos fazemos o orçamento uma vez por ano e ficamos parados sem poder desenvolver o atendimento, porque logo nos primeiros meses há um esvaziamento da caixa. Durante o congelamento e o Plano Cruzado, tudo bem. Mas agora, sem o congelamento, os preços sobem abruptamente e os municípios estão parados", afirma o prefeito desta cidade paulista de 427 anos de existência e um milhão de habitantes.

A administração do prefeito Oswaldo De Carlos, em seus cinco anos de Governo, alcançou muitas realizações em todos os bairros de Guarulhos. Entre as obras de destaque estão o Projeto Centráo, que modificou o centro da cidade, a Avenida Transguarulhense ligando a Zona Norte com Guarulhos-Aeroporto, a Avenida Tancredo Neves que liga o centro da cidade com o Parque Cecap, além de estender na direção dos bairros Arujá e Itaquaquecetuba. Outras obras importantes foram a instalação de mais de dois mil quilômetros de rede de água, a complementação da rede de esgoto — o que torna Guarulhos a quarta cidade do País em extensão desta rede — a pavimentação de vários bairros como Santa Mena e outras localidades carentes. A educação e outra prioridade que alcança a marca de 160 mil merendas escolares distribuídas diariamente pela rede municipal para seus 133 mil estudantes espalhados por suas 126 escolas.

CONSTITUIÇÃO MUNICIPAL

O prefeito Oswaldo De Carlos defende o direito dos municípios poderem ter suas próprias Constituições: "o município precisa ter sua lei própria para resolver uma série de problemas, fazer empréstimos, rolar algumas dívidas. O prefeito, às vezes, passa seus quatro anos de mandato e não consegue atender suas necessidades, porque a lei maior não deixa o Estado e o Estado não deixa o município executar suas obras prioritárias e uma série de outras necessidades".

"O município tem que ter a sua vida própria para poder atender as necessidades da população", diz o prefeito ao defender que os impos-



O prefeito Oswaldo De Carlos conta com o apoio do governador Orestes Quércia para desenvolver uma excelente administração.

tos sejam compartilhados entre a União, os Estados e os municípios. Oswaldo De Carlos cita como exemplo, o fato de, nos Estados Unidos, a arrecadação de todos os impostos ficar dividida da seguinte maneira: a Federação recebe 40% deste total, enquanto o Estado fica com 30% e os municípios também recebem 40%. Segundo De Carlos, o principal problema que ele enfrenta, como prefeito, é a periferia, uma região carente do município que precisa de água, luz, esgoto, pavimentação de ruas e calçadas, educação, cuidar da saúde da população, transportes. "La nos Estados Unidos não existe a agitação da população para pedir o que falta, porque o município lá não é pobre, lá não falta água, transporte, rede de esgoto", frisa o prefeito de Guarulhos, Oswaldo De Carlos.

O ideal é você fazer um projeto sabendo que vai receber uma determinada verba, porque se faz um projeto golbal baseado na arrecadação e assim pode cumprir suas metas mensais, semestrais e anuais", frisou De Carlos.

"AQUI SE TRABALHA"

Quando assumiu a Prefeitura de Guarulhos, Oswaldo De Carlos encontrou as finanças municipais abaladas e os primeiros anos de sua administração se caracterizaram por um rígido controle finan-

ceiro. A situação foi se modificando aos poucos e, com a melhoria de posição financeira e o pagamento das dívidas municipais, as despesas com juros findaram e o recurso permitiu progressivo incremento nas obras públicas. O slogan adotado — "Aqui se trabalha" — apesar de pouco original, conseguiu, junto a população de Guarulhos, o reconhecimento de que carregava bom conteúdo.

Aqui realmente se trabalhou e continuamos em busca de realizações mais amplas. Centenas de quilômetros de casas foram colocados, levando água para toda a população, esgotos foram estendidos, o asfalto foi aplicado em centenas de ruas e o centro urbano foi totalmente remodelado; as vias expressas, tão necessárias ao fluxo de transporte do município, foram iniciadas e estão sendo feitas a pleno vapor — frisou Oswaldo De Carlos.

O reconhecimento popular não demorou: nas eleições do ano passado, os secretários municipais de Obras e de Planejamento, respectivamente Jorge Tadeu Mudalem e Gerson Marcondes, foram eleitos deputado estadual e deputado federal. Esta vitória trouxe para o prefeito De Carlos o respaldo político necessário para fazer mais obras e trazer mais verbas para Guarulhos.



O Prefeito Luis Carlos Caetano promove um grande programa de construção de casas

A característica particular da Bahia, nos últimos anos, é apresentar um ritmo de expansão do produto a taxas acima das registradas no Nordeste e no País, aliada a uma atividade intensa nos seus vários setores, paralelamente à manutenção do dinamismo da indústria, instalada na sua região metropolitana. Por tal razão, as perspectivas da economia baiana para a próxima década, desde que sejam relativamente superadas as marcas da recessão por que passou a economia brasileira e mundial, são alentadoras.

No caso específico da Bahia, o Complexo Petroquímico de Camaçari, sustentado por uma política de financiamentos e subsídios e incentivos fiscais, dirigidas para a substituição de importações, é, sobretudo, alentadora. Camaçari é um dos mais importantes municípios da Bahia. Definido pelo Decreto-Lei nº 10.724 de março de 1938 e declarado de interesse da Segurança Nacional, em julho de 1972 (Decreto nº 1.225), sua população triplicou na década passada. Segundo o prefeito Luis Carlos Caetano, em 1970, o recenseamento indicou 33.273 habitantes, dos quais 61% na zona urbana; e 39% na rural. O censo de 1980, feito pelo IBGE, acusou 91.315 pessoas. Hoje, calcula-se uma população de 120/150 mil habitantes, que vivem numa área de 940 quilômetros quadrados.

POLO PETROQUÍMICO

Tudo se deve, naturalmente, à implantação do Pólo Petroquímico, sua proximidade com o Centro Industrial de Aratu e com Salvador. Nos últimos anos, afirma o prefeito Luis Carlos Caetano, "a Municipalidade, atendendo às exigências de uma comunidade, promoveu investimentos nas áreas de educação, saúde, habitação, lazer e transporte".

"Para começar", explicou Luis Carlos Caetano, "a Prefeitura construiu nada menos de 10.000 unidades habitacionais em Camaçari e nos distritos beneficiando mais de 50 mil pessoas. São unidades que se enquadram nos padrões populares, contribuindo para minorar o impacto causado pelo problema da migração. Recentemente, a Prefeitura concluiu 500 casas".

O primeiro programa

distribuiu lotes mínimos de 140 a 200 metros quadrados, em ruas abertas e encascalhadas e o chafariz. Foram vendidos a preço de custo, em prestação compatível com a renda do comprador. O segundo programa reorganizou as áreas ocupadas espontaneamente e legalizou, quando era o caso, a situação fundiária de cada aglomerado. Recentemente, a Prefeitura produziu 100 casas em solo-cimento, através de tijolos laminados e formas deslantes.

NEGÓCIOS DIRETOS

A Decom — Fundação Desenvolvimento de Comunidades de Camaçari, para operar os programas destinados às famílias de baixa renda no setor de habitação e desenvolvimento social, conta hoje com fábrica para a produção de tijolos, telhas, blocos, manilhas, além de uma serraria que vende diretamente ao público mais necessitado, material de construção a preço de custo. Dentro dessa linha, para agilizar os trabalhos e dar maior rapidez à solução dos problemas municipais, a Prefeitura expandiu suas atividades e criou empresas a ela vinculadas (da administração descentralizada).

Além da Decom, foram concebidas a Decasa — Desenvolvimento de Camaçari S/A, responsável pela promoção do desenvolvimento do Município; a Limpec — Limpeza Pública de Camaçari, que coleta e dá destino final aos resíduos urbanos e industriais orgânicos; e a Fusam — Fundação de Saúde do Município de Camaçari, para melhorar as condições de saúde e saneamento. O prefeito Luis Carlos Caetano assinala que as principais fontes de arrecadação de Camaçari são o Imposto Sobre Serviços (ISS) e as transferências do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). "Mas é bom observar que a receita do ICM, desde que calculada em um exercício para vigorar no seguinte, leva em consideração o faturamento efetuado nos dois exercícios anteriores.

Nascido na zona da seca, o prefeito Luis Carlos Caetano conhece perfeitamente os problemas da região. Ele estudou em Salvador, onde fez faculdade com especialização em Farmácia. Na política, o

início foi nos bairros, junto aos conjuntos residenciais. Chegou a vereador — um dos mais votados de Camaçari — e, agora, a prefeito.

PROBLEMAS TERRÍVEIS

Camaçari, apesar de toda a sua importância e de tão próxima à Capital do Estado, é carente de saneamento básico, de água e energia elétrica. Naturalmente, o prefeito Luis Carlos Caetano faz o que pode. E tem feito muito, com os recursos arrecadados, conforme pode ser visto por quem o visita.

Ele queixa-se da administração anterior, "um prefeito que ficou 11 anos no cargo e pouco fez; ou melhor, nada fez, tanto assim que estamos praticamente reconstruindo Camaçari. Agora, com a crise de energia no País, a situação nessa área piorou bastante. Vale dizer que em Camaçari a rotatividade de pessoas também é das maiores, em função do Pólo Petroquímico, sobretudo agora, com a propagação da duplicação do mesmo. Enfim, é um disparate, um município ter um Pólo Petroquímico, com sua avançada tecnologia, mas pobre nos demais setores. Isso porque, a maior parte dos funcionários do Pólo Petroquímico reside em Salvador e em outras cidades e a falta de infra-estrutura fica para Camaçari".

Com o Pólo Petroquímico, a produção agrícola de Camaçari ficou reduzida às necessidades locais. Agora, com o Governo de Waldir Pires, estamos incentivando a agricultura. Para isso, criamos a Secretaria de Agricultura, cujo objetivo é ajudar o pequeno agricultor, inclusive no tocante à própria reforma agrária com o assentamento de famílias nas áreas disponíveis. Mas, praticamente, Camaçari vive do Pólo Petroquímico.

INVESTIMENTOS NULOS

Quando assumiu o governo de Camaçari, Luis Carlos Caetano destacou como prioridades imediatas a educação e a saúde. Ele acha que a maioria dos prefeitos brasileiros não investem como deviam, nessas áreas. "É problema político, visto que essas áreas não "aparecem" em termos eleito-

rais. O nosso caso é diferente. Temos um compromisso popular. Quando em c a m p a n h a , comprometemo-nos a fazer um governo popular e estamos cumprindo".

A Prefeitura, com recursos próprios, já recuperou, na administração Luis Carlos Caetano, todos os postos de saúde do município. O Hospital Municipal, que ele encontrou praticamente desativado, foi recuperado. Ambulâncias foram compradas; atualizada a medicina preventiva; e, mais recentemente, ele conseguiu municipalizar a saúde. Na Bahia, somente cinco municípios conseguiram tal "feito". O atendimento médico foi aumentado em 75%, nele incluído o serviço odontológico. Camaçari dispõe de mais de 44 entidades ligadas ao setor de Saúde, sendo grande parte pertencente ao Município e à iniciativa privada.

EDUCAÇÃO EM QUESTÃO

Na área da Educação, logo no seu primeiro ano à frente da Prefeitura, Luis Carlos Caetano colocou 10 mil alunos excedentes em salas de aula — fato também inédito. Para isso, foram construídas 122 salas, adquiridas 10 mil novas carteiras e contratados cerca de 1.000 professores, de 1º e 2º Graus.

Tendo em vista a expansão demográfica do Município, verifica-se uma taxa de crescimento da população em idade escolar de cerca de 18,23% anualmente, exigindo um constante esforço da administração para atender à demanda de vagas, criando novas escolas, ampliando as existentes e celebrando convênios com escolas particulares.

Segundo Luis Carlos Caetano, a Prefeitura tem se preocupado com o aprimoramento dos professores e a melhoria da qualidade do ensino. Nesse sentido, tem desenvolvido atividades culturais para alunos e mestres; e oferecido cursos de reciclagem, para corrigir as deficiências de estágio e atender as inovações pedagógicas e metodológicas do ensino. A saúde escolar, a higiene e a conservação das escolas têm sido objeto da ação constante da administração de Luis Carlos Caetano.

DESEMPREGO E AÇÃO

Outra preocupação do Executivo municipal, para minimizar o impacto do desemprego e do elevado custo de vida para a camada menos favorecida da população, é a ação social. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Social implantou atividades para desenvolver o potencial existente no indivíduo, proporcionando oportunidades de aumentar a renda familiar por meio do trabalho em grupo, como é o caso dos Microprojetos Econômicos, na administração Luis Carlos Caetano.

Os microprojetos abrangem o setor primário (agricultura e criação de pequenos animais); e o setor secundário (fabricação de alimentos, de artefatos de madeira e confecção de roupa) e a sua comerciali-

CAMAÇARI

Como crescer mantendo a cabeça no lugar

zão. "Tudo isso", lembra o prefeito, "em virtude do grande fluxo de migrantes que, fugidos da seca e do desemprego, vêm do interior da Bahia e de outros Estados tentar a sorte em Camaçari". As carências de Camaçari são tantas, assevera o prefeito, que "até o cemitério está lotado e há necessidade urgente de um novo".

Na tentativa de solucionar alguns problemas, foram criados os Conselhos Comunitários e Políticos, com a incumbência de ajudar na solução dos casos e no processo de modernização de Camaçari. "Essa marca da participação popular nos destinos do Município é que tem permitido, com poucos recursos, administrá-lo até agora".

REFORMA TRIBUTÁRIA

Luis Carlos Caetano define o assunto como "de maior importância, talvez em todos os tempos, para o municipalismo brasileiro". Ele acha que o Governo não quer fazer a reforma, não quer descentralizar, dividir o bolo; e enquanto isso os municípios estão falidos, na miséria, de pires na mão.

"Camaçari, por exemplo, participa com 30% do ICM do Estado da Bahia e só recebe de volta 5%. Daí, a crise permanente em que se debate, sobretudo em razão da sua folha de pagamento, na qual é utilizada mais da metade da receita municipal. Naturalmente, a Constituinte avançou alguns passos em direção à reforma. Porém, de forma muito tímida, cautelosa. Acha, por exemplo, que acabar com o ICM, ou incorporar o ISS ao ICM, e outras fórmulas, não solucionam o problema, visto que isso significa tirar dos municípios médios para os de pequeno porte. E isso no mesmo Estado. O que resolve é a reforma tributária, da União ao Estado.

"O Prefeito diz ser preciso mexer no FPM, para a União ficar com 40%; o Estado, com 30; e o Município, também com 30. "No que diz respeito ao ICM, o Estado arrecada o imposto e só transfere 20% ao Município. É necessário aumentar essa participação. Acha, ser necessária uma participação total dos prefeitos na elaboração dos relatórios da Constituinte, acompanhar todo o processo de perto, de modo a que possamos intervir com propostas unificadas, assim subsidiando os Constituintes para que possam votar com mais consciência, de forma a atenderem melhor aos municípios e, conseqüentemente, ao povo brasileiro".

BOLO BEM REPARTIDO

Luis Carlos Caetano defende a participação dos municípios em todos os tributos federais. "Não adianta só a reforma tributária", diz. É preciso a participação dos municípios nos cálculos dos repasses, dos tributos, através da presença de um representante das prefeituras".

A necessidade maior, segundo o Prefeito de Camaçari, é uma liberdade maior, mais ampla, a fim

de que os prefeitos possam realmente governar.

"Não é justo que uma pessoa, que mora em Brasília, decida sobre a situação de outra, de Camaçari ou em cabrobó do judas. Ai está a importância da reforma tributária e, conseqüentemente, da democratização do País. O município integra a Federação. Aliás, o município é a célula que compõe o País, a parte que forma o todo, e sem a qual ele não existirá.

Luis Carlos Caetano afirma que os municípios não sabem quando nem quando vão receber os repasses a que têm direito. Nesse sentido, acha que o Governo Federal deveria ter uma programação, talvez até um boletim oficial, um demonstrativo, de quanto é arrecadado, distribuído, de modo a que os prefeitos possam acompanhar de perto a situação.

"Em Camaçari, estamos aprontando um boletim como esse, no qual são colocadas a receita, a despesa e o realizado durante o mês, por cada Secretaria, a fim de que a população possa fiscalizar de perto a nossa atuação. Acha, que não se deve fazer uma reforma tributária sem que haja, paralelamente, uma fiscalização das prefeituras, por parte dos governos federal e estaduais. Isso é muito importante. E é preciso que o próprio Governo Federal inicie dando o exemplo".

DE OUVIDO NO POVO

A participação do povo no seu governo, segundo Luis Carlos Caetano, é o seu maior destaque à frente da Prefeitura de Camaçari. Ele é de parecer que os políticos devem respeitar o povo em todos os sentidos.

"A participação popular é a nossa maior realização até agora. Sob outro ponto de vista, temos a dizer que estamos construindo o Centro Comercial de Camaçari, estamos dragando o Rio Camaçari e, sobretudo, cuidamos dos problemas da Saúde e Educação, além da parte social. Pretendemos, breve, pavimentar cinco bairros, construir um hospital regional e a rede de esgotos da cidade".

O Prefeito Luis Carlos Caetano participou do 1º Seminário da Reforma Tributária, promovido pelo C; O R R E I O BRAZILIENSE. "uma grande experiência, que veio ao encontro dos desejos de todos os prefeitos brasileiros, pois puderam, através, principalmente do jornal, manifestar o seu descontentamento com os trabalhos da Constituinte, visto que as propostas em andamento não atendem aos interesses dos municípios".



ITAGUAÍ

Atrair turistas para a região é meta prioritária

Eleito vereador em 1966, Otoni Rocha, depois de exercer o mandato até 1970, resolveu deixar o município de Itaguaí e durante cinco anos residiu em Brasília. A vida política tumultuada, da Capital da República não o seduziu e a saudade aumentando, decidiu retornar a Itaguaí, onde foi recebido de braços abertos. E eleito prefeito do Município.

O cenário de Itaguaí é maravilhoso, com muitas cachoeiras, ilhas deslumbrantes. Sua população vive basicamente da agricultura — quiabo, banana, tomate e tem uma grande colônia japonesa que cultiva a terra com muita dedicação e amor.

Otoni Rocha fala com entusiasmo de Itaguaí: "Tem tudo para ser um dos grandes polos turísticos do Estado do Rio" e está confiante no governo Moreira Franco, que prometeu estimular o turismo em toda região. Itaguaí faz divisa com o bairro de Santa Cruz, na zona rural, e dispõe de movimentado comércio de Lojas. Muitas indústrias foram implantadas no município, que tem tudo para um rápido crescimento.

O prefeito de Itaguaí fala da agonia dos Municípios, as dificuldades de sobrevivência e a via-crucis que são obrigados a percorrer para chegar ao poder.

— Os prefeitos têm que caminhar várias vezes ao ano, em busca dos Deputados Federais, dos políticos de Brasília, implorando pequenas importâncias, quando o que nos queremos é o nosso. Não estamos pedindo o que não nos pertence. Queremos uma reforma tributária, que re-

passa tudo que os Municípios têm direito, mais autoridade para os prefeitos. Hoje, se o prefeito não estiver bem com o governo do Estado, com o Governo Federal, e o que menos manda no Município, Passa o tempo todo sentado na cadeira.

Otoni Rocha se queixa da fiscalização do Estado, acha que é o próprio Município que tem de fiscalizar seu ICM ou de comum acordo, as duas fiscalizações — municipal e estadual. Fala da importância de apoio político que todos os prefeitos têm recebido do Governador de São Paulo, Orestes Quercia.

"Ele foi prefeito de cidade do interior e conhece bem os nossos problemas".

— Com a prometida reforma tributária, vai diminuir a responsabilidade do Presidente da República, do Governador, desde que ocorra uma municipalização, passando, por exemplo, a saúde para os Municípios. O prefeito tem de ter mais apoio, mais autoridade. A reforma tributária é inevitável, desabafa Otoni Rocha.

TAXA RODOVIÁRIA

O prefeito de Itaguaí comenta os impostos que são repassados para o Município, destacando a taxa rodoviária.

— O FPM é uma cota mínima, reduzida, 6%. O ICM e na faixa de 18%, 20%, o IPTU, 50%, a taxa rodoviária, 50%. O índice maior — taxa rodoviária — é a que se recolhe menos. A curto prazo, as prefeituras não terão condições de contratar um trabalhador braçal, porque temos um teto de salário muito baixo, salário mínimo. Hoje, a mão-de-obra do

Rio de Janeiro está difícil. Ninguém quer trabalhar ganhando o salário mínimo. O prefeito não pode negar dois salários mínimos. Um bom pedreiro custa isso. Um médico, no mínimo, 3 salários. Até isso está difícil para as prefeituras, fala Otoni Rocha.

SUPPORTA TUDO

O prefeito de Itaguaí defende a participação dos Municípios em todos os impostos federais.

— Nós e que suportamos tudo. Vem toda comunidade à porta da prefeitura. Todos têm uma reivindicação a fazer, um pedido. Acho que temos direito a todos os impostos arrecadados no Município. Veja, por exemplo, o caso dos aluguéis. Aqui em Itaguaí qualquer casinha está custando, Cz\$ 8, 9, 10 mil. É um absurdo. O Governo deve cobrar uma taxa de aluguel, que deve ser canalizada para o Município.

Otoni Rocha é de opinião que deve ser aumentado o índice na cota do FPM.

— Hoje, vivemos deste imposto e se ele melhorasse poderíamos utilizá-lo no pagamento dos funcionários, os outros impostos seriam canalizados para obras prioritárias.

Há dias, o prefeito de Itaguaí esteve com o Governador Moreira Franco, que prometeu municipalizar todas as escolas de 1º grau. O prefeito contou que o Governador do Estado do Rio mostrou-se muito preocupado com o ensino de 2º grau, já que a administração passada tratou exclusivamente do 1º grau.

O Imposto Territorial Rural é um problema muito sério no Município e é explicado pelo prefeito Otoni.



O prefeito Otoni Rocha incrementa o turismo na região enquanto espera mais recursos através da reforma tributária

— Sessenta por cento desse imposto é do Incra, que quase nada repassa. Agora o que não aceito é que dos 60% dos sítios, 40% são sítios de lazer, até mesmo com criação de cavalos. E estas pessoas não podem pagar impostos. E são os mais exigentes. Temos de cuidar de estradas vicinais, pontes, etc. E uma grande área que nada produz, afirma o prefeito.

FISCALIZAÇÃO

Otoni Rocha, falando dos Tribunais de Contas, afirmou que todos devem ser fiscalizados. A Câmara, o prefeito, os órgãos arrecadadores. Explica que é necessário muito bom relacionamento com os vereadores, pois do contrário a carruagem do Município não anda.

— Estamos cansados de assistir, em outros Municípios, disputa, rivalidade, guerra, existente entre os vereadores e prefeitos. Qualquer motivo, ameaçam afastar o prefeito. Assim, com esse clima, fica muito difícil administrar. Sou favorável à fiscalização rigorosa, e mais; o prefeito que não tiver suas contas aprovadas, deve ficar impedido de se candidatar à reeleição. Isto é um problema sério. Afinal, o prefeito também não pode fazer o que bem entender. E preciso autoridade, não abuso no cargo, comenta.

Outro grande equívoco na arrecadação é lembrado por Otoni Rocha. Ele acha que as taxas judiciais devem ser repassadas para o Município e não para o Estado. Explica que tem 80 funcionários, prestando serviços no Fórum, Delegacia de Polícia e Serviço Eleitoral, que no final canalizam toda arrecadação e o Município nada recebe.

— Recebemos orientação para trabalharmos nosso orçamento, com um crescimento no máximo de 29%, já que a inflação de 87 não seria além de 40% ou 50%. Estamos com uma inflação de 70%, 80%, assim fica muito difícil de sobreviver.

O prefeito de Itaguaí lembra outro fenômeno, para ele, até certo ponto inexplicável.

— Todos falam no crescimento do Estado do Rio. Aqui mesmo, o chefe da fiscalização, eufórico, falou que o ICM no Município havia crescido em 110%. Achei bacana. Na hora de receber, a cota diminuiu. Não dá para entender. É uma matemática diferente.

Otoni Rocha é de opinião que o ICM deveria ser repassado de imediato, ou, 10 dias depois do recolhimento, as prefeituras serem informadas do seu valor. "Eu tenho obrigação mensalmente de mandar para a Câmara todo o gasto. Por que só eu? Só nós, prefeitos? Por que, eles, não?", se questiona, o prefeito.

Outro absurdo, em seu entendimento, é as prefeituras não gozarem de isenção de impostos na compra de equipamentos para a conservação das estradas.

— Há uma grande quantidade de táxis gozando desta isenção. Não sou contra os táxis, mas o Município é mais importante. Pagamos por um veículo — trator, motoniveladoras, caminhões —, a mesma coisa que um particular. Nosso trabalho poderia ser bastante facilitado, afinal, estamos trabalhando para o bem da comunidade, do Estado, da Nação, afirma.

A Prefeitura de Itaguaí está com as suas contas rigorosamente em dia. Não deve nada, absolutamente, a ninguém. Mesmo assim, se precisar de algum empréstimo para a conclusão de alguma obra, tem que percorrer um longo caminho e, provavelmente, segundo o prefeito, receberá um não. Ele lembra, por exemplo, que tem um projeto há dois anos na Câmara, esperando aprovação.

— Quando isso ocorrer, o processo terá que ser devolvido, terá que se fazer tudo de novo, pois os custos já são outros.

A conversa vai chegando ao fim e Otoni Rocha tem a certeza do dever cumprido, pois vem realizando tudo o que prometeu em sua campanha eleitoral e, se mais não fez, foi por total falta de recursos.

SANTO ANDRÉ

Município quer uma maior participação

O prefeito do município paulista de Santo André, médico Newton da Costa Brandão, tem acompanhado todos os movimentos das frentes pro-municipalistas e de grupos de ação política que têm ido até o presidente José Sarney e aos ministérios para que a implantação da reforma tributária de aos municípios uma maior participação na arrecadação de impostos feitas pelo Governo Federal. "Eu acredito que isto é justo e democrático porque encaro os municípios como a fonte e a célula do poder e as responsabilidades dos municípios só poderão ser satisfeitas se houver uma reforma que venha trazer uma participação maior nos tributos", reconhece o prefeito, que ressalta não ter a fórmula para solucionar esta questão mas sente a necessidade urgente de se resolver esta questão a curto prazo.

"O governo federal e o governo estadual levam para seus cofres mais de 90% da renda do município e sei que aqui, em Santo André, apenas 4%, do total dos impostos ficam por aqui. Nós somos o quarto orçamento do município, vindo em primeiro o Governo Federal, depois o governo estadual, em terceiro o Inamps e em

quarto a própria Prefeitura. Mas cabe ressaltar que nenhum deles tem maior compromisso com a cidade em qualquer aspecto", destaca o prefeito de Santo André, que frisa que a única despesa do Governo estadual no município é com o professorado "e a própria polícia aqui é inexistente, só tem um pequeno contingente que não dá a segurança que a cidade quer". O Governo Federal em Santo André, segundo o prefeito, só se faz presente através da Empresa de Correios e Telegrafos.

— Não estou falando nada contra o atual Presidente e nem contra ninguém mas esta é uma realidade que tem que ser levada em conta e enfrentada pelos nossos governantes, que devem também saber disto e certamente um aumento da campanha pela reforma tributária vai modificar este quadro — destacou o prefeito de Santo André.

PODER MUNICIPAL

Na sua opinião, as leis orgânicas que vierem a ser elaboradas pelos municípios não podem conflitar nem com a Constituição estadual e nem com a Constituição federal. O prefeito acredita que o Governo Federal

deve permitir que os municípios possam fazer suas próprias leis orgânicas e destaca que em Santo André já houve um sentimento de municipalismo muito forte, pois é a segunda a ser fundada no Estado de São Paulo, logo depois da pioneira São Vicente, na baixada santista. "Isto iria trazer não só mais poder para a cidade como também uma maior responsabilidade para o Poder Público municipal", destacou o Newton da Costa Brandão.

"O município deve saber onde melhor aplicar seus recursos e deveria ter liberdade para estas aplicações e muitas vezes os governantes fazem determinadas leis que se tornam de difícil aplicação e muitas vezes não se aconselham que elas sejam aplicadas. O Governo não deve ficar fazendo exigências desnecessárias e generalizadas. Você recebe uma determinada cota de participação do Governo Federal que só pode alicada em uma determinada e muitas vezes você não está precisando para aquela área e sim em outra área mas você tem o dinheiro mas não pode usá-lo onde necessita", reclama o prefeito de Santo André, o médico Newton da Costa Brandão.

Na sua opinião, a obrigatoriedade de se aplicar determinadas cotas em determinadas aplicações no município deve ficar a critério da Prefeitura e não do Governo Federal, pois cada município tem uma realidade. O prefeito acha que também deve haver a transferência integral do Imposto de Transferência dos Bens Imóveis para os municípios e destaca que a participação das prefeituras neste tipo de imposto "é muito reduzida, apenas simbólica". Ele acredita que esta possa ser uma fonte de arrecadação muito oportuna para os municípios e que não iria agravar a situação das classes menos favorecidas "pois este é um negócio de riqueza econômica".

INAUGURAÇÕES DE OBRAS

O 434º aniversário da cidade de Santo André foi comemorado pela administração do prefeito Newton Brandão com inaugurações de diversas obras, onde a mais importante foi a instalação do PO Posto Três do Corpo de Bombeiros, que atenderá a população do segundo distrito, estimada em mais de 200 mil pessoas. O início da comemoração foi marcada pela abertura do XIV Festival de Flores, evento que reuniu mais de 60 mil pessoas e prosseguiu pelo mês de abril sendo a última solenidade a inauguração da Escola Municipal de Educação Infantil no Parque João Ramalho.

São José do Rio Preto

Obras faraônicas enchem os olhos mas não o coração



O prefeito Manoel Antunes dobrou o número de salas de aula e pretende aumentar ainda mais este total

Conta assustadora do déficit público — que bate numa cifra estimada de Cz\$ 667,8 bilhões e projeta para 1987 um déficit equivalente a 7% do Produto Interno Bruto — não assusta o prefeito Manuel Antunes, de São José do Rio Preto, Município paulista de 448 Km² e com uma população estimada em 250.000 habitantes. Muito pelo contrário. Os índices da situação extremamente grave para a Nação, representam para ele um estímulo maior na luta que vem empreendendo em prol de São José do Rio Preto, pois "o que falta ao Governo central, onde inmera o festival de gastos com distúrbios faraônicos, é coragem para sair do buraco em que se meteu, por incuria ou irresponsabilidade", afirma.

Manuel Antunes prometeu, durante a campanha eleitoral, solucionar o problema de saneamento básico da sua cidade. "Havia 65% de esgotos. Hoje, estamos com 98%. Água tratada era distribuída para apenas 70% da população e agora esse número já pulou pra 99%". Por sua vez, o índice de mortalidade infantil diminuiu, sobretudo nos bairros que não dispunham de saneamento básico.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

O prefeito Manuel Antunes dobrou o número de salas de aulas. Quando assumiu, havia 2 mil crianças estudando, atualmente, elas são 5 mil. São José do Rio Preto e bem servida na área da educação. "Temos 1º e 2º graus (Colegio Técnico, profissionalizante, faculdades de Filosofia, Direito, Medicina, Ciências Econômicas, Engenharia e de Administração de Empresas)".

Na área da Saúde, o Município dispõe de um Instituto de Moléstias Cardiovasculares, Hospital de Pronto-Socorro e dezenas de postos de saúde espalhados pelos bairros. Recentemente, a Prefeitura construiu mais um, no bairro Eldorado, enquanto outros dois estão sendo abertos em Vila Antoninha e Vila Anchieta. "São obras necessárias, de pequeno porte, assim como tudo o que fazemos, daí porque não concordamos com o faraonismo de certas estradas e grandes hidroelétricas. Só construiremos o que for possível", frisa Manuel Antunes. Ele já mandou substituir todas as lâmpadas incandescentes da cidade por outras, de vapor a mercúrio, e, finalmente, está asfaltando as ruas e praças de alguns bairros. "Quando assumimos a Prefeitura, tínhamos um Plano Quinquenal. Hoje, metade dele já está cumprido".

A Prefeitura adquiriu áreas para lotear entre os carentes, e inscreveu mais de 15 mil pessoas. De imediato, pode atender a 10 mil. As primeiras 5 mil já foram contempladas. O prefeito Manuel Antunes não pretende parar por aí. "Já estamos com uma nova área em vista", diz, sempre acentuando que "é preciso colocar em primeiro lugar o bem-estar das pessoas sem preocupação com obras faraônicas que podem encher os olhos, mas não enchem o coração".

São José do Rio Preto produz algodão, arroz, café, laranja e milho. Tem um bom comércio, pecuária e indústrias de alimentos, bebidas, cerâmica, tecidos e móveis. Realiza, sempre na 2ª quinzena de outubro, uma Exposição Agropecuária, que atrai milhares de interessados.

REFORMAS

Manuel Antunes acha a reforma tributária uma necessidade, pois segundo afirma, "ninguém mora no Estado ou na União, e sim no Município". A reforma agrária também é importante: "Temos aqui uma região rica, mas praticamente improdutiva. E preciso distribuir terra para quem quer trabalhar".

Catanduva

Municípios precisam de seus tributos

Todos reconhecem que José Alfredo Luiz Jorge, o Prefeito de Catanduva, é um dos maiores defensores da reforma tributária, além de competetíssimo profissional da política. "Nosso lar e o Município", diz ele, para acentuar que "é chegado o momento de se colocar um basta a Prefeito com chapeu nas mãos, esmolando recursos". O próprio Governador de São Paulo, Orestes Quercia, a quem chama de "insubstituível companheiro", reconheceu o empenho com que José Alfredo Luiz Jorge defende a causa do Municipalismo na condição de membro da "briosa Frente Municipalista, comandada por Quercia".

Catanduva é uma das mais importantes cidades de São Paulo. Destacam-se as atividades produtivas do Município, que conta com café, cana-de-açúcar, laranja, milho, além de indústrias e comércio em geral. Seu Prefeito é um político perfeitamente identificado com as causas populares. E que qualifica o Município, no Brasil, como uma entidade estatal com autonomia político-administrativa, definindo uma peculiaridade nacional, já que em nenhuma outra nação se encontra o Município constitucionalmente reconhecido como peça do regime federativo. Segundo José Alfredo Luiz Jorge, essa autonomia política-administrativa nasceu com a primeira Constituição, no Império, em 1824, e foi mantida pela Constituição de 1891. Já a Carta de 1937 ressaltou apenas a autonomia tributária dos Municípios, enquanto que a Constituição de 1946 registrou profunda evolução, restabelecendo a autonomia dos Municípios pela eletividade de seu governo e aumentando a força econômica e financeira a eles conferida.

Mas a partir daí, tudo mudou, com o intervencionismo da União e hoje, os Municípios vivem em absoluta penúria recebendo pequenas fatias dos recursos que auferem. A fim de se dar um basta a esse quadro de carências, José Alfredo Luiz Jorge sugere que os recursos para os Municípios sejam elevados para 30%, no mínimo, em todos tributos arrecadados pela União e pelo Estado. E mais: que os Municípios possam instituir a cobrar livremente os tributos de sua competência, eliminando-se os atuais entraves a esse exercício.

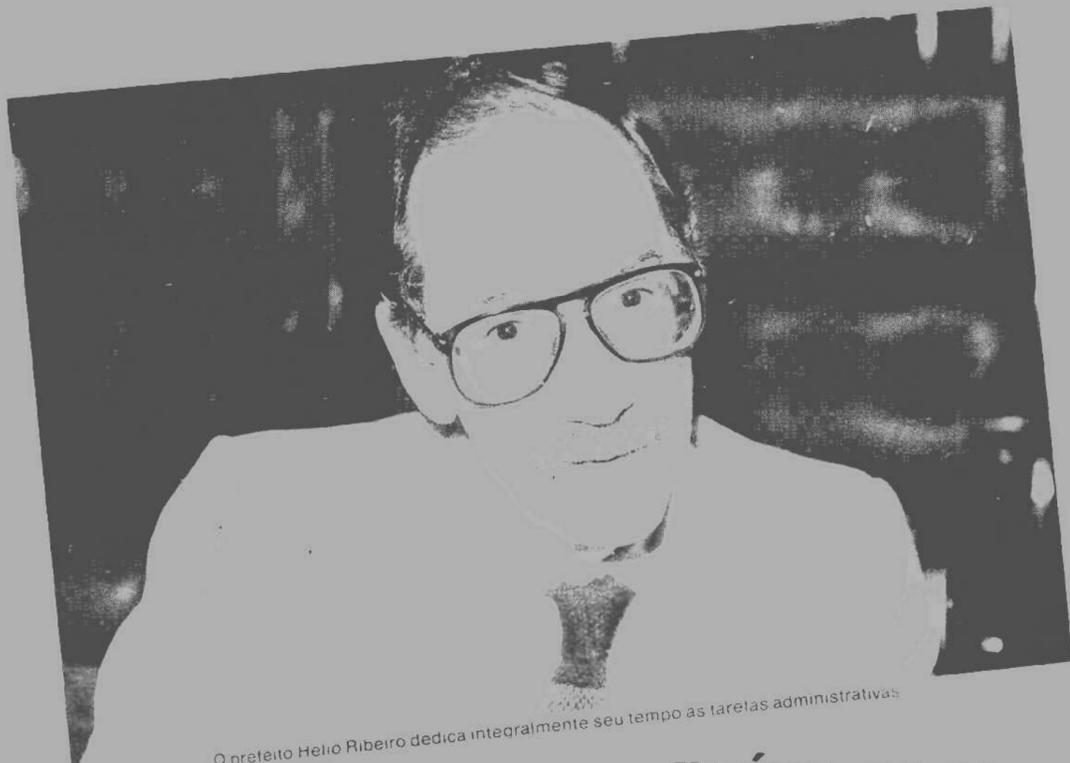
"Val dar certo", frisa o Prefeito de Catanduva, acrescentando que "é o Município a base sobre a qual repousa toda a estrutura de uma nação e o Prefeito a força propulsora que anima e o agiganta".



Defensor da reforma tributária, o prefeito José Alfredo Luiz Jorge aguarda a autonomia financeira e política para o Município



O prefeito Newton da Costa Brandão sempre vai a Brasília pedir maior repasse de impostos para o Município



O prefeito Helio Ribeiro dedica integralmente seu tempo as tarefas administrativas

VITÓRIA DA CONQUISTA

Maior preocupação é com saneamento básico

Helio Ribeiro dos Santos, prefeito de Vitória da Conquista, na Bahia, tem uma bonita carreira política. Fruto de uma vida dedicada ao trabalho, a família, a igreja e a comunidade. Natural de Boa Nova, aos 7 anos, transferiu-se para a terra de seus pais, o município de Jequié, onde formou-se como técnico de contabilidade, acabando por ingressar no Banco do Brasil.

Em 1962, foi requisitado pela diretoria do Banco do Brasil, para atuar na Seplac, na região cacauzeira. Exerceu várias funções, até chegar a Superintendente Regional, na Superintendência de Ibitaba. Em 1968, retornou a Vitória da Conquista, trabalhando na agência do Banco do Brasil e ajudando seus pais no comércio de varejo, que acabou por transformar em supermercado. Já estava inteiramente dedicado a atividade empresarial, quando resolveu em 1976, deixar o Banco do Brasil.

Nesta oportunidade fez o 2º Cursinho de Cristiandade, em Vitória da Conquista e foi uma das lideranças leigas da Igreja. Isto o credenciou — já que não tinha militância política —, a sair na chapa de Jose Pedral Sampaio — PMDB —, disputando o cargo de vice-prefeito.

— Nossa eleição foi uma surpresa, já que haviam os candidatos naturais, políticos conhecidos. Eu jamais tinha sequer participado de um comício —, diz Hélio Ribeiro. A partir dali, inauguraram um tipo novo de administração conjunta — Pedral e Hélio Ribeiro — e passaram a se dedicar em tempo integral ao município. Era uma boa convivência política do prefeito e seu vice, daí ninguém ter estranhado quando o Governador Valdir Pires, convidou Jose Pedral Sampaio, para Secretário Estadual de Transportes. Hélio Ribeiro, assumiu a Prefeitura de Vitória da Conquista.

Com 300 mil habitantes, a 2ª maior cidade da Bahia, Vitória da Conquista, localizada no eixo da Rio-Bahia, BR 116, tem 3400m² de extensão e é maior que Ilheus, Itabuna e Feira de Santana, reunidos. Grande entreposto comercial, em 1971, com a introdução da cafeicultura na região, o município teve um desenvolvimento econômico assombroso. Hoje tem 85 milhões de covas de café, produzindo nos anos bons, de boas chuvas, 1 milhão de sacas de café. Vitória da Conquista é o maior polo produtor de café, da região Norte-Nordeste, já tendo gerado grandes riquezas.

SANEAMENTO BÁSICO

Hoje, a maior preocupação de Vitória da Conquista, é na área de saneamento básico. Temos somente 18% de área coberta por esgotamen-

to sanitário. Sobrevivemos no regime de fossas úmidas, os dejetos são depositados em fossas. O esgotamento sanitário é precário porque se situa principalmente numa faixa central da cidade. A cidade se expandiu muito e a nossa maior preocupação é o que tange ao saneamento básico —, explica o prefeito.

CHAFARIZ É A SOLUÇÃO

Outro problema que enfrenta a municipalidade é o abastecimento de água, conforme relata o prefeito Hélio Ribeiro dos Santos: — A cidade fica numa encosta, uma espécie de bacia e com a expansão populacional ela começou a subir pela encosta e o serviço de abastecimento de água não tem potência para abastecer estas áreas mais altas da cidade. Com isso, a prefeitura tem feito reservatórios e feito também canalização através de chafariz para essas áreas periféricas, o que tem aumentado os impostos, porque a água vem sendo explorada por uma empresa do estado.

A iluminação de Vitória da Conquista é motivo de orgulho de seus moradores e chama a atenção de todos os visitantes, conforme conta o prefeito Hélio Ribeiro: — Hoje somos a cidade-luz da Bahia. Através de convênio, com o órgão responsável, substituímos 80% das luminárias comuns, por luminárias de mercúrio. Vitória da Conquista e a cidade mais bem iluminada do interior da Bahia.

A saúde é uma das metas prioritárias do governo de Vitória da Conquista, que tudo tem feito para dar tranquilidade a comunidade neste importante setor: — A nível de Estado, vai muito mal. Temos dois hospitais estaduais, um regional, o Crescência Silveira, um para doentes mentais, o Afrânio Peixoto. Este vem correspondendo, mas o Crescência Silveira, estava abandonado, em condições precárias e precisamos reformar tudo. Mas Vitória da Conquista, tem um trabalho pioneiro. Município muito grande, tem 50% da população na região semi-árida da caatinga e desenvolvemos nesta região, um trabalho de medicina preventiva e medicina de primeiros socorros. Numa meta de 60 postos de saúde, já construímos 30 e já treinamos 70 agentes rurais de saúde, em nossos hospitais, durante 40 dias. O prefeito Hélio Ribeiro dos Santos, explica como é feito o trabalho dos agentes rurais de saúde.

— Eles realizam um excelente trabalho, em termos de vacinação, prevenção e condições mínimas de saúde, como escovar dentes, lavar as mãos, estas coisas primárias. Também aplicam injeções, fazem curativos e estão preparados para combater a



Helio Ribeiro garante que sua cidade é a mais bem iluminada do interior da Bahia

desidratação, porque a maior parte das mortes no nordeste é em função da desidratação. Vem a diarreia, a desidratação e as famílias não sabem como proceder, reidratar. É coisa simples, pois na falta de soro, água e sal, ajudam nos primeiros socorros. Semanalmente, em cada região, uma viatura com médicos e dentistas visitam os distritos mais distantes. Os agentes rurais de saúde, estão credenciados, quando necessário, em casos de urgência, a transportarem por conta da prefeitura, em taxis, os doentes, para a sede do município, onde são encaminhados aos hospitais.

EDUCAÇÃO, UMA META

Desde 1972, o PMDB, implantou um excelente trabalho na área de educação, que vem sendo seguido por todos os administradores, conforme explica o prefeito: — Na Zona rural temos 175 escolas. O Estado não tem nenhuma. So a nossa administração construiu 76 escolas pré-moldadas. Este ano a nossa meta é construir outras 50. Na sede, temos 14 escolas, com 8 salas de aulas, o que para assistir a 10 mil alunos. Este ano teremos o dobro. Em fevereiro, estivemos em Brasília e assinamos um convênio de municipalização da merenda escolar. Vitória da Conquista tem ainda modernas Universidades, comenta, com orgulho, o prefeito.

UMA REALIDADE

Hélio Ribeiro dos Santos, está muito confiante na reforma tributária, a certeza de melhores dias para todos os municípios do país. E ele comenta: — A reforma tributária é a tábua de salvação de todos os municípios e dos Estados. Não é possível, uma distribuição injusta dos tributos como se vê no Brasil.

blema por causa da manipulação. Nós sabemos que o critério que determinava essa distribuição dos impostos, não são transparentes. Nós agora da Bahia, conseguimos do Governador Valdir Pires, que o seu Secretário de Fazenda, Sergio Caldense, fizesse com que esses critérios e esses tipos de distribuição dos tributos, fosse acompanhado por uma comissão formada por indicação da Frente Municipalista Brasileiro. Estamos com uma comissão de cinco técnicos, acompanhando esse estudo e os critérios que concorrem para a distribuição dos tributos. Nós esperamos que isso ocorra também a nível federal.

Como gato escaldado, o prefeito faz uma importante observação:

— Hoje, nós precisamos fiscalizar tudo, porque a manipulação de da os no nosso país é uma constante, nós vimos até uma falha terrível ocorrida ano passado no que tange ao superávit da balança comercial de exportação. Então, os dados merecem um melhor estudo e achamos importante também uma comissão dos municípios e Estados para acompanhar a distribuição. Nós sabemos que a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios — FPM — é muito complexa e precisamos acompanhar de perto, pois não sabemos na realidade como é — fala o prefeito de Vitória da Conquista.

MUITOS FAVORECIMENTOS

Todos os municípios clamam por isenção na compra de equipamentos e veículos destinados a conservação e construção de estradas e Hélio Ribeiro dos Santos, também se mostra inteiramente favorável a medida.

— Nós sabemos que o governo quando estimula a exportação dos produtos industrializados, cria uma série de incentivos, isenta de todo tipo de impostos e em determinado caso, inclusive, o imposto que não é pago, serve de crédito para o que é comercializado internamente. Acredito que o mesmo procedimento deveria ser realizado em relação a venda de qualquer tipo de equipamento aos municípios e aos Estados. Não há porque, os municípios e os Estados pagarem impostos sobre estas aquisições, principalmente, quando sabemos que as indústrias automobilísticas Nacional, é aquela que recebe uma carga tributária das mais caras do mundo, hoje, em torno de 115%, quando nos países industrializados o máximo que se observa é de 35%, que me parece é na França. — E o prefeito de Vitória da Conquista, político dos mais atuantes em defesa de sua comunidade, prossegue:

— Não é justo que os municípios, que já não conseguem reaver seus tributos — imposto de renda, o INPI, são recolhidos no município —, tenham que pagar impostos absurdos, como é o caso. Sou a favor desta extinção dos impostos que incidem sobre a compra de veículos.

O prefeito fala ainda que é justo que o município participe ativamente de todos os impostos que partem do município, com imposto sobre minerais, imposto sobre ser-

viços, o IPI, o ICM, o IPBT, o IPVA, todos, sem exceção.

UNIÃO NADA FAZ

A interferência da União em muitos problemas do município, concedendo até anistia, isenção, em impostos municipais, é contestada pelo prefeito Hélio Ribeiro dos Santos: — O município deve ter poderes para definir, criar, seus impostos. O município tem que ser autônomo. O Governo Federal que fica hoje, com o grande bolo, com mais de 60% dos tributos, nada faz em termos de obras municipais. O que vemos é uma estrada federal que as vezes corta o município. Não vemos realização do Governo Federal no município. O Estado ainda realiza. Achamos que deve haver uma inversão nesta composição dos índices de distribuição dos impostos. O município fica com o maior índice, depois o Estado e finalmente a União —, fala o governante de Vitória da Conquista.

O DINHEIRO E NOSSO

O prefeito tem muito mais a pedir e cita o que deve ser dado ao município.

— Acho que os impostos específicos do município, devem ficar com o município, como já existe hoje o ISS, o IPTU, porque não, o IBI, é até uma questão de coerência. Agora, os impostos como o ICM, Imposto de Renda, IPI, o município deve ter uma participação mais efetiva, principalmente o ICM, porque o ICM é um imposto cumulativo, está sempre gerando tributos, pois muitas vezes uma simples mercadoria passa por vários Estados. O ICM deve ser na base do meio a meio, 50% —, diz o prefeito de Vitória da Conquista.

Com o plano cruzado, Vitória da Conquista conheceu um surto de desenvolvimento na área de construção civil e o prefeito lembra que só haviam dois prédios de apartamentos, isto durante a existência do município, quase 100 anos. Ano passado, foram construídos mais 20 prédios de apartamentos, gerando uma dinamização no comércio de material de construção e conseqüentemente gerando muito ICM. Contudo, só daqui há dois anos, a prefeitura terá o resultado deste desenvolvimento.

Hélio Ribeiro dos Santos, criticou a decisão de alguns governantes em não querer pagar o gatilho salarial aos trabalhadores. — O gatilho é um direito do trabalhador. A prefeitura de Vitória da Conquista, está pagando todos os gatilhos disparados. Não podemos atentar contra esse direito, líquido e certo do trabalhador.

Com a certeza de ter realizado um trabalho honesto e consciente, o prefeito diz ter ingressado na política, pela sua liderança na igreja, que prega que seus membros participem ativamente na esfera política, sua própria consciência política desde quando bancário e agora, pelo apoio que recebe da comunidade, pelo bom trabalho desenvolvido, fica difícil sair. Daí, sua decisão de participar nas próximas eleições, concorrendo para a Assembleia Legislativa, onde poderá ajudar também em muito ao seu município, a sua gente, boa de Vitória da Conquista.



A rede de esgoto e o abastecimento de água são duas metas que o prefeito pretende realizar

MUDAR OS CRITERIOS

O prefeito de Vitória da Conquista, tem uma ideia formada para melhorar o Fundo de Participação dos Municípios, como passa a explicar ao CORREIO BRAZILIENSE: — Acredito que junto com o aumento do índice, seja do FPM, seja do ICM, deve ser acompanhado de um estudo dos critérios. Porque as vezes, aumentando o índice, não resolve o pro-

ARACI

Erro do IBGE acarreta mais problemas para repassar verba a Municípios

O Município de Araci, na Bahia, tem 1.640 quilômetros quadrados de área habitada por 55 mil pessoas, mas que segundo o último censo do IBGE, não chega a 33 mil. "Um problema a mais", segundo o Prefeito José Carlos Mota, frisando que "isso se reflete no repasse das verbas que é feito em função do número de habitantes, o que prejudica sensivelmente não só Araci mas todos os municípios brasileiros, do grande ao pequeno".

Baiano, nascido em Fazenda Laranjeiras, a três quilômetros da sede de Araci, José Carlos Mota, filho de família pobre, não pôde estudar, ganhar um nível superior. Mas nem por isso tem vergonha ou fica preocupado em dizer que só possui o curso primário. Ele foi vereador em quatro legislaturas. Alegre, simpático e bem falante, Mota participou do recente I Seminário da Reforma Tributária promovido pelo CORREIO BRAZILIENSE, no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, onde foi um dos destaques pelas opiniões, sempre francas e sinceras, que expendeu. Ele assegurou, por exemplo, "que a única solução para sair do caos é a reforma tributária". "Se não houver uma solução de emergência, com o Governo Federal amparando imediatamente os municípios, ninguém sabe até que ponto chegaremos mas todos estamos esperando pelo pior", advertiu, dizendo que as prefeituras chegaram ao limite de suas possibilidades.

IMITAR É PRECISO

Falidos, os prefeitos exigiram durante os debates no Seminário da Reforma Tributária, "reforma tributária já". Muitos asseguraram que não estão conseguindo sequer pagar o gatilho, e pediram que o Governo Federal facilitasse a rolagem das dívidas interna e externa dos municípios, devido ao progressivo agravamento da crise econômico-financeira. Nesse ponto, José Carlos também se diz uma vítima do Plano Cruzado, já que elaborou seu orçamento no ano passado, em função de uma reduzida expectativa inflacionária, e agora sua arrecadação é insuficiente, com as dívidas aumentando em progressão geométrica. E sem conseguir sequer pagar os salários do fun-

cionalismo, o jeito é imitar o Governo e pedir moratória.

PROBLEMAS

Como se não bastasse a falta de verbas, Araci se defronta hoje com problemas que, de certo modo, têm a ver com a carência de verbas. O abastecimento de água, por exemplo, é dos mais precários. Na sede, a água não falta, é de ótima qualidade. Porém na periferia, é um caos. Araci fica na BR-116 — que corta o Brasil de Sul a Norte. As estradas municipais são boas também. Os trechos que faltam, em asfalto, estão quase prontos.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

A Prefeitura de Araci enfrenta dificuldades nessas duas áreas. Existem 135 professoras leigas, na zona rural, um colégio municipal na sede onde são ministrados 1º e 2º Graus. Tem cerca de 1.600 alunos.

Na área da Saúde, existe apenas um posto médico, com três médicos pagos pela Prefeitura. "Encontramos o Município muito carente na área da Saúde. Hoje, temos três ambulâncias e fazemos o que é possível".

José Carlos Mota, que é do PFL, conta com um bom relacionamento na Câmara de Vereadores, composta de 11 vereadores que lhe dão respaldo aos projetos que apresenta. "Tanto assim que já construímos 16 escolas na zona rural, só de janeiro para cá, sendo 10 em convênio com o MEC, além de um prédio com 4 salas de aula na sede, um curral para matança de gado, e colocamos telefone em quatro Distritos, com ajuda do ex-governador do Estado e atual ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, de quem temos sempre recebido apoio. Aliás, temos que ressaltar que 80 por cento do que existe em Araci agradecemos a Antônio Carlos Magalhães".

REFORMA TRIBUTÁRIA

"É difícil sair. Conforme estamos vendo e observamos pelo pessimismo dos que participaram do Seminário promovido pelo CORREIO BRAZILIENSE, essa reforma tributária, ou, pelo menos, a proposta em andamento na Constituinte não atende aos interesses dos municípios. Até já se revelou que o relatório do deputado José Serra foi inspirado em um trabalho elaborado pelo Ipea e tem o objetivo de pri-

vilegiar o Estado de São Paulo. Se isso é verdade, conforme disse o prefeito de Itumbiara/GO, Waterloo Araújo, o que mais podemos esperar"?

A participação dos municípios em todos os impostos municipais seria "a melhor coisa que nos poderia acontecer", frisou o prefeito José Carlos Mota, "visto que os municípios são a mola-mestra do País".

Como é sabido, ao comprar uma máquina, um implemento agrícola, a Prefeitura paga ICM, IPI e demais impostos devidos, o que onera bastante o município. Mota também acha que tais impostos deveriam ser abolidos apesar de que, "em Araci, o ICM recebido é nenhuma, cerca de 2 a 3 por cento, apesar de que Araci até que rende, pois tem muito sisal, a pecuária é boa, e além disso produz feijão, milho, mandioca e farinha".

Há projetos de ampliação dos programas visando melhorar a agricultura, em Araci, mas todos esbarram no problema da falta de água. A Prefeitura compra caminhões de água que distribui aos mais carentes, na periferia. "Um problema mais sério do que a fome, pois esta a gente engana comendo o que encontra, até um pedaço de pão, mas a água, não. A sede é uma coisa horrível. Agora mesmo, a Prefeitura está pagando água para distribuição a dois bairros. Na seca passada, havia distribuição de água a cargo da Sudene. Desta vez, não. As próprias prefeituras é que se encarregam do abastecimento com seus próprios recursos e meios, se os tiver. Se não chover dentro dos próximos 30 dias, todo o município de Araci vai precisar ser abastecido com água e a Prefeitura não tem como fazê-lo. Há necessidade de, no mínimo, oito caminhões-pipa que José Carlos Mota não sabe onde conseguir.

REALIZAÇÕES

José Carlos Mota era vice-prefeito de Araci, quando o prefeito foi

cassado. Isso há um ano e sete meses. "Mas nesse curto espaço de tempo, já fizemos mais que todos os prefeitos anteriores reunidos. Só de calçamento na sede já fizemos cerca de 30 quilômetros e utilizando somente verbas da Prefeitura. Conseguimos algum dinheiro do Estado e calçamos uns 5 mil metros nos bairros, e só. Já fizemos, também, uns 4 mil metros de esgotos, mais os prédios escolares, currais, telefone, galpões de feiras-livres, enfim, uma luta terrível. Até indenizações de casas a Prefeitura já pagou, para poder abrir novas ruas. O fato é inédito, pois desde que Araci se emancipou, há 30 anos atrás, todos os prefeitos pagaram indenizações com o mesmo objetivo, porém jamais abriram uma rua sequer".

Mas o melhor da gestão do prefeito José Carlos Mota, segundo ele disse com orgulho, "é que a Prefeitura não deve um cruzado a ninguém". Ele recebeu a Prefeitura devendo, naquela época, quase a todos os fornecedores e ao funcionalismo. Pagou todo mundo. Hoje, o próprio funcionalismo recebe em dia — "todo dia 20 do mês" — e "ele é quem fica devendo à Prefeitura, pois recebe adiantamentos, vales etc".

José Carlos Mota é a favor de que todos os impostos fiquem no município, como defende a Frente Municipalista e a própria Imprensa, sobretudo em relação ao ITBI e o ITR (parte). "Mesmo porque", esclarece, "o ouro que Araci tem dá para pagar a dívida externa do Brasil, segundo a própria Vale do Rio Doce que explora as minas da região. Araci já recebe uma pequena parcela de ISS da mina que fica entre três municípios. Todo mês sai de lá 70/80 quilos de ouro já fundidos. Em outras palavras, Araci é um município rico, só que não chega para a sua Prefeitura e o povo".

TRANSPARENCIA

A divisão dos recursos

destinados aos municípios tem sido motivo de observação por parte dos prefeitos que gostariam que a mesma fosse feita na presença de representantes, do Estado e do Município. José Carlos Mota é a favor.

OBRAS

"Na zona rural, construímos 16 prédios, cada um com uma sala, dois sanitários, uma cantina, lavatórios etc. Na zona urbana, estamos com cerca de 30 mil metros de calçamento, construímos com a participação do Estado um prédio escolar com quatro salas de aula. Recebemos dos cofres estaduais 196 mil cruzados e gastamos 700 mil. Temos um centro de saúde cuja construção foi iniciada há 12 anos e estava abandonado. Conseguimos mais verba e o terminamos. Está pronto, todo equipamento. Recentemente compramos um prédio para servir de garagem da Prefeitura. A semana passada adquirimos mais um prédio escolar. Tem mais: compramos um terreno para construir um hospital e, se for possível, se conseguir as verbas necessárias, ele estará pronto antes do término do nosso mandato".

Pelo grande número de obras que já realizou, realiza e pretende ainda realizar, José Carlos Mota é conhecido em Araci como o Prefeito-Constroção.

Ele não pretende fazer carreira política. Acha que já chegou onde queria. "Para uma pessoa com apenas o curso primário, é uma vitória. Mesmo porque, com 58 anos, e 60 ao término do atual mandato, só vamos pensar em descansar, viver para a família. Temos uma fazenda, a Fazenda Laranjeiras onde nasci, que foi do nosso pai e ganhamos por herança, e lá é due vamos viver".

MAIS OBRAS

Ainda no decorrer da entrevista, o prefeito José Carlos Mota enumerou mais algumas obras que já realizou à frente da Municipalidade, em Araci: "Temos centenas de horas de trator, in-

clusive uma barragem de 400 horas, mais duas de 190 horas, cada, e tudo isso sem receber um centavo de ajuda do Governo".

REIVINDICAÇÕES

Araci precisa, com urgência, de um hospital. Esta a maior reivindicação do prefeito de Araci. A seguir, precisa de uma passarela sobre o sangradouro do açude do Dnoes que existe em Araci, "pois quando chove, não passa ninguém às vezes até durante um mês".

DESTAQUE

O prefeito José Carlos Mota teve destacada atuação no I Seminário da Reforma Tributária que o CORREIO BRAZILIENSE realizou, no início de junho, no Senado Federal. Ele quase não participou dos debates, mas se empenhou bastante junto aos seus colegas e aos deputados presentes no encaminhamento das soluções reivindicadas por todos, entre as quais a maior delas estava na reforma tributária. Defendeu também a manutenção do Imposto sobre Serviços, que os constituintes pretendem anexar ao novo ICM, o Imposto sobre Valor Adicional, que englobará também vários outros tributos, como os atuais impostos únicos.

ATIVIDADE PREVISÍVEL

A propósito da tributação da atividade mineral, e justamente porque Araci é grande produtor de ouro, José Carlos Mota esclarece que "por este motivo, a tributação a respeito deve ser previsível e constante, para que as empresas tenham certeza de que as regras do jogo não serão mudadas a qualquer momento".

Continuando, o prefeito de Araci disse estar "coerente com as declarações do especalista Samuel Hanan, preocupado com a extinção do Imposto Único sobre Minerais, que passa a ser incorporado ao ICM, que é um imposto estadual. Na área mineral, é preciso ter estabilidade, para que as empresas se disponham a investir".



O prefeito José Carlos Mota diz que Araci tem 55 mil habitantes enquanto que o IBGE mostra apenas 33 mil pessoas

VIADUTOS

Centralização é a maior dificuldade para os municípios

Viadutos Município dos mais progressistas do Rio Grande do Sul, tem uma população de 15 mil habitantes. Sua área de 3.500 km² basicamente é tomada pela produção agrícola. Sua maior riqueza, é a soja. Seu prefeito é o médico gaúcho João Roque D'Ambosi, um homem profundamente politizado. E ele fala de sua preocupação com o momento atual que vivem o País e, principalmente, os municípios.

— Nós estamos sentindo em todo o País, como em todas Prefeituras, as dificuldades enormes porque passa um administrador municipal, ser prefeito de qualquer município do Brasil, hoje em dia, é uma dificuldade muito grande, tendo em vista a falta de recursos, a centralização dos tributos nas mãos do Governo federal e a pequena distribuição de renda para os prefeitos fazerem aquilo que a população anseia. E ele prossegue, lembrando a credibilidade do povo: — Hoje, existe até um contra-senso dentro desta dinâmica administrativa nacional, o povo confia e espera muito mais do seu Prefeito, do que do seu governador e do Presidente da República. E, no entanto, o Prefeito é o que menos tem recursos para atender as necessidades da sua comunidade.

É DO RAMO

João Roque D'Ambosi, fala da educação e saúde no Município. Conta que tem 40 escolas distribuídas no interior, construídas de forma precária e que por isso mesmo exigem uma atenção constante, com a conservação e reforma. E ele aborda outro problema, agora, muito comentado na área política: — Fala-se muito

em municipalização do ensino, em municipalização da saúde. Eu, como médico, conhecendo as problemáticas da saúde na zona rural do nosso País, acho que a grande solução da saúde brasileira, é a municipalização. Mas, isto somente é possível, viável, em Municípios que possam enfrentar e resolver estes problemas. Mas, basicamente, é preciso recursos.

BEM DISTRIBUÍDO

No município de Viadutos ocorreu uma reforma agrária natural, com as terras bem distribuídas. — Existe minifúndios e não latifúndios. E a reforma agrária é aplicável onde existem latifúndios, principalmente aqueles não produtivos.

O Prefeito fala que suas dificuldades, seus problemas, não são sociais e sim de infraestrutura, como estradas, iluminação, pavimentação e construção de pontes. A propósito, acha que o Governo deveria conceder isenção de impostos para que as Prefeituras pudessem adquirir equipamentos e máquinas, veículos, para a conservação das estradas, possibilitando um rápido escoamento da produção.

E João Roque D'Ambosi, lembra um de seus pensamentos: — O que é Brasil, se não a união de todos os seus Municípios. Tira-se um Município do mapa e o que sobra, se não o contorno do município? Se o Município é o elemento gerador da riqueza nacional, se o Município é o produtor de tudo aquilo que vai render tributos para o usufruto do Governo federal, porque vai receber a menor fatia? Acho que todos os impostos que recaem

sobre produção ou serviços realizados pelos Municípios, têm que retornar aos municípios. É uma questão até de bom-senso, é uma questão de justiça social.

O MAIS IMPORTANTE

Depois de destacar a atuação do CORREIO BRAZILIENSE no Seminário da Reforma Tributária, João Roque lembrou que o momento é capital, em tão importante decisão e é preciso a mobilização de todos, pois a reforma tributária, é que vai garantir a sobrevivência de todos os Municípios brasileiros.

O Prefeito considera que seu Município está sendo bastante prejudicado, pelo IBGE e conta que já solicitou àquele órgão a recontagem da população, pois o censo é de 1980 e a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios é baseada naquela estatística. — Já ofereci recursos ao IBGE para a recontagem, mas nada fizeram, aliás, isso não interessa à União — comenta.

Aliás, falando em FPM, o Prefeito comenta que deve haver um índice maior na distribuição e maior justiça no critério adotado. Eles se baseiam na população e em dois outros tributos, "que o Governo federal, às

vezes, manipula como quer, como entende. Precisamos batalhar pela inclusão no FPM, de todos os tributos que o Governo arrecada".

João Roque volta a falar da importância dos municípios:

— A reforma tributária, é a grande oportunidade para o povo brasileiro minimizar os seus problemas, porque a gente tem que se convencer disso. Os grandes atendimentos, as necessidades primárias, básicas, são feitas pelo Município, pela Prefeitura. Nada mais justo que os nossos Municípios tenham recursos para atender seu povo. Com esta redistribuição e com estas melhorias que se está pleiteando, a dinâmica de atendimento e a dinâmica da satisfação do povo brasileiro, serão bem melhor".

O Prefeito analisa o Imposto Territorial Rural e também acha que deve haver uma mudança em seus critérios: — O Município deveria ter a participação de 100% e não 50%, como está sendo agora, porque o ITR, nada mais é que o imposto predial na zona rural. Se o Município já tem a totalidade do imposto predial na área urbana, porque não ter na área rural? Se é o próprio Município que faz

a manutenção de acesso, melhoramento de estradas e tudo o mais na propriedade rural. É uma questão de justiça.

Outro imposto reivindicado é o ITBI, um imposto exclusivamente municipal. O administrador de Viadutos, comenta: — É o Município que está dividindo com o Estado, não o Estado que está dividindo com o

Município. Aos Constituintes, ele tem uma mensagem:

— Esperamos que se faça, finalmente, aquela justiça, que se vem pleiteando há mais de cinco anos, desde que surgiu o tema dos tributos. E apesar de vários movimentos, muitas promessas do Governo federal, ainda não são uma realidade. Esperamos que os constituintes façam incluir na nova Carta Constitucional Brasileira, aqueles itens que realmente promovam uma redistribuição de rendas, dentro do bom-senso e dentro das necessidades do povo brasileiro.

Apoiado pela Câmara Municipal, onde tem maioria, e contando com o aplauso de toda a comunidade, João Roque, como médico, sabe da importância da saúde, educação e saneamento básico, para melhorar a vida da comunidade. Espera que, ainda em sua administração, receba mais recursos do Governo federal, para realizar importantes obras no Município.

Espera, também, que com a nova Constituinte, acabe a peregrinação dolorosa e humilhante dos Prefeitos a Brasília, como mendigos, de pires na mão, implorando por pequenas importâncias. Acha que isso tem que acabar.

O prefeito João Roque não sonha com mandato-tampão ou reeleição. Está se despedindo.

— Já dei a minha contribuição. Vou retornar às minhas atividades particulares, porque política nada mais é que o despreendimento de um membro da comunidade, em benefício de sua comunidade. Vou sair com a certeza de que procurei fazer o melhor pelo meu Município. Nosso partido tem uma liderança jovem, e não faltarão bons candidatos para prosseguir com o nosso barco. Política, para im, não é profissão. A minha profissão é a medicina.



O prefeito João Roque D'Ambosi diz que enfrenta muitas dificuldades e culpa a pequena distribuição de renda feita pela União

"Hoje, existe até um contra-senso dentro dessa dinâmica administrativa nacional, o povo confia e espera, muito mais do seu Prefeito, do que do Governador e do Presidente da República. E, no entanto, o Prefeito é o que menos recursos tem para atender a comunidade"



CAXIAS/MA

A segunda cidade do Estado espera a reforma tributária

Segundo mais importante município do Maranhão, Caxias, é uma cidade aprazível, agradável, com uma população de 140 mil habitantes — 40 mil são eleitores — e que goza da simpatia do presidente José Sarney. O prefeito Helio de Souza Queiroz, assumiu os destinos do município, após o 2º ano do prefeito eleito e vem desenvolvendo um excelente trabalho, dinamizando todos os esquemas de trabalho.

Político dos mais atuantes, muito espera da reforma tributária e faz uma série de sugestões aos homens de governo: "Todos os municípios do Estado, estão em dificuldades. Nós, prefeitos não temos condições de tocar as obras e nem pagar o funcionalismo da prefeitura. As despesas são maiores que a receita. É preciso uma melhor divisão de rendas. O ICM, o IPVA e outros tributos, deviam ser rateados, no momento da arrecadação, no próprio município".

É a vez questão de explicar, o problema do IPVA, que é dividido meio a meio, entre o município e o Estado. Vamos admitir que tenham sido arrecadados 500 mil cruzados ao mês. O Estado ficaria com 250 mil e o município, com a outra parte. Ocorre que isto era muito bom na época do congelamento. Agora, com a inflação em torno de 20%, quando eles vão ser repassados para a prefeitura, já não estão valendo 500 mil cruzados, pois foram deturpados pela inflação. O dinheiro, 500 mil que saiu hoje, digamos mês de abril, quando foi repassado em dezembro, só vale 100", explica Helio de Souza Queiroz.



O prefeito Helio de Souza Queiroz afirma que não tem condições de reaver as obras municipais abandonadas.

município e que sabe dos problemas do município. Intervenção é a última instância".

O prefeito Helio de Souza Queiroz, defende a participação do município, em todos os impostos federais, já que participam e ajudam a arrecadar todos os recursos, como Imposto de Renda, IPI, ICM. Ele defende a tese de que todos os 4 mil municípios devem participar do bolo.

Quando ao Fundo de Participação dos Municípios — FPM —, considera pouco o repasse de 17%, dado pelo Governo Federal, achando que o ideal, o justo, seria 25%, que daria aos municípios condições de solução.

rem seus problemas financeiros.

LIBERAR GERAL

Para a abertura e conservação de estradas vicinais, a municipalidade, necessita de modernos equipamentos, que hoje, custam caro. O prefeito de Caxias, Helio de Souza Queiroz, acha que deve haver isenção dos impostos — ICM e IPI —, quando da compra de máquinas e tratores pela Prefeitura.

— Vamos admitir um gasto de dez milhões de cruzados. Três serão de impostos. Este dinheiro seria de suma importância para a vida dos municípios.

Caxias, possui um dos mais modernos centros administrativos culturais e o gasto para o empreendimento e explicado pelo prefeito Helio de Souza Queiroz.

— Foi possível sua viabilização, em parte pela ajuda do Governo Federal. O Presidente Sarney, não é caxiense, mas sempre procurou ajudar a cidade, desde o seu tempo de senador. Graças ao seu empenho e admiração por nossa terra, foi possível a construção de muitas obras, principalmente o centro administrativo, orgulho de toda a comunidade.

Com uma população bastante politizada, Caxias, se orgulha de muitos de seus filhos, que alcançaram bastante notoriedade na vida pública, política e artística. O prefeito Helio de Souza Queiroz, ao fim da entrevista fala com admiração do trabalho que vem sendo realizado pelo Presidente José Sarney, que com destemor vem enfrentando os problemas que têm desafiado ao seu governo.



O Centro de Cultura José Sarney e um dos orgulhos da cidade.

CHEGA DE BRINCADEIRA

A intervenção do Estado, no município de Golânia, vem causando muita polêmica e o prefeito de Caxias manifesta sua opinião de que cabe ao povo, toda e qualquer decisão: "Ele foi escolhido em voto direto pelo povo. A Câmara e a Justiça devem se pronunciar, mas a solução final, seria o plebiscito. Intervenção é um negócio muito sério. É preciso um processo e que seja comprovada a denúncia. Isto não é brincadeira. Ele foi eleito pelo povo. O povo é que deve julgar o seu trabalho. Quem vive no mu-

CODÓ

Por um fim ao analfabetismo é a meta a ser alcançada já



O prefeito Antonio Joaquim Araújo Filho tem como meta acabar com o analfabetismo

Codó, no Vale do Itapecuru, no Maranhão, com uma população de 130 mil habitantes, dos quais 40 mil são eleitores, e um dos municípios mais fortes do Estado, tendo como principal atividade econômica, a agricultura e a pecuária. O prefeito Antonio Joaquim Araújo Filho, político dos mais atuantes, recentemente, representou todos os prefeitos do Estado, na cerimônia realizada em São Luis do Maranhão quando da entrega de recursos da Fundação Educar, que se propõe a acabar com a mancha negra de analfabetismo no Estado do Maranhão.

Na oportunidade, a professora Leda Tajira, presidente da Fundação Educar, depois de explicar que não há limite financeiro para o projeto, acrescentou: "Estamos desafiando a sociedade civil como um todo, porque o Maranhão, e o 2º Estado do Brasil, em analfabetismo. Para o Maranhão, terra do Presidente Sarney, temos a responsabilidade social de cidadãos e como cidadãos, não entendemos que o Maranhão continue com índice tão alto de analfabetismo. Vamos acabar com esta mancha negra".

Ao lado do prefeito de Codó, a professora Leda explicou ser inter-

ramente favorável a reforma tributária: — Não entendo fazer educação, sem que seja feito um processo de descentralização e de municipalização. Estou na luta pela reforma tributária. Acho que ela deve vir e vir com muita força.

O prefeito Antonio Joaquim Araújo Filho, ressaltou a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Fundação Educar — Como maranhense e administrador, vejo com a maior das alegrias, o plano educacional que vem sendo implantado nos municípios. Codó, por exemplo, tem um dos maiores índices de analfabetismo. Cheguei a tentar uma grande campanha para erradicar o analfabetismo e não encontrei apoio financeiro.

O prefeito lembrou ainda a necessidade de se fazer obras e que isto somente será possível, com uma reforma tributária justa, já que são muitos os deveres e poucos os recursos. — Estamos, todos nos prefeitos cansados de andar de piras na mão, batendo as portas dos governos do Estado e Federal, em busca de socorro financeiro —. O administrador do município de Codó, ressaltou ainda que é preciso também, uma melhor divisão de

outros impostos que são recolhidos pelo governo.

OPINIAO UNANIME

O deputado federal, Eliezer Meira-PFL, presente a cerimônia de assinatura do convênio entre os municípios e a Fundação Educar, assim se manifestou a respeito da reforma tributária: — Considero o sistema tributário brasileiro, extremamente injusto para com os municípios e o Estado. Eu considero que o centralismo da administração brasileira se determina em sua maior parte pela política tributária. Se não vejamos O Maranhão e um Estado pobre, carente e que necessita de uma adequada arrecadação de imposto para sobreviver e para investir, não se justificando, portanto, determinados favorecimentos a empresas privadas, como vem ocorrendo por parte do Governo Federal. Isto é uma intervenção na autonomia constitucional dos Estados e dos municípios —, concluiu.

Outro que se manifestou foi o Deputado Federal (PFL), Jurandir Lago: — Acho que as reformas tributárias no Brasil são feitas para as grandes cidades. E preciso que se olhe mais para a nossa região. Não se pode comparar o Maranhão e o Piauí, com São Paulo e o Rio Grande do Sul, daí a necessidade de um trabalho sério para que haja uma divisão justa. O parlamentar lembrou ainda o caso do ICM, que arrecadado no município, só é repassado quatro ou cinco meses depois.

O Deputado Federal Jaime Santana — PFL — mais otimista falou que na reforma já, os municípios serão aquinhoados com uma verba de 6 bilhões de cruzados. — E a redistribuição, a devolução aos Estados e municípios da parcela que lhe foi historicamente tirada nesses últimos 20 anos.

Eduardo Mathias, deputado estadual (PFL, Maranhão), também mostrou-se favorável a imediata reforma tributária, já que todos os municípios estão praticamente sentados numa guilhotina e para que consiga sobreviver precisam de recursos em caráter urgente.



A Praça Correia de Araújo e Melico Rego é uma das principais atrações para o lazer

APUCARANA

Uma cidade que possui um clima de bem-estar

Uma nova concepção de político surgiu em Apucarana — aqueles que entendem que fazer política é administrar visando exclusivamente o progresso da sua comunidade —, o Prefeito Carlos Roberto Scarpelini. Ele aceitou o desafio de uma administração pública que ofereça ao povo os benefícios de um trabalho honesto, exemplar e contínuo voltado sempre para o bem-estar social.

A administração do Prefeito Carlos Roberto Scarpelini transformou o município, estruturando-o para proporcionar a todos os seus filhos, educação, saúde, trabalho e lazer.

Situada no triângulo formado por Maringá e Arapongas, e próxima de Londrina, Apucarana se destaca pela agricultura em que predomina o café, soja e trigo, a indústria de óleos vegetais, papel e tecidos e a pecuária. É uma cidade alegre, espelhando em cada rua, em cada escola, em cada posto médico, o reflexo da administração profícua de Carlos Roberto Scarpelini, para quem "administrar e construir para o bem-estar da comunidade". E o resultado está nas obras de grande significação que foram realizadas até agora, agora tantas outras que se encontram em planejamento.

Carlos Roberto Scarpelini tem na área social a sua maior e mais completa atuação em Apucarana, desde quando se elegeu o vereador mais votado do lugar, em 1976. Suplente de deputado federal em 1978 e, finalmente deputado em 80, até se elegeu prefeito em 83, sua luta tem sido compensada pelo reconhecimento do povo, que na rua aonde quer que vá sempre o incentiva a prosseguir pois e jovem — tem apenas 36 anos — e muito poderá fazer ainda em prol de Apucarana, da qual é filho, e seu pai foi um dos fundadores.

O Prefeito afirma que a Prefeitura distribui a melhor merenda escolar do País: "A Municipalidade possui uma granja com frutas diversas e a distribuição às escolas do Município é feita regularmente, junto com a própria merenda, ou seja, a alimentação sólida, um cardápio que nada fica a dever aos bons restaurantes".

Para um município de 120.000 habitantes havia apenas 82 escolas quando Carlos Roberto Scarpelini assumiu o cargo. Ele construiu algumas e reformou a maioria, dotando-as de carteiras novas, além de fornecer o material escolar e outros benefícios relacionados ao lazer. Promoveu o aperfeiçoamento de professores, com cursos ministrados fora do município e até lhes assegurou melhores salários.

SAÚDE

A administração Carlos Roberto Scarpelini criou, no Município, um hospital geral que atende com especialidade à população de baixa renda. Nele trabalham cerca de seis mil pessoas, incluindo os postos de saúde, que fazem a triagem dos casos mais graves nos subúrbios distantes e os encaminham para a Sede.

SANEAMENTO

Como a maioria das cidades do interior, Apucarana se ressentia da falta de saneamento básico. A busca de soluções — algumas alternativas — em todas as áreas, é a tônica e a preocupação maior do Prefeito Carlos Roberto Scarpelini. Ele reconhece que o problema não é simplesmente econômico, mas também uma questão de educação do povo. "Mas só até certo ponto visto que e através do sa-



O prefeito Carlos Roberto Scarpelini garante que a população tem a seu dispor todos os serviços municipais, desde saúde ao lazer

neamento básico que poderemos atacar um dos desafios principais do Município e do próprio País, que é o problema da saúde da população". Frisa Carlos Roberto. Ele aprovou um projeto de melhoria do saneamento, junto à Sanepar, que, financiada pela Caixa Econômica Federal, vai possibilitar a abertura de mais 315 quilômetros de redes de esgotos. Desses total, 52 quilômetros já foram construídos.

O parque industrial de Apucarana também é destaque na administração do Prefeito Carlos Roberto Scarpelini. Para a instalação de novas indústrias, a Prefeitura já desapropriou mais de 50.000 alqueires nas áreas periféricas. No momento, esta partindo para a desapropriação de terras mais baratas onde deverão ser assentadas mil famílias de boas-féias. "Cerca de 100 alqueires já foram desapropriados e pagos", afirma o Prefeito, acrescentando que "a Prefeitura também iniciou a construção de residências para pequenos agricultores, ao mesmo tempo que incentiva a sua organização em associações a fim de poderem melhor comercializar as mercadorias que produzem".

Apucarana só dispunha de uma creche na época em que o Prefeito Carlos Roberto Scarpelini assumiu o cargo. De lá para cá ele já construiu mais 12 creches e outras 13 estão sendo construídas. O número de prédios construídos na cidade também aumentou nos últimos 4 anos. "A construção civil em Apucarana é a maior fonte de empregos na cidade", afirma. Ele se queixa da escassez de recursos, mas, aos poucos, com cuidado — frisa — vai construindo ou financiando o que pode e na medida do possível. Um dos projetos prioritários é a própria Estação Ferroviária. Apucarana também não possui um único teatro.

"De qualquer forma, trabalhando com prazer, em ordem e sempre voltados para os interesses populares, aguardamos dias melhores. Nosso funcionalismo está em dia. Somos favoráveis ao gatilho e a reforma tributária urgente. Quanto à reforma agrária, também seria ótima se o Governo ao lado da terra proporcionasse os meios ao agricultor. Não adianta nada dar a terra sem a enxada, a máquina, a semente", conclui.

TIMON

Problema maior é a falta de emprego para 15 mil homens



O prefeito Napoleão Guimarães frisa que sua cidade é limpa e bem iluminada mas enfrenta o problema do desemprego crescente

dependência. Ela já vem se arrastando há muito tempo. É preciso que venha agora e já, comenta Napoleão Guimarães.

ANISTIA

A dívida com o IAPAS é o fantasma que ronda todas as prefeituras do País e oportunamente é lembrada pelo prefeito de Timon, que pede ao Governo Federal, uma anistia a nível nacional. — Todas as prefeituras do Brasil, têm um déficit com o IAPAS, de quase meio século. São dívidas que começaram em 1946 e foram até setembro de 86. Não temos como pagar a dívida —, confessa o administrador.

A intervenção, em qualquer município, segundo Napoleão Guimarães, deve ser feita com muito critério pela Câmara Municipal e plebiscito do povo. As vezes o Governador do Estado e outras autoridades, não tem conhecimento da verdadeira realidade. É uma decisão muito difícil e somente deve ser adotada em última instância —, explica.

O prefeito e também inteiramente favorável ao trabalho dos Conselhos e Tribunais de Contas, como órgãos auxiliares das Câmaras Municipais.

— Temos dificuldades de prestação de contas e é necessário um órgão orientador. As vezes por causa de um simples erro, o processo de liberação fica retido meses, anos. É a chamada burocracia. Tenho contas de 85, que ainda não recebi. Tem municípios, muito pobres, que nem sequer tem um datilógrafo e o prefeito é obrigado a recorrer a escritórios particulares. Se houver um erro, muitas vezes por falta de

informação, toda papelada volta —, explica o prefeito de Timon.

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

A arrecadação do imposto territorial rural é muito reduzido em Timon, como explica Napoleão Guimarães — Temos uma participação muito pequena. Nosso município não é grande. A receita e toda do Inera e não sabemos quanto aquele órgão arrecada. O percentual que nos cabe, devia logo ser depositado nos bancos do município, mas não é o que ocorre, lamentavelmente.

MAIS VIATURAS

Fundamental para a vida de qualquer município, a compra de tratores, pás mecânicas, motoniveladoras e caminhões, torna-se um verdadeiro desafio para o administrador pelo seu alto custo, que poderia, segundo o prefeito de Timon, ser barateado, se houvesse maior facilidade por parte do Governo Federal e Estadual.

Os impostos do IPI e ICM deviam ser abolidos, quando da compra de equipamentos e viaturas pelas prefeituras. Um trator hoje custa 3 milhões de cruzados. Era preciso também uma maior facilidade de pagamento.

Arrecadar e preciso, para que se possa locar as obras e isto somente será possível, no entendimento do prefeito de Timon, se os municípios participarem das cotas partilhadas do Governo do Estado e Federal.

— Todos os impostos gerados em âmbito federal, o município participa, ajuda a arrecadar, portanto, nada mais justo que também tenha direito a uma fatia do bolo —, concluiu Napoleão Guimarães.

Timon, próspero município do Maranhão, com uma população de 130 mil habitantes — 36 mil são eleitores —, faz divisa com Teresina, Estado do Piauí. Este detalhe geográfico e que atormenta o prefeito Napoleão Guimarães — PFL —, que insistentemente é cobrado pela comunidade.

— É muito difícil administrar o nosso município. O povo acha que devemos oferecer o mesmo padrão de vida que existe do lado de lá. Teresina é uma capital. Esta proximidade é terrível e temos um grande problema. A falta de trabalho. Existe aqui em Timon, 15 mil homens desempregados.

A cidade muito limpa e bem iluminada, tem 2.600 km² de área territorial e a população vive basicamente da agricultura e pecuária. Para fazer frente a todos os compromissos, a prefeitura conta com uma receita apertada, 90%, constituído do Fundo de Participação dos Municípios — FPM — e por isso, acompanha com muito interesse, os trabalhos pela Reforma Tributária.

Todos os municípios são muito carentes em recursos. A reforma tributária, será o nosso grito de in-



A nova sede da Prefeitura é um dos orgulhos da população local e das autoridades municipais

IMPERATRIZ

Uma ferrovia atravessa o sonho, cheia de esperança

Quando publicaram o roteiro cinematográfico do 2001 — Uma Odisseia no Espaço, que se tornaria um clássico da ficção científica, Arthur C. Clark e Stanley Kubrick escreveram: "Lembrem-se, porém, de que isso é apenas ficção. A verdade, como sempre, será muitíssimo mais estranha".

Hoje, 17 anos depois, é assim que se sente a gente de Imperatriz, com ligeiras diferenças. Não será nem uma odisseia nem tampouco no espaço, mas em terra firme e sobre trilhos de ferro: é a Ferrovia Norte-Sul que vai chegar, o que, no fundo, para um País com uma dívida maior do que ele, e até muitíssimo mais estranho. Mesmo para os que a detendem, como o próprio Prefeito de Imperatriz — por onde a ferrovia vai passar —, José Ribamar Figueira.

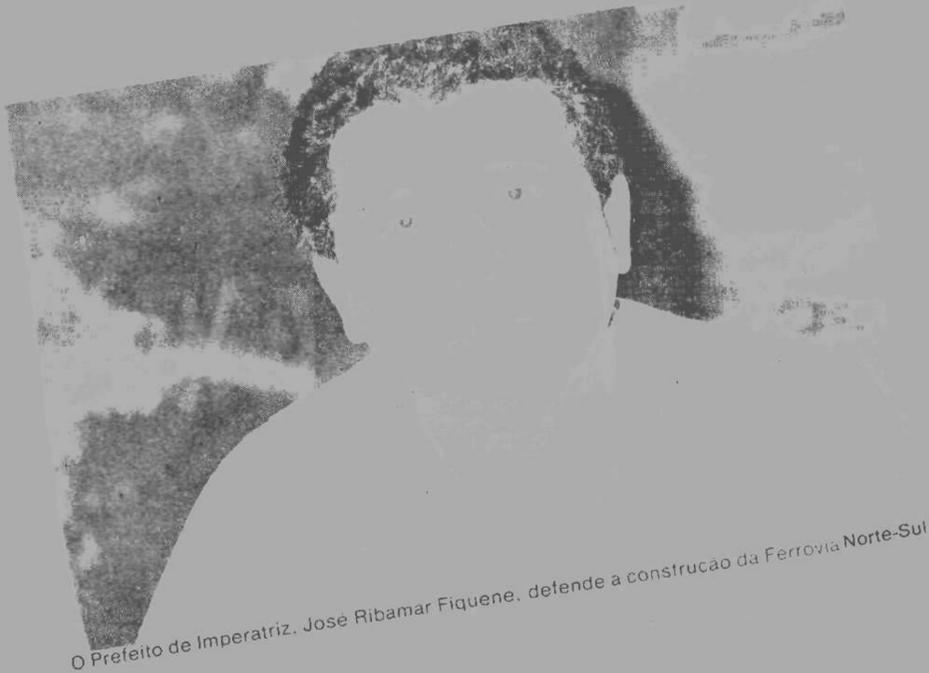
"Estranho até que poderia ser", diz ele, "mas se pensarmos melhor vamos ver que se trata de um grande corredor de integração nacional, um grande projeto de desenvolvimento integrado regional, como o define o Ministro José Ronaldo Tavares, dos Transportes. Para os maranhenses, em particular, a Ferrovia Norte-Sul representa o marco permanente da passagem de um contínuo pela Presidência da República".

Imperatriz é porto fluvial. Está à beira do Rio Tocantins, junto à BR-010 (Belém-Brasília), cujo traçado será acompanhado pela Norte-Sul. Fica a 632 km da Capital do Estado, São Luís. Tem cerca de 400.000 habitantes, distribuídos em 6.636 quilôme-

tros quadrados do município, cuja economia é baseada na indústria madeireira e na agropecuária. Também desenvolve o artesanato (barro, couro, palha e madeira) e realiza, todo ano, uma grande exposição agropecuária e, no mês de outubro, a Festa de Santa Teresa. Na área da Saúde, Imperatriz possui bons hospitais, como o Santa Maria, Santa Teresa, São Rafael, São Raimundo e São Vicente Terres, além de grande número de postos de saúde, e também escolas, bancos, companhias aéreas e uma bela Estação Rodoviária e o aeroporto, a 5 km da Cidade.

Imperatriz não faz parte da Amazônia legal, definida pela lei federal 5.173 de 27.10.1966. Na sua concepção original, ainda de acordo com o Ministro José Ronaldo Tavares, a Norte-Sul foi projetada para uma extensão de 1.300 a 1.400 km, que seria a distância entre Acailândia, no Maranhão, e Brasília, estendendo-se o seu traçado paralelamente à rodovia Belém-Brasília, a partir de Imperatriz, na margem esquerda do Rio Tocantins. Como, porém, a Eletrobrás tem diversas barragens projetadas para o Rio Tocantins, o traçado foi refeito, já levando em consideração o entorno dos lagos que serão formados no futuro, prolongando-se assim a sua extensão em torno de 200 a 300 quilômetros.

Quando José Ribamar Figueira chegou a Imperatriz, em 1968, na qualidade de Juiz de Direito, encontrou a cidade ainda engatinhando, com uma popula-



O Prefeito de Imperatriz, José Ribamar Figueira, defende a construção da Ferrovia Norte-Sul

ção em torno dos 15 mil habitantes. Hoje, Imperatriz, menos de 20 anos depois, tem ares cosmopolitas e, como outras grandes cidades, é a meca de milhares de brasileiros de todas as regiões do País. Bairros surgiram na periferia, abrigando em média 40 mil moradores. Talvez por isso mesmo devido ao crescimento quase que desordenado, Imperatriz é uma cidade com problemas de infra-estrutura e saneamento básico. De forma que a chegada da Ferrovia Norte-Sul é observada com a mesma surpresa do clássico da ficção científica 2001 — Uma Odisseia no Espaço. Sobretudo porque já existe o traçado da Belém-Brasília.

"Como se trata de um projeto prioritário do Presidente José Sarney, então tudo bem, só há motivos para sorrir. Mas até lá — seu prazo é de dois anos e meio, o que desejamos mesmo é uma boa reforma tributária, inteiramente condizente com as nossas necessidades" destaca o prefeito José Ribamar Figueira.

INTERVENÇÃO, NÃO

A propósito de possível intervenção nos municípios Figueira assegura que "se for concretiza-

da, será um ato arbitrário, pois mandado somente pode ser cassado, ou reformulado, quando o Poder Judiciário se pronuncia, através de sentença transitada em julgado. Se tomada por um Governador contra um prefeito, é uma ofensa frontal a direitos adquiridos. Também achamos que a Constituinte não tem poderes para rever mandatos, nem mesmo os de seus membros eleitos a 15 de novembro passado. Recapitulando, Governador não tem poder para afastar prefeito nenhum. Isso só poderá ocorrer em virtude de julgado em ação perfeita".

ISENÇÃO DE IMPOSTOS

"Somos contrário a isenção de impostos para as indústrias instaladas nos municípios, pois elas dispõem de capital de sustentação", assegura Figueira e acrescenta: "Mas há casos em que já concedemos isenção. A camelôs, carroceiros, verdureiros e microempresários, à beira da falência. Só não podemos isentar de impostos, por exemplo, uma Casa Pernambucana, um Armazem Paraíba, e outras empresas comerciais e industriais de porte. Afinal, a Prefeitura tem de pagar o dinheiro de quem tem,

para aplicar em benefícios dos que precisam".

Há um consenso geral de que a totalidade das prefeituras municipais do Nordeste está falida. Sem recursos próprios, elas mal conseguem sobreviver com a transferência de verbas federais

e estaduais, na maioria dos casos insuficientes para cobrir a folha de seus funcionários. Diante da caótica situação financeira, os prefeitos lutam por uma reforma tributária urgente a fim de que possam obter mais recursos do Fundo de Participação dos Municípios e, em consequência, melhorar as condições de vida dos municípios, ou pelo menos manter em dia o pagamento de seus servidores, com os quais eles demonstram mais preocupação.

Imperatriz não foge à regra. Apesar de ser um município desenvolvido, a Prefeitura luta com problemas "em decorrência do gigantismo", diz o Prefeito José Ribamar Figueira. "E que o Fundo de Participação dos Municípios corresponde entre 70 a 90% da receita de cada um deles. Os municípios de 60 a 80%, enquanto os acima de 100 mil ha-

bitantes a participação do FPM oscila entre 50 e 70%. Logo, o problema existe para todos, na proporção de suas respectivas populações. A base tributária restringe-se ao ISS (Imposto sobre Serviços), IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), às taxas municipais e ao próprio FPM. As prefeituras recebem também transferências relativas a outros impostos, como ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), IPVA (Veículos Automotores), IUM (Imposto Único sobre Minerais) e ITBI (Transmissão de Bens Imóveis).

Na opinião do Prefeito de Imperatriz, José Ribamar Figueira, "há impostos de difícil arbitramento. Logo, é preciso lutar por melhor redistribuição de renda por parte do Governo Federal. E lutar mais ainda para que sejam encontradas alternativas de modo a que as prefeituras possam aumentar as suas receitas dentro da realidade que o País atravessa. A futura Ferrovia Norte-Sul e um desses recursos que, segundo Figueira, trará maior desenvolvimento às regiões do Norte e Nordeste.

"O trem gasta menos combustível que o caminhão e o avião. O Presidente Sarney pensou nisso, imaginou integrar toda a região, de forma a permitir uma ligação do Nordeste com o Norte e com o Centro-Oeste e, ao mesmo tempo, criar um corredor modal de transportes, um dos maiores do mundo, formado mais da metade — cerca de 2 mil km — pela hidrovia, até Imperatriz, e complementado com 1.600 km de ferrovia", frisa o prefeito Figueira. Ele assegura que o corredor proporcionará um grande avanço à navegação interior no Brasil. "Acreditamos que esse vai ser um desafio extremamente forte para os empresários de navegação interior da Amazônia, porque as cargas vão aumentar em razão da própria ocupação da área", acrescentou.

Para o prefeito José Ribamar Figueira, "embora pareça história de cinema, o importante é que Imperatriz faz parte do contexto da Ferrovia Norte-Sul e que virá abrir novas possibilidades econômicas para o Maranhão e para Imperatriz, uma região auto-suficiente na produção do milho, que abastece o Nordeste e onde a agropecuária vem sendo a atividade mais estimulada pelos governos, sem falar nos demais grandes projetos do conhecimento geral.

POCONÉ

No caminho da riqueza, a destruição

— Bom, eu tenho duas **Patrol** velhas para conservar toda a malha viária e não consigo comprar outra máquina, apesar de precisar. A prefeitura deveria ser isenta do pagamento do IPI em suas compras. É um absurdo que a Municipalidade pague IPI para cuidar de tarefas que pertencem ao Estado e à União. Tem cabimento que paguemos pesados impostos na compra de caminhões de lixo e máquinas pesadas? Ora, um caminhão custa 1 milhão e 200 mil cruzados, 37% dos quais referentes a todo tipo de taxas cobradas pela União.

Vicente Guido recorda que os repasses jamais batem com os cálculos e que o dinheiro recebido jamais dura uma semana:

— Mais de 70% vão para a folha de pagamento. Eu devo pagar a 100 professoras ruais, que mal ganham para viver e não podem ficar a mercê dos caprichos dos repassadores; eu tenho 1800 burricos para a entrega da merenda escolar. As distâncias são enormes, o município tem 690 quilômetros quadrados. Mesmo assim estou mantendo a folha de pagamento em dia.

A um preço verdadeiramente absurdo:

— Chegamos em casa brigando com a mulher e os filhos; entro aqui na Prefeitura com raiva. Eu estou cansado. Sinto a Prefeitura quebrada, da mesma forma que 90% das outras que existem em todo o Brasil. Enquanto isso, lá em Brasília é aquela mordomia danada, somente a verba do cafezinho daria com sobras para fazer frente a minha folha de pagamento — desabafa Vicente Guido.

Tal qual a água, a vida também corre mansamente

Com a ajuda de um órgão do Estado, Poconé conseguiu obter um sistema de abastecimento satisfatório, embora já insuficiente:

— A cidade tem poços artesianos com 200 metros e uma rede distribuidora de 30 quilômetros, que fornece água tratada. Nos bairros periféricos, entretanto, a água vem de cisternas comuns. Agora, vamos captar

água do rio Bento Gomes, pois o sistema de poços já não atende à demanda, devido ao rápido crescimento populacional. A obra já está praticamente pronta, financiada pelo BNH — conta Guido.

Município estabelecido há 205 anos, Poconé oferece vida tranquila aos seus habitantes, conforme a descreve o Prefeito.

— Não enfrentamos a violência que a televisão mostra. Somos uma sociedade patriarcal conservadora. Para policiar a cidade, há oito homens fardados e quatro policiais civis, os quais têm apenas de cuidar de algum bebado. Este ano tivemos um único assassinato. A Justiça é garantida por uma Juíza, bonita e trabalhadora, vinda de São Paulo — gaba-se Vicente Guido.

A assistência médica é oferecida através de dois postos de saúde, as crianças merecem cuidados especiais, pois a Prefeitura mantém um laboratório para exames periódicos.

Ameaça de greve garante merenda para a criança

Certamente bem poucos, pouquíssimos municípios do Brasil poderão apresentar números tão dignos: dos 250 servidores de Poconé 100 são professores. O dado revela a importância dada à Educação pelo Prefeito, o qual não mede sacrifícios para atender aos alunos:

— A Prefeitura cuida do pré e do primeiro grau, cabendo ao Estado os demais graus. Com a massificação, o ensino piorou muito, o pessoal entra na Faculdade, sai com um diploma e sem saber fazer nada. Mas isso não é apenas no Município, mas no País todo. A rede estadual tem 7500 crianças, cabendo à Prefeitura assistir 1800. Temos um Departamento de Educação, que trata da merenda escolar, cujas despesas repartimos com o Estado.

Vicente Guido diz que a "merenda" consta de almoço — arroz, carne, verduras, angu — e lanche, esclarecendo que "há greve" se a comida não é fornecida com a máxima regularidade.

— São coisas deste nosso Brasil. Se você for ao Paraná, des-
cobrirá talvez mil salas de aulas

sem alunos. Muitos dos que as abandonaram estão aqui, com seus pais. Mato Grosso cresce da noite para o dia. Conheço cidades fundadas há menos de dez anos e com 100 mil habitantes. Elas estão cheias de adultos e crianças de olhos azuis, você vai ver e tudo sulista. Aqui mesmo acontece. Eles vêm à procura de trabalho e acabam ficando definitivamente.

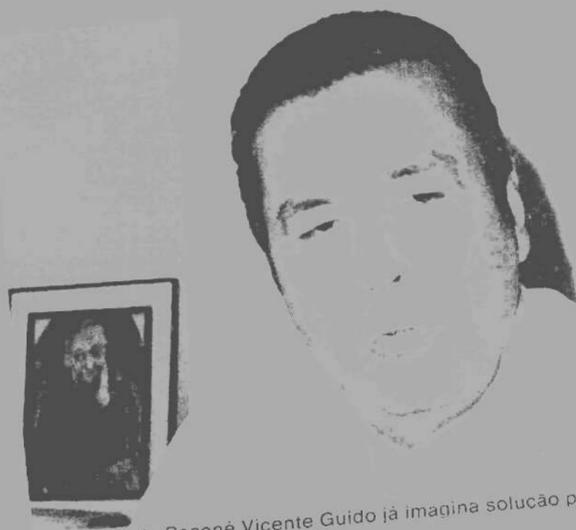
O sonho de Ulysses, o bigode de Sarney e o desejo de todos

O Prefeito não crê que a reforma tributária que ele deseja vá encontrá-lo no cargo, que ele ocupa há quatro anos:

— Esta tão esperada reforma somente se justificará se fizer justiça à célula mater, que é o município. Antes do Brasil Colônia, existiu São Vicente, no litoral paulista. Tudo o mais é ficção jurídico-burocrática: o Estado, a União. Dou um exemplo: se você jogar um ovo de um avião, ele não cai no Brasil ou em Mato Grosso, mas num município qualquer. Esta ideia, da importância do município, tem de voltar à prevalecter, para o bem de todo o Brasil, que é uma união de municípios, atropalhada pelos Estados e a União.

A esperança de Vicente Guido é a Constituinte.

— Não é possível que os Constituintes deixem seguir, como está. Os Presidentes militares levaram o Brasil a um retrocesso horrível, pelo excesso de centralização, transformando cada município no primo pobre do País. Acho que, contornada esta situação degradante, o Prefeito que me suceder poderá administrar com mais facilidade. Estas discussões políticas em Brasília têm pouco a ver com a realidade do povo, que não está interessado em saber se o Ulysses vai chegar à Presidência, se o Sarney vai raspar o bigode, se a Norte-Sul é bandalheira. O povo quer é saber se as ruas estão calçadas, se a escola ensina bem, se a merenda é farta, se há segurança pública, água nas torneiras, ruas calçadas e iluminadas. Tudo o mais é conversa fiada, politicagem dos maus-caráteres que enchem os corredores palacianos de Brasília — concluiu o Prefeito de Poconé, Justino Vicente Guido da Silva.



O Prefeito de Poconé Vicente Guido já imagina solução para brutal queda na arrecadação

Terra de sonhos, de grandezas e de problemas — assim é Poconé, com 40 mil habitantes, segundo a palavra do Prefeito Justino Vicente Guido da Silva, ou com apenas 28 mil, a prevalecerem os sempre contestados cálculos do IBGE, oficialmente atrasados de anos e convenientemente usados pela União para calcular quanto distribuir dos impostos arrecadados, a partir exatamente do número de almas de cada município.

— Reconheço que a população flutuante e grande, mas não é possível que as frentes de trabalho sejam abertas, o movimento na cidade cresce em todos os sentidos e, entra ano, sai ano, continuemos com o mesmo número de pessoas — explica Vicente Guido.

Uma frente de riquezas — assim bem pode ser definido Poconé. Para os amantes da fortuna fácil, caçadores de tesouros, o município oferece o garimpo do ouro; para os que gostam da vida perene em ao ar livre, há a criação intensiva de gado; finalmente, os amantes do trabalho da terra, podem plantar a cana — uma usina se encarrega de transformar todo o vegetal em álcool e açúcar.

— Por incrível que pareça, em termos de garimpagem temos um problema interessante: as lavras estão muito próximas da cidade, a tal ponto que em junho teremos de suspender o trabalho para a proteção do meio ambiente, que estaria sendo prejudicado no Pantanal — conta Vicente Guido, contrariado.

Como perder muito dinheiro com uma decisão importante

O Prefeito já sabe que Poconé perderá parcela importantíssima de sua arrecadação com o fechamento do garimpo, ao mesmo tempo em que enfrentará grandes problemas sociais, de solução impossível para a Municipalidade.

— A situação é a seguinte: você tem de optar entre o garimpo e o Pantanal. Tal situação vai perdurar até que se tenham métodos mais técnicos de trabalho. O garimpo emprega cerca de 5 mil pessoas, diretamente, motoristas, guardas, operadores de máquinas, gerentes. Há ainda toda sorte de gente que vive em função dos garimpeiros, como

os vendedores de comida, de todo tipo de bebidas. Até a Prefeitura fatura com o garimpo, pois a partir de seu fechamento deixaremos de arrecadar de 20 a 30 milhões de cruzados — calcula José Guido.

As perdas, entretanto, são infinitamente maiores:

— Há a questão social, com o surgimento das filas de desempregados, os pedidos de todo tipo de ajuda, famílias abandonadas. Quer dizer: a Prefeitura perde parte substancial da arrecadação e vê as despesas aumentarem. O garimpo começou em 1983, quando alguém descobriu ouro, ouro puro, foi aquela febre. Hoje, estacionou. Antes não havia lei, era cada um por si. Agora, vamos ter de parar. A proibição era inevitável — concorda o Prefeito.

Estado toma até mínimos centavos da Municipalidade

Cerca de 700 quilômetros de estradas cortam Poconé, garantindo uma permanente dor de cabeça ao Prefeito.

ARENÁPOLIS

Descontrole de Brasília prejudica os Municípios

Aos 22 anos, Alinor Luis da Silva, decidiu ingressar na vida política e sua carreira se transformou em sucessivas vitórias eleitorais: Vereador, várias vezes, cumpre agora o seu segundo mandato como Prefeito do Município de Arenópolis, Mato Grosso, sem esquecer suas atividades no comércio de garimpo e mineração.

Arenópolis, com 30 mil habitantes, tem uma produção bem diversificada na agricultura, pecuária, exploração de madeira e minério. Seu Prefeito, Alinor Luis da Silva, muito respeitado pela comunidade e um homem muito franco, diálogo aberto.

Confessa sua insatisfação com o Governo federal, que não tem fortalecido os Prefeitos.

Os Municípios, estão à beira da falência, falidos, desgraçados. E isto que o Governo, a própria Constituinte tinham que ver. E eu acredito muito pouco nesse Governo, que só fala em crise, em juros altos que ninguém suporta, em inflação galopante. O Governo não dá uma solução e quem está pagando é o povo. E o povo está desesperado. Pequenas, médias e micro-empresas estão falindo todo dia, gerando grande desemprego — afirma com revolta.

Quando ao Município, com milhares de outros, enfrenta problemas típicos de saneamento básico. A água encanada e luz elétrica, segundo Alinor Luis da Silva, "está mais ou menos, não é precária".

A grande dificuldade é o escoamento da produção, porque as máquinas para cuidar das estradas, hoje, são muito caras e o petróleo é mais caro ainda. Na Educação, vamos bem, tanto na parte do Município, como na parte do Estado. Na área de Saúde, temos apenas um hospital particular e um posto de saúde de bastante precário. E preciso que a Secretaria Estadual de Saúde ou o Ministério da Saúde



O prefeito de Arenópolis, Alinor L. da Silva, aponta a falência dos Municípios.

prestem a colaboração necessária — diz o Prefeito de Arenópolis.

MIGALHAS, NÃO

A pauta da entrevista é a esperada reforma tributária e Alinor dá a sua opinião:

— A sonhada reforma tributária virá quando os Municípios passaram a ser Municípios mesmo. Não serão mais mendigos de migalhas que recebem de Brasília. Os Municípios sobrevivem apenas do FPM — muito pequeno e desprogramado — e do ICM. Aliás, hoje, o ICM caiu bastante, pois o povo não compra, os comerciantes não vendem, porque ninguém tem dinheiro. Vamos esperar esta tão sonhada reforma tributária.

Uma das maneiras mais práticas de mudar o quadro aflitivo dos Municípios, segundo o Pre-

feito de Arenópolis, é aumentar o percentual da cota do FPM. Na ajuda emergencial do Governo federal — 6 bilhões de cruzados —, caberá ao Município, Cz\$ 1.100, dividido em duas parcelas. O prefeito comenta:

— Ajuda, mas não refresca. O Prefeito é de opinião que a União tinha que dar mais competência aos Municípios e explica que Arenópolis é um Município totalmente dedicado à mineração, contudo, não recebe qualquer tipo de imposto dessa área, pois tudo é canalizado para o Governo federal. "Se a União devolvesse esse poder aos Municípios, teríamos uma boa arrecadação", comenta.

Da mesma forma é inteiramente favorável, à presença de um representante do Município e do Estado, na hora da divisão do bolo dos impostos distribuídos pelo Governo federal, pois é importante que a Associação dos Municípios credencie uma ou duas pessoas para uma fiscalização rigorosa. Essas pessoas teriam poderes para assinar e quitar qualquer documento —, diz o Prefeito de Arenópolis.

FACILIDADES

A isenção de impostos na compra de equipamentos para conservação de estradas, é uma das maiores reivindicações dos Municípios e Alinor Luis da Silva, explica como poderia ser feito:

— Basta que o Governo tire o IPI. Basta que o Governo venda para os Municípios veículos a preços fixo. Um trator pequeno, para pagamento em cinco, oito meses, custa hoje, 5 milhões de cruzados. Não dá para se comprar.

Realista, ele conclui a entrevista:

— O futuro a Deus pertence. Se sairmos bem, podemos pensar em novo mandato, se sairmos mal, e só cruzar os braços.



O prefeito de Cáceres, Antônio Fontes, diz que administra carências

CÁCERES

Núcleo base do Noroeste mergulhado na crise do País

Passaram-se 206 anos desde o dia em que o Tenente de Dragões Antônio Pinto do Rego e Carvalho, por ordem de Luiz de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres chegou à margem oriental do Rio Paraguai, no cruzamento com a Estrada Cuiabá-Vila Bela da Santíssima Trindade. Desde então, a cidade de Cáceres passou a escrever também a história de

Mato Grosso até alcançar, atualmente, lugar de grande destaque no cenário brasileiro, em razão do seu crescimento demográfico, por sua economia e ainda pela sua elevada taxa de urbanização, sem se falar em sua importante contribuição em termos de agropecuária.

Situada no ponto de cruzamento das rodovias BRs-070, 174 e 364, a Gran-

de Cáceres é posição chave no Polonoroeste, com 36.143 km² e uma população beirando os 90 mil habitantes. O Prefeito de Cáceres, Antônio Carlos Souto Fontes, que participou do recente Seminário da Reforma Tributária promovido pelo CORREIO BRAZILIENSE, no Senado Federal, afirma que a sua cidade tem os mesmos problemas que as demais, e por isso ele defende uma reforma tributária urgente.

"Cáceres sofre a crise do desemprego e os problemas de infraestrutura", disse Antônio Carlos. "Já não é mais a mesma cidade tranqüila de outrora e administrá-la requer muito esforço e grande cooperação dos órgãos estaduais e federais. Nesse ponto, apesar do Governo do Estado vir procurando oferecer toda a assistência, através de suas Secretarias, a Prefeitura de Cáceres já tem problemas até com o pagamento dos funcionários e, por isso, achamos que a solução — não só para Cáceres mas para todos os Municípios — é a imediata reforma tributária.

Tirante os problemas de infraestrutura, desemprego, falta de recursos para se desenvolver, Cáceres só pode ser apontada como privilegiada em termos de acesso, e pelo comércio, bastante diversificado e evoluído. De qualquer forma, Cáceres se encontra, segundo o Prefeito, "em estado de expectativa quanto às anunciadas reformas, para prosseguir no seu trabalho rumo ao progresso". Mesmo porque, Cáceres, além de cidade pantaneira, é o núcleo base da Região Noroeste, se configurando como uma porta de navegação — através do Rio Paraguai e seus afluentes — com São Paulo, via Corumbá e o Prata.



O prefeito de Sete Lagoas, Marcelo de Oliveira, acha que Municípios vivem sua fase mais negra

SETE LAGOAS Centralização condensa municípios à pobreza

O prefeito de Sete Lagoas e presidente da Associação dos Prefeitos de Minas Gerais, Marcelo Vasconcelos de Oliveira, espera do Governo Federal uma preocupação maior com os Municípios que, segundo ele, "estão à beira do caos econômico e financeiro, vivendo a sua fase mais negra". Em entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE, o prefeito defendeu uma reforma tributária de emergência para que os municípios tenham pelo menos, as condições mínimas para manter o funcionalismo e dar maior atendimento às áreas de saúde e educação. Segundo ele, os municípios brasileiros estão totalmente inviabilizados e sem condição sequer de cumprir a lei e dar o galitinho salarial para seus funcionários.

Ao assumir a Prefeitura de Sete Lagoas, há quatro anos, o prefeito Marcelo Vasconcelos de Oliveira se deparou com um orçamento reduzido e destinado em 85% a folha de pagamento dos funcionários municipais. Para fazer uma administração satisfatória com os recursos que possuía, o Prefeito montou uma estrutura empresarial para a administração pública municipal. Começou

fazendo um recadastramento geral da cidade com reavaliação de todos os imóveis. Com isso, a partir do segundo ano de administração, pode contar com um aumento de mais de 1000% do Imposto Predial Territorial e Urbano — IPTU. Tais recursos foram empregados na compra de caminhões, máquinas e equipamentos, na construção de oficinas mecânicas e postos de abastecimentos para os veículos municipais e ainda na compra de uma pedreira e um areeiro.

— Nos montamos uma infraestrutura — conta o Prefeito — onde praticamente todas as obras do Município são feitas pela administração. Isso faz com que os nossos custos sejam bastante reduzidos em relação ao custo de uma obra contratada, em que as empresas têm, logicamente, os impostos a serem pagos e incluem esses gastos no custo da obra.

Segundo o prefeito Marcelo Oliveira, as obras construídas pelos municípios são menos onerosas e melhor fiscalizadas do que as realizadas pelo Governo federal. No entanto, a independência municipal depende de uma reforma tributária,

Em 24 de março passado, o prefeito de Sete Lagoas participou da marcha que os prefeitos de todo o País fizeram a Brasília para pedir ao presidente José Sarney que a participação municipal passe de 17% para 25%. De acordo com o Presidente, a Constituinte e que vai decidir esse aumento.

O prefeito Marcelo Vasconcelos de Oliveira, porém, defende a participação dos Municípios em todos os impostos federais.

— Todas as riquezas do País são geradas nos Municípios. E natural que os municípios tenham a participação global dos impostos arrecadados pelo Governo — explica o Prefeito.

O Prefeito de Sete Lagoas lembra que nos Estados Unidos os Municípios recebem 40% dos recursos que geram, enquanto o Estado recebe 40% dos impostos e o Governo Federal fica com apenas 20%. Segundo ele, no Brasil os municípios recebem somente 5% dos recursos gerados "e ainda por cima com grande defasagem".

— Só para dar um exemplo — diz Marcelo Oliveira — o Imposto Sobre Transporte Rodoviário arrecadado em 86, ainda não foi repassado para a Prefeitura.

Além de mais recursos, o Prefeito considera fundamental para a independência e fortalecimento dos Municípios a autonomia para elaboração de suas próprias legislações, como acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, onde cada cidade tem até o sistema de segurança independente. Não é contra, no entanto, a intervenção Federal ou Estadual no governo municipal em caso de corrupção ou abuso do Poder Executivo.

O prefeito de Sete Lagoas é de opinião que o Imposto Territorial Rural, a exemplo do que acontece com o Urbano (IPTU), deve ficar totalmente com o Município onde estão localizadas as propriedades, também é favorável ao pagamento de royalties aos Municípios produtores de riquezas minerais. Segundo ele, o pagamento de royalties não deve se limitar à exploração de petróleo, mas a todos os recursos minerais, como o minério de ferro explorado em Minas Gerais. Conseqüentemente, Marcelo Oliveira defende a criação do Fundo Nacional de Exaustão, para amparar os Estados e Municípios que tiverem esgotadas suas reservas minerais.

A reforma tributária, no entender do prefeito de Sete Lagoas, deve incluir ainda a transferência integral de arrecadação do Imposto Sobre Bens e Imóveis. "Se o imóvel se encontra no Município — justifica-se — não vejo proque razão o Estado teria participação na transação imobiliária".

Para um melhor controle dos gastos públicos, o prefeito é favorável a universalização dos Tribunais de Contas Municipais como órgãos de controle auxiliares das Câmaras de Vereadores. Ele explica que, nos Estados com poucos Municípios o controle das contas das Prefeituras pode ser feito satisfatoriamente, mas nos Estados com muitos municípios, como Minas Gerais, que tem 722, tal controle é muito difícil.

— As vezes — comenta — as contas de uma Prefeitura só são julgadas cinco ou 10 anos depois que o Prefeito deixou o cargo.

BOM DESPACHO

Prefeito e comunidade cooperam no progresso

— O povo tem contribuído demais para o bom andamento da minha administração, pois através dele eu sei como andam as coisas.

O prefeito de Bom Despacho, Minas, é um administrador único no panorama brasileiro, no qual os políticos somente acham que o povo não atrapalha na hora de pedir seus votos, em vésperas de eleição — no interior é tradicional a visita do "político da região", a cada quatro anos, naturalmente. Célio Luquine, entretanto, adota outra posição:

— Cada vez que alguém vem reclamar esta ou aquela providência ou criticar este ou aquele plano, posso pensar se estou acertando. Cheguei a soluções altamente elogiadas simplesmente a partir de observações que criticavam planos que já considerávamos concluídos, apenas à espera do início das obras. O povo e altamente inventivo e, quando encontra quem o escute, está sempre pronto a colaborar. Não posso queixar-me — explica o Prefeito de Bom Despacho, cidade com 45 mil habitantes e 19 mil eleitores.

ESGOTO E SAÚDE

Uma das prioridades, exigida pela comunidade, já vem sendo executada pela administração. E o saneamento básico, com a colocação de 45 mil metros de rede de esgotos. Também foram executadas obras de calçamento e asfalto, em vários bairros do município.

Preocupado com a área de saúde, o prefeito Célio Luquine estabeleceu vários convênios de assistência médica, inclusive com o Inamps, possibilitando um atendimento humano e moderno, em seus três postos de saúde, realizados por 13 médicos contratados pela prefeitura.

Na área de educação, considerada ainda um ocoço precária, o poder municipal, tem procurado dentro de seus recursos, uma maior dinamização do ensino, reformando escolas e contratando professores formados. A prefeitura distribui ainda merenda escolar.

JUSTIÇA NOS CÁLCULOS

Célio Luquine, espera que a reforma tributária, faça justiça na distribuição dos tributos, dando aos municípios condições de realizar obras. Ele explica o que espera:

— Gostáramos que a reforma tributária fosse integral, mas pela crise que atravessa o País, acho muito difícil, contudo, o critério deve ser feito. É importante considerar a extensão territorial do município e sua população. O homem, o ser hu-

mano, também não pode ser esquecido. Exemplificando, para você manter o homem trabalhando na terra, é necessário, que ele tenha um mínimo de conforto, como eletricidade, escola, atendimento médico e dentário e para manter este apoio, e certo dinheiro. E por falar em dinheiro, o prefeito de Bom Despacho queixa-se de alguns Prefeitos, que chora suas mágoas de barriga cheia.

— Tem muita gente gritando, sem necessidade, com o Município muito bem financeiramente, estradas asfaltadas, prédios luxuosos, fontes luminosas. E eles querem uma reforma tributária mais justa. E os Municípios, que sequer podem ter a sua Prefeitura em prédio próprio, pagando aluguel, sem recursos para cobrir a folha de pagamentos de seus funcionários. E isto que o Governo tem que olhar. Não quero prejudicar os Municípios ricos, mas os pobres precisam logicamente de mais recursos, mais verbas. E ate uma questão de justiça.

MAIOR PARTICIPAÇÃO

O Prefeito Célio Luquine analisa o problema do Imposto Territorial Rural. Ele acha mínima a cota destinada ao Município, e observa que os Municípios devem participar do maior volume possível, porque o terreno está dentro do Município e a grande maioria dos fazendeiros nada produz. Aliás, o Governo devia exigir maior produção, cobrar uma taxa mais alta para quem não cultiva a terra. Eu ando meia hora de carro, sem ver nada plantado, nenhuma benfeitoria na terra.

A isenção de impostos na compra de equipamentos e veículos, é uma necessidade vital para as Prefeituras e Célio Luquine cita um bom exemplo:

— Hoje, se tivesse recursos teria colocado um trator para ajudar trabalhadores, arar a terra. E uma luta muito desigual. Os colonos, os pequenos silitantes, não têm recursos para plantar, produzir. Se o Governo concedesse isenção nos impostos, poderíamos adquirir tratores, motoniveladoras, pás mecânicas. Isto facilita o escoamento da produção. E isso que eles, do Governo, tem que entender.

O Prefeito, acha que o Município deve ter autonomia para legislar sobre determinados impostos, especialmente o IPTU. Concorda que o FPM, que tem sido a salvação dos Municípios, e poderia aumentar o índice, na sua opinião, seria uma substancial ajuda para as Prefeituras mais carentes. "Muita coisa, precisa ser revista", diz o Prefeito

de Bom Despacho.

MANIFESTO

Favorável a que as empresas que exploram produtos minerais, façam ressarcimento pelos prejuízos causados aos Municípios, Célio Luquine cita o exemplo de uma grande firma de São Paulo, que desejava explorar argila refratária, para confecção de porcelana.

— O povo de Bom Despacho bloqueou as estradas com caminhões, fez passeata na cidade, em sinal de protesto e os empresários decidiram abandonar a empreitada. Não é justo que eles façam verdadeiras crateras, buracos imensos e depois partem levando as riquezas do município.

Ao presidente José Sarney, Célio Luquine tem uma palavra de fé e esperança, no combate à inflação, pois o povo está muito pessimista. Ao Governador Newton Cardoso, a solidariedade:

— Fomos companheiros de jornada. Ele é do meu partido, lutamos juntos. Sei das dificuldades que vem enfrentando greves, falta de dinheiro. Ele esteve aqui na campanha eleitoral. Conhece todos os nossos problemas e sabemos que irá nos ajudar quando melhorar a situação do Estado. A comunidade de Bom Despacho, confia no Governador Newton Cardoso.



O prefeito de Bom Despacho, Célio Luquine, acha que só com a reforma se dará um mínimo de condições ao povo

SÃO JOSÉ DOS 4 MARCOS

Erros começam com o IBGE e terminam com falta de apoio

Fazendo de um Ford/61, o carro de uma caravana, das que desbravaram o Oeste americano, Durvalino Peruchi, paulista de Tanabi, chegou às terras onde hoje se instala o Município de São José dos 4 Marcos, em Mato Grosso, encontrando pura e simplesmente mata virgem. Num arremedo de estrada, levou sete horas para percorrer 14 quilômetros que separam 4 Marcos de Mirassol Oeste, de onde partira com a família e alguns poucos bens, amealhados com seu pequeno comércio. Como nos filmes, viveram oito dias no próprio caminhão, ate que pequena choça, onde ins talou seu lar. Data de 1968 a primeira habitação da localidade. Curioso é que, a princípio, não enfrentou lances aventureiros, contra índios e malfeteiros, mas agora, só agora, dispara suas armas, através desta entrevista, em defesa da paz, do conforto e da prosperidade dos habitantes de 4 Marcos.

Segundo Peruchi, muita coisa errada começa nos números do IBGE, que, por serem defasados, impedem uma visão realista do desenvolvimento dos Municípios e Estados, como Mato Grosso, que cresce dia-a-dia. Diz o Prefeito Durvalino Peruchi:

— Proponho à Constituinte que o censo do IBGE, que é realizado de 10 em 10 anos, passe a bianual, mesmo que as custas sejam lançadas à conta dos municípios. Comunidades como a que governo ficam muito prejudicadas na visão estatística, mantidos os cálculos nas bases atuais. Senão, vejamos: em 1980, os números do censo oficial registraram 18.600 habitantes o reajuste que é feito habitualmente, reavaliou esse total para 27 mil habitantes. Mas, na realidade, São José dos 4 Marcos possui algo muito superior a isso: 40

mil habitantes. Havemos de convir que a expressão é outra, bem diferente, na realidade. E acrescenta:

— Somos um Município de produção agrícola bem diversificada (café, milho, algodão, soja, seringa), sendo que 20% de nossa capacidade produtiva são ocupados pela pecuária. E vem um protesto: temos um distrito industrial, com indústria já instalada, que não funciona, por falta de energia, de vez que a Cemal, em que pese promessas animadoras para este ano, não nos tem dado a assistência ideal. Com isso, está havendo sensível estagnação na geração de ICM, com reflexos danosos à economia municipal.

Sobre a reforma tributária, o Prefeito Durvalino Peruchi se declara envolvido na luta, desde sua posse. E nela deposita muitas esperanças:

— Venho lutando junto com outros Prefeitos, e ainda por esses dias estaremos reunidos no Rio de Janeiro. O pouco que já nos foi concedido, mesmo defasado, já deu mostra do que uma reforma representará para a vida nacional. Sem ela, muitos Municípios irão falir. Mas tenho outra sugestão para a Constituinte: 50% da arrecadação deveria ficar retida no Município gerador do tributo, pois como recebemos o repasse em dois anos, corrido pela inflação. NMeu plano de distribuição é o seguinte: 50%, para o Município, 30%, para o Estado e 20% para a União. Como não existe um tributo que não seja oriundo de um Município, estes deveriam participar de todos os tributos federais, mesmo que em escalas menores. Segundo dizem, ninguém mora no Brasil, e sim em um Município brasileiro.

Durvalino Peruchi é um dos defensores da total autonomia dos Municípios e concorda que, n

para isso, é preciso abolir a interferência da União na fixação de alíquotas e isenção de impostos municipais. Segundo ele, o Município deve ser soberano, se organizando de acordo com sua condição e competência. Acha, porém, que suas ações devem ser s e fiscalizadas por um órgão da União, que coordene uma política geral para o País.

— No caso da tributação, por exemplo — explica o Prefeito — nós somos regulados por um artigo da Constituição que não nos permite tributar da forma que o Município muitas vezes teria condição e, às vezes, necessida-

O Prefeito de São José dos 4 Marcos acha injusto os Municípios não receberem integralmente os impostos que arrecadam como o IPR e o IPVI. As Prefeituras já conseguiram ter o retorno integral do IPR, mas Durvalino Peruchi acha o cumulo da injustiça os impostos serem recolhidos pelo Município e só retornarem "quando eles bem entenderem".

— O que nós gostaríamos que acontecesse é que a retenção fosse na fonte. Ele é arrecadado aqui, então nós teríamos que repassar o que pertence à União, e não a União ter que repassar o que pertence ao Município.

Um dos grandes problemas da Prefeitura de São José dos 4 Marcos, no entanto, é a falta de recursos para sanear e, posteriormente, asfaltar a cidade e, com isso, dar ao Prefeito a possibilidade de marcar sua presença administrativa. Durvalino Peruchi explica:

— Nós não dispomos de recursos suficientes para o saneamento, que é a obra mais cara que temos na administração municipal. O Prefeito, a administração, precisa aparecer para o povo através de obras. E o



O Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Durvalino Peruchi, acha que o censo do IBGE deve ser feito a cada dois anos

que mais aparece para o povo é o asfaltamento. Agora, o Prefeito que ficar aguardando um saneamento básico, para depois aplicar asfalto, jamais consegue aparecer para sua cidade.

Para resolver esse problema social e político, o Prefeito de São José dos 4 Marcos faz um apelo ao Governo federal para que inclua nos programas de Saúde um Programa de Saneamento para cidades de médio porte. "Nós temos que deixar por menos o centro da cidade pronto — justifica o Prefeito — para que depois os sucessores prossigam a administração".

Routra questão que preocupa o administrador de São José é a segurança pública. O Prefeito está pleiteando veículos, uma cadeia pública melhor e mais policiais civis e militares. Um carro pelo menos o Prefeito sabe que tem direito a receber, embora não saiba quando, porque é uma doação do Ministério da Justiça para todos os Municípios.

Água e luz também são problemas seríssimos em 4 Marcos. E difícil, segundo o Prefeito, achar lençóis d'água no Mu-

nicipio. Só em sua administração foram abertos cinco poços artesanais, mas nenhum com vazão suficiente para suprir as necessidades da sede. "Estamos com uma defasagem de 50% de água potável", diz o Prefeito. O problema de energia elétrica está prestes a ser solucionado, com a construção de uma subestação, até o final deste ano. A falta de luz tem causado prejuízos irreparáveis para a Prefeitura que implantou e construiu um distrito industrial que não funciona, à espera de ligação energia.

A assistência que falta para o abastecimento de água e luz tem sobrado para a construção da malha rodoviária de 4 Marcos. O Município teve a sorte de ser integrado no Programa Polo Noroeste. Além de abrir muitos quilômetros de estrada, a Prefeitura tem conseguido dar condições satisfatórias, mantendo as estradas sempre desimpedidas para o tráfego e escoamento da produção da região.

Na área de Educação o Prefeito se orgulha em dizer que praticamente concluiu a meta estabelecida para a construção de

escolas. Foram complementadas obras em 44 escolas na área rural, sendo que 26 são de alvenaria e 14 são de madeira. "mas em muito boas condições", garante Durvalino Peruchi. Ele afirma que seu sucessor não precisará se preocupar em construir mais escolas no campo. Admite que na zona urbana ainda há carência de escolas mas até o final de seu mandato, ele aumentará o número delas.

No que diz respeito aos problemas de Saúde, o Prefeito não atende às necessidades da população carente. Segundo o Prefeito, na rede hospitalar privada a estrutura é boa, com dois hospitais somando 58 leitos e um terceiro, menor, em fase inicial de implantação. Entretanto, a defasagem é muito grande na área de saúde pública, já que 4 Marcos conta apenas com um Centro de Saúde na Zona urbana, e outros dois nos distritos de Santa Fé e Aparecida Bela. Mas a Prefeitura está tentando minorar as dificuldades fazendo convênio com a LBA, para a implantação de cinco minipostos de saúde no campo.



Município dedicado a produção, o Prefeito Aron Galante, de São Bernardo, mantém um bom relacionamento com o Ministro do Trabalho, Almir Pazianotto

SÃO BERNARDO DO CAMPO

Estão brincando com a reforma tributária

O Prefeito do Município paulista de São Bernardo do Campo, Aron Galante, não acredita que antes da promulgação da nova Constituição seja feita a reforma tributária no País. "Até lá eu não espero nada", diz o Prefeito, que foi mais de três vezes a Brasília. "O que houve de reforma tributária nos últimos anos não passou de uma brincadeira", afirma Aron Galante. No ano passado, ele foi recebido pelo presidente José Sarney, em Brasília. E lhe disse que "enquanto Presidente não iria mais enganar os Prefeitos do Brasil e estabelecer uma comissão para no prazo de trinta dias, apontar os parâmetros de uma reforma tributária". O Prefeito de um dos Municípios mais ricos do País, situado no industrializado ABCD paulista, garante que até hoje, não viu reforma tributária nenhuma.

Em abril, realizou-se uma reunião de Prefeitos em Brasília e Aron Galante estava lá e escutou "palavras muito duras" contra o presidente Sarney, chamando-o de mentiroso, surpreendendo-o o posicionamento de Prefeitos de todo o Brasil contra o Presidente da República.

— Tomaram uma posição muito dura e ate de uma maneira que nos deixou apalermados diante dos pronunciamentos que alguns prefeitos fizeram contra o presidente Sarney — afirma Aron Galante.

O Prefeito de São Bernardo do Campo e frequentador assíduo das reuniões dos Prefeitos do Estado de São Paulo e, por isso, garante que conhece bem a situação municipal paulista.

Os Municípios do Estado de São Paulo e que socorrem o Governo do Estado de São Paulo, Socorrem com gasolina e com álcool para as viaturas policiais. Senão estas viaturas não iam conseguir sequer circular, e muitos Municípios ainda têm que doar essas viaturas — irisa Aron Galante, relatando outros casos de exploração da mão-de-obra de servidores municipais por órgão da administração federal, nos postos do Ministério do Trabalho, não são expedidas cartérias profissionais se os funcionários não forem municipais, as juntas de alistamento militar, que são do Ministério do Exército, só funcionam à base de servidores municipais, onde a não ser o chefe e um oficial do Exército, o resto e tudo funcionário municipal e equipamento da Prefeitura, desde máquina de escrever ate o papel higiênico.

Na Secretaria Estadual de Educação, o Prefeito Aron Galante conta que tem que ceder as merendeiras, que são funcionários municipais, como única saída para garantir que as crianças irão receber diariamente a merenda escolar. Em Municípios pequenos, com um numero de funcionários da

Prefeitura que não ultrapasse 200, Aron Galante garante que mais de 25% desses servidores estão a disposição do Governo do Estado de São Paulo, desde vigilantes de escolas, até merendeiras, passando pelas professoras e até mesmo pelos toristas para carros policiais. "Nos chegamos ao absurdo de termos Municípios pequenos, com poucos funcionários, que têm mais de 25% de suas folhas de pagamento comprometidas com funcionários cedidos à administração do Governo estadual", reclama o Prefeito de São Bernardo do Campo.

PODER AOS MUNICIPIOS
O Prefeito Aron Galante é favorável a dar total poder e ampla liberdade para os Municípios elaborarem suas próprias leis orgânicas. "Nos temos o exemplo de um único Estado brasileiro que é assim: o Rio Grande do Sul. Lá, cada Município tem sua lei orgânica, e eu acho isso muito salutar", ressaltou. Ao falar sobre a questão do Fundo de Participação dos Municípios, o Prefeito ressalta que São Bernardo do Campo recebe uma cota insignificante desse fundo, em torno de apenas 3% da arrecadação no Município. "O forte da nossa arrecadação e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias ICM", que representa quase 65% da nossa arrecadação e em todos os municípios industrializados do País a porcentagem do Fundo de Participação dos Municípios é muito pequena. Nos Municípios pequenos e mesmo médios, o FPM tem uma função importante, e muitas vezes se constitui na principal fonte de renda local", esclarece o Prefeito de São Bernardo.

Ha cinquenta anos, lembra o Prefeito São Bernardo tinha uma zona rural grande e produtiva, com uma agricultura trabalhada por imigrantes italianos que vieram, no início do século, e na década de 30 começou a imigração japonesa. "Nos fazíamos parte do cinturão verde", recorda com ar saudosista o Prefeito, afirmando que, com o progresso e a industrialização, a zona rural foi praticamente eliminada. Por isso, Aron Galante não tem posição firmada sobre a questão da revisão dos critérios para lançamento de Imposto Territorial Rural, que atualmente é reduzido, devido as taxas adicionais que ficam com a União. "Hoje somos uma zona industrializada e, por isso, o prefeito de São Bernardo não é a pessoa com melhores conhecimentos para firmar uma posição sobre esse assunto", frisou.

O Prefeito de São Bernardo do Campo, Aron Galante, tem certeza de que a nova Constituição do Brasil refletirá a realidade nacional

INTERVENÇÃO NO MUNICIPIO

O Prefeito de São Bernardo acha que quando houver problemas graves de irregularidades nos Municípios, o Governo estadual tem que ter o direito de intervir, como aconteceu recentemente, em Goiânia, onde o Prefeito local foi afastado pelo Governo. "Pela atual Constituição, a intervenção no Município e feita pelo Governo estadual, enquanto ao Governo Federal cabe intervir nos Estados. Mas isso para acontecer tem que ser respaldado por provas, senão poderemos abrir um precedente muito perigoso, por onde o Governo do Estado, por questões políticas, pode querer afastar um Prefeito de uma grande cidade que seja seu inimigo, bastando invocar a Constituição estadual e fazer a intervenção", acentuou o prefeito Aron Galante.

— Eu não sou jurista mas principalmente após a Constituição de 1946, passaram a ser raríssimos os casos onde os Governos do Estado intervieram nos Municípios. Além disso, tem um item na Constituição estadual mandando o governador definir quanto tempo vai durar a intervenção e nomear o interventor. Esse ato tem que ser apreciado pela Assembleia Legislativa, no prazo máximo de cinco dias. A intervenção é limitada no tempo e o Governador ainda tem que listar as causas pelas quais ele esta intervindo — esclarece.

Na opinião do prefeito Aron Galante, uma "boa parte" do Imposto Sobre Transferência de Bens Imóveis caberia aos municípios. "Filosoficamente, eu acho que as nossas heranças deveriam ser muito mais taxadas do que elas são, pois entendo que taxaço de herança seria socialmente justa e um dos estímulos também para se fazer uma sociedade mais justa", frisou.

Uma pessoa que trabalhou a vida toda e amealhou fortuna não tem o direito de passar seus bens para o bisneto que vive nas praias da França ou nos Estados Unidos este bisneto não tem porque viver nababescamente só porque seu bisavô conseguiu amealhar fortuna — disse Aron Galante, acrescentando que que compara essa transferência de herança com o regime mandarquico, onde o poder e dado divinamente por Deus ao Rei.

Eu acho que a herança em nosso País deve ser pesadamente tributada. E uma parte desse imposto deve ficar para o Município — diz o prefeito.

Aron Galante também é a favor da isenção de impostos para a compra de equipamentos usados para a abertura e conservação de estradas vicinais.

Acho esta proposta justa, porque facilitaria a compra de máquinas que vão servir à população. Nos ainda pagamos, como qualquer Município, o famoso "compulsório" e, em todas as vezes que impetramos liminares contra esta questão, nós ganhamos. Os impostos federais encarecem os veículos destinados ao uso de Prefeituras — frisou Aron Galante, lembrando que dois terços do custo de um veículo é relativo aos impostos federais, enquanto que em produtos para exportação o Governo Federal retira o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, um imposto estadual.

GUARAPUAVA

Prefeitura pede socorro. Só assim vai sobreviver

No meio da "tormenta econômica e financeira", o Prefeito de Guarapuava, no Paraná, Nivaldo Passos Krüger, pede "socorro" àqueles que trabalham com a economia do País, para que possibilitem a sustentação do sistema. Segundo ele, o quadro econômico e "desolador" e não dá para esperar pela Constituinte para que se resolva o sistema tributário e outras coisas mais. "O povo — diz Krüger — está desesperado, não podemos prosseguir mais dois meses nessa situação. Vamos ingressar no caos e na balbúrdia".

Para dar um exemplo da situação, o Prefeito conta que seu Município vai receber este mês de ICM — Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, apenas 29% a mais em relação a igual período do ano passado. Isso representa uma perda de quase 80% diante do processo inflacionário.

Fundador do MDB, Nivaldo Passos Krüger critica hoje o seu partido que considera totalmente desfigurado diante dos problemas mais urgentes do País. Embora considere que a situação esteja chegando às raias da loucura, o Prefeito de Guarapuava tem mantido seu Município sob controle baseando sua linha de governo numa política de desenvolvimento voltada para o aproveitamento da mão-de-obra, em vez de máquinas, e estimulando pequenas propriedades, em lugar das grandes.

Antes de iniciar obras e distribuir recursos, o prefeito Nivaldo Passos Krüger, estabeleceu como meta prioritária para seu Governo, um programa de desenvolvimento do Município. Considerando as características agrícolas de Guarapuava, elaborava o Programa de Desenvolvimento Agropecuario, composto de 19 projetos, com objetivos bem definidos, entre os quais o da Erva Mate, da Fruticultura, da Ovinocultura e de Hortigranjeiros.

A filosofia desse programa e a diversificação das atividades, da criatividade, da geração de novas fontes de riqueza e da fixação de poupança e do homem, gerando bem estar e fartura.

Segundo Nivaldo Krüger, sua preocupação maior foi a de traçar uma política de desenvolvimento bem oposta ao conceito de desenvolvimento ate então vigente. Ele explica que no meio rural o conceito de desenvolvimento seguiu a linha de produção em massa, "muita máquina, pouca gente e grande produção". Em Guarapuava, o Prefeito optou por um sistema diferente, com o envolvimento de muita gente no processo produtivo, atingindo principalmente a pequena propriedade e uma grande diversificação. Com isso, invertiu o processo característico do

desenvolvimento rural nos últimos tempos que concentrando investimentos em máquinas e grandes propriedades, estimulou uma produção para a exportação que acabou provocando a escassez de terras e alimentos.

— Isso fez com que importassemos 4 milhões de toneladas de alimentos no ano passado. E, mesmo este ano, com uma safra maior, ainda teremos que importar alimentos. Para o Prefeito de Guarapuava, o sistema tributário atual serviu apenas ao Governo autoritário, que precisava ter em suas mãos o poder econômico. Mas não serve para o modelo democrático.

— O modelo democrático — diz o Prefeito — exige uma desconcentração, uma descentralização. O sistema federativo só funciona no momento em que cada ente federado tenha participação no processo de rendas.

O sistema tributário em vigor, que concentra a maior parte dos tributos nas mãos da União deixou, na opinião do prefeito Nivaldo Krüger, os Municípios depauperados. No regime autoritário, lembra Krüger, a União tem poder de tributar e os Estados e Municípios não podem sequer corrigir a situação.

— Reforma tributária — explica o Prefeito de Guarapuava — não significa apenas aumentar o fundo de participação dos Municípios. O que nós precisamos, na verdade, e fazer

com que o Município tenha participação sobre uma ampla base tributária, que e a que a União detem.

O Prefeito defende uma total reformulação no sistema tributário, criando o Imposto Sobre Valor Adicionado, para que os Municípios recebam uma parcela maior sobre tudo aquilo que é gerado nele. Nivaldo Krüger também acha que a competência da União para fixar alíquotas e isentar impostos estaduais e municipais deve ser fiscalizada pelo Poder Judiciário. "Como e que eu vou conceder vantagens sobre aquilo que não me pertence?", argumenta o Prefeito. Para ele, a União pode fazer todos os favores as custas do seu próprio erário e nenhum favor as custas do erário alheio.

A autonomia municipal para Nivaldo Krüger — ex-vereador e deputado federal, e Prefeito pela terceira vez, não vai muito além do sistema tributário. Ele acha que a elaboração das leis dos Municípios deve continuar a ser feita pela União.

Como politico experiente, o Prefeito condenou a realização de eleições repetitivas — uma a cada ano e as prorrogações de mandato. Nivaldo Krüger não vê com simpatia as propostas de políticos para prorrogação de mandatos, a fim de cometer os mandatos de Prefeitos e Governadores e reduzir os custos das eleições. Mas admite que podera considerar sua posição, dependendo da situação.



O Prefeito de Guarapuava, Nivaldo Passos Krüger, lembra que seu Município perdeu este ano 80% da sua participação no ICM

BACABAL

Tem reforma agrária para principiantes

Há duas maneiras de se ver a chamada guerra santa do Maranhão, em que Bacabal — uma cidade pequena, com casas baixas e tortas alinhadas ao longo de ruas compridas — é o palco central do conflito. A gente pode simplesmente ler os jornais e achar o noticiário bom ou mau; ou, então, procurar compreender o que se passa na região em profundidade, pela ótica de alguém que vive os problemas de perto. No primeiro caso, é como se tivéssemos visto no cinema os horrores de um naufrágio, e concluisse que "foi terrível" só pelas imagens na tela; no segundo, ouvindo uma pessoa que sobreviveu, a gente pensa duas vezes, antes de falar.

É justo isso? A prefeita de Bacabal, Raimunda Ramos Loliola — "uma mulher e tanto, que dá tudo de si para ver o povo feliz" — pensa diferente. Conforme explica:

— Na verdade, esta área do Rio Mearim em que está o centro do conflito de terras, tem sido malvista pelo resto do País, com as suas UDRs, fazendeiros, truculentos, lavradores irritados e até padres que costumam rogar pragas. A causa disso tudo é a terra. A briga entre a Igreja e fazendeiros. A área realmente está repleta de histórias de violência.

Mas nem sempre foi assim. Bacabal, com uma população estimada em 81.685 segundo o IBGE, e 105 mil habitantes pelos cálculos de Raimunda Loliola, era um município ordeiro e nunca se ouvira falar de crimes em todo o seu território de 1.609 quilômetros quadrados. A terra, porém, mexeu com a cabeça dos homens e é por isso que a prefeita Raimunda Loliola, uma voz de respeito na comunidade, se levanta para pedir "uma reforma agrária urgente, a fim de acabar com as lutas, os crimes, as desavenças e, sobretudo, com a visão distorcida sobre a região, que, no contexto global, vem dando relevante colaboração para o desenvolvimento nacional, por certo em proporção maior do que o retorno".

HISTÓRIA E GENTE

Bacabal foi elevado à categoria de Município pela Lei 932 de 17 de abril de 1920. Limita-se com os municípios de Olho D'Água das Cunhãs, São Mateus, Coroatá, Lago da Pedra, Lago do Junco, São Luís Gonzaga, Vitorino Freire e Lago Verde. Está à margem da BR-135, na entrada para Lago da Pedra, a 258 quilômetros de São Luís, a Capital do Estado do Maranhão. Produz arroz em grande quantidade, desenvolve a extração do babaçu e uma boa pecuária de corte e leiteira, favorecida, particularmente, pelas condições ecológicas da região.

A Câmara Municipal de Bacabal é composta de 15 vereadores, sob a presidência de Jocimar Alves de Souza, político de tradição, homem de profundas raízes no Município, colaborador eficiente e dos mais justos em qualquer causa liderada pela prefeita Raimunda Loliola.

A Prefeitura é composta de 5 Secretarias: Administração: Tyron Teixeira; Educação: Terézinha de J. F. Nascimento; Saúde: Ivarez Almeida; Obras: Romeu Nunes e Finanças: Suzana Ferreira.

Entre as obras realizadas na administração da prefeita Raimunda Loliola contam-se a iluminação da BR-316 que, junto com a BR-135 levam a Bacabal e demais municípios da região; Operação Tapa Buraco; Asfalto das principais ruas da cidade; Reforma em diversas praças; Construção da Praça N. S. da Conceição, Conclusão do prédio do Tiro de Guerra; Conclusão de cinco colégios, sendo 4 na zona rural e 1 na sede; Construção de grupos escolares; Reforma no prédio da delegacia do bairro de Trisidela; E construção do Centro de Saúde do bairro Alto Cururupu.



O novo Centro Escolar localizado no povoado da Vila Operária vai fornecer merenda para as crianças carentes



A Prefeita Raimunda Ramos Loliola diz que os conflitos pela terra são violentos em seu município

As principais atividades de lazer realizadas em Bacabal consistem de shows beneficentes para o Hospital do Câncer, Jogos Estudantis Bacabalenses, I Encontro da Mulher Bacabalense, Semana da Alimentação, Feira de Arte e Cultura, Encontros Pedagógicos com diretores e professores municipais, Campanha de vacinação anti-rábica, e também antipólio, coqueluche etc.

EDUCAÇÃO E A SAÍDA

Alheia às histórias de violência, "num lugar onde a violência não espanta e chega a combinar bem com a paisagem e o hábito de alguns comerciantes locais", a prefeita Raimunda Loliola segue realizando um trabalho que vem recebendo todo o apoio da comunidade e dos políticos. Sua proposta de incremento da produção e ampliação das oportunidades sociais para a população bacabalense, é muito aplaudida.

Mas há uma área em que a atuação da prefeita Raimunda Loliola mais se destaca, porque, segundo diz, lhe toca profundamente o coração, é o ensino, a educação. Ela não possui nenhum curso superior, nem mesmo é professora formada, mas faz questão que toda criança, e mesmo os adultos, aprendam a ler e escrever e, se possível, depois de cursar o 1º e o 2º graus, cheguem à universidade. "A educação é a saída para o jovem", diz. Grande amiga da ex-Secretária de Educação, Leda Tajra, hoje na Fundação Educar, a prefeita Raimunda Loliola se orgulha da construção do Complexo Educacional Leda Tajra, "prioridade em nossa administração", segundo afirma, "depois da saúde, pois não adianta muito alguém estar em plena forma física se não tem instrução para ler sequer uma carta, ou preencher uma ficha de pedido de emprego".

Segundo informações obtidas de terceiros, a Prefeitura distribui a merenda escolar e fornece todo material para o aluno, como livros, cadernos e lápis. "As

vezes, até uniformes para os mais carentes e transporte, se os alunos moram em bairros distantes, na periferia da cidade".

Bacabal terá, breve, a sua Universidade Rural. A prefeita Raimunda Loliola vem fazendo todo esforço no sentido de conseguir os recursos necessários, para isso. Em consequência dessa mudança de mentalidade administrativa, hoje, na administração de Raimunda Loliola, o município de Bacabal — "apesar da tal guerra santa entre a Igreja e fazendeiros" — experimenta uma fase de progresso nunca visto, dado o acerto dos projetos pioneiros postos em prática. Afirma-se, aliás, que muitos conflitos foram evitados a partir da adoção de medidas que, finalmente, mostraram sensibilidade para com os problemas, em particular dos pequenos agricultores. A prefeita Raimunda Loliola conta com a ajuda de sua filha, Mônica, na parte social, incluindo a distribuição de medicamentos e aviamentos de receitas para os carentes.

REFORMA AGRÁRIA

Bacabal — a prefeita reconhece — é uma cidade muito carente. "Não existem grandes indústrias. Mesmo na área da agricultura, há muito o que fazer. O pequeno agricultor não dispõe de recursos para adquirir implementos agrícolas, por mais modestos que sejam, como pás e foices para uso no roçado. Além disso, temos o problema da "guerra" entre os fazendeiros e a Igreja, que já acabou, mas deixou seqüelas profundas".

Como se recorda, o anúncio da reforma agrária serviu, em princípio para que os fazendeiros do Maranhão escolhessem a Igreja para descarregar seus ódios e temores. E os padres, muito bem organizados, quiseram resistir aos ataques. Os golpes se sucederam em intervalos cada vez mais curtos, acompanhados de assassinatos. Mata-ram o Padre Josimo Tavares e os bispos do Maranhão excomungaram o governador do Estado, seu Secretário de Segurança, e os principais dirigentes das UDRs. Na ocasião, o governador Luiz Rocha não se impressionou: "eles não têm uma procuração de Deus".

Em resposta, os padres entraram virtualmente em greve contra os poderosos, se recusando a celebrar batizados e casamentos de gente ligada às UDRs. Um dia, eles mandaram para casa, por dois dias, todos os alunos do Colégio N. S. dos Anjos, de Bacabal, frequentado sobretudo por filhos de fazendeiros. Foi um sinal de protesto pela Carta de Pedreiras — outro município na área dos conflitos.

"A briga chegou com as estradas, diz D. Pascásio Rettler, o bispo de Bacabal, a quem a UDR regional chamava de camarada, insinuando que ele

participou do esforço de guerra alemão, "que ceifou 50 milhões de vidas". D. Pascásio retruca que "com as estradas vieram os incentivos fiscais, os pecuaristas, o búfalo e o capim. Não ficou mais nada para a lavoura". Prela dos como D. Pascásio não costumam rogar pragas, mas ele quase chegou a perder a paciência. Cansado de ouvir ameaças de morte, ele repetia que vingança não se pede, pois Deus logo se encarrega da justiça.

LADO FRACO

Mais histórias ouvidas nas ruas de Bacabal. "E só tirar os padres daqui, e os problemas desaparecem", dizem alguns. O delegado regional de Bacabal, Paulo Augusto de Melo, não fala nisso abertamente, mas admite que os fazendeiros estão com a razão. Muito polido e atencioso, ele se esforça para permanecer em cima do muro, pelo menos nas aparências. "Todo mundo desaparece e os lavradores são instruídos pela Igreja sobre a melhor maneira de prestar depoimento", queixa-se. Antônio Rodrigues de Lima, 30 anos, um dos líderes da comunidade de São José da Conquista, perto de Bacabal, acha que sem os padres a guerra contra os fazendeiros poderia ser muito pior — mas, provavelmente, os lavradores já estariam dizimados.

Apesar das pomposas declarações de princípio, o fato é que pouca gente no Vale do Mearim confia nos planos de Reforma Agrária anunciados pelo Presidente Sarney. Os fazendeiros seguem pensando que serão desapropriados. Os padres são mais cautelosos e aguardam os primeiros resultados. "Se é para acreditar nas palavras do Presidente então a reforma virá sem algumas mudanças anunciadas recentemente", diz D. Pascásio.

Quanto aos trabalhadores, a opinião do velho Pedro Nico, 66 anos, um venerado catequista da comunidade de Vital Brasil, perto também de Bacabal, é das mais representativas: "Não entendo nada desse negócio de reforma, de pacote ou de projeto.



Conseguir educar todas as crianças do lugar é uma das principais metas de Raimunda Ramos

Só sei que até agora está muito fraco para o nosso lado".

REFORMA JÁ

Mas o que pensa disso tudo a prefeita Raimunda Ramos Loliola, de Bacabal, o centro do conflito?

— Na verdade, o ruralista não tem apoio — diz ela. E vai adiante: Diante de tantos exemplos como essa briga entre Igreja e fazendeiros, o certo é que o maior perdedor, como não podia deixar de ser, é a parte mais fraca, o pequeno lavrador. Dai, somos a favor de uma reforma agrária completa e imediata. As reformas do campo só serão válidas quando aumentarem a produtividade agrícola. A meta que mais interessa ao País, a degradação do solo, empobrecimento ocasionado pelas próprias colheitas, ventos, chuvas violentas ou secas, e a explosão demográfica vão fazer cada vez mais o fantasma da fome rondar o mundo.

E continuando:

— O problema não existe apenas em Bacabal, na Região do Mearim, mas no País, ou entre países. Hoje nos Estados Unidos há sobras enormes de alimentos e a fome mata na Etiópia. Dizem que a ala comunista da Igreja joga a culpa nas grandes propriedades e faz correr sangue nas fronteiras novas onde padres comunistas estrangeiros estimulam humildes desempregados a tomarem as terras dos que chegaram na frente, ergueram suas casas, formaram lavouras e criam seus animais.

Para a prefeita Raimunda Loliola, é preciso ser completamente despido de inteligência para criar o caos no país onde há mais terras sobrando e numa época em que pulverizar minifúndios é disparate. Ela reclama a presença do Incria na região, para ajudar os pequenos agricultores e cuidarem das suas terras. "Mas tem uma condição. Melhor, 3 condições: a 1ª, que venha com dinheiro; a 2ª, trazendo assistência técnica, implementos agrícolas, melhoria das estradas; e a 3ª, que o Governo Federal, através da própria reforma agrária, ou melhor, da anunciada reforma tributária, dê meios aos prefeitos de facilitarem a educação e a saúde dos seus municípios. Sem isso, reforma agrária não passa de potoca", frisa Raimunda Loliola. Esclarecendo que "a reforma agrária que se faz em Bacabal é de principiantes".

IPTU

Um outro problema enfrentado pela Prefeitura de Bacabal reside na cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano — IPTU. A arrecadação é das mais baixas de toda a região, se comparada às de municípios como Imperatriz, Celândia e Caxias. Durante encontro de prefeitos realizado recentemente, o assunto foi levado à consideração da Secretaria de Finanças e o pessoal do Serpro se comprometeu de realizar um levantamento total das residências, casas comerciais, mercados, indústrias de Bacabal, para orientação da Prefeitura. Se isso realmente acontecer, a Prefeitura vai aumentar as suas rendas. E se a reforma tributária vier com a urgência com que se faz necessária, será a grande alavanca para o salto de Bacabal. Ai, sim, exulta a prefeita, "com a recuperação financeira do município promoveremos melhores serviços de limpeza, conservação e

implantação de bueiros, além de priorizar as ações de prevenções de doenças, com a criação de unidades de saúde em todos os bairros e nas áreas periféricas".

SOLUÇÕES URGENTES

Com absoluta noção dos problemas que afligem Bacabal, Raimunda Loliola diz que um município como o que administra, na faixa de mais de 100 mil habitantes, deveria receber do Fundo de Participação dos Municípios — FPM, uma variação de 60 a 80%. Mas não chega a isso. Já o próprio IPTU é um imposto de difícil arbitramento, situação que ocorre porque os prefeitos das pequenas comunidades convivem muito de perto com seus moradores, e nunca conseguem chegar perto do imposto real, que deve ser cobrado de acordo com o valor venal do imóvel. "Trata-se de um tributo direto difícil de ser arrecadado para um prefeito que quer manter a sua popularidade". Assinala Raimunda Loliola que as prefeituras nem sempre dispõem de elementos suficientes para avaliar o valor de mercado do imóvel que pretende tributar.

AMIZADES

Raimunda Ramos Loliola sempre foi pessoa benquista na região. Companheira de longos anos do prefeito e médico Francisco Coelho Dias, ela sempre encontrou no amigo e parceiro o incentivo que a fez alcançar o posto onde hoje se encontra. "Um desafio, em Bacabal, não por sermos mulher, porém devido às próprias dificuldades e às lutas políticas que tivemos de enfrentar, concorrendo com "inimigos" capazes e astutos", diz Raimunda. Ela também goza de estima e conceito do Dr. Juarez Almeida, o prefeito que sucedeu a Coelho Dias, "um exemplo de capacidade e liderança que, certamente, será o nosso sucessor na Prefeitura, nas próximas eleições, explica Raimunda Loliola.

POETA

Raimunda Ramos Loliola também é poeta e cronista. Sempre nas grandes datas, principalmente aquelas relacionadas ao sentimento filial, escreve "alguma coisa" para os jornais de Bacabal. No Dia das Mães, Raimunda Loliola escreveu a seguinte crônica, demonstrando todo o seu amor e carinho pelas mães do mundo.

"Dez de maio, dia nosso. Dedicado a todas as mães sem distinção de classe, de religião ou raça. Dia que de maneira especial uma mãe maior destaca: Maria, mãe de Jesus. Nossa mãe, que nos inspira, encorajando-nos, ensinando-nos a cada dia que passa, tornando a mulher mais segura na longa e espinhosa estrada dessa vida tão conturbada. As vezes, enfrentamos terríveis tormentas, duras opressões e somos impiedosamente injustiçadas. Ai, buscamos e encontramos o seu possante escudo que é o símbolo da paz.

Para nós, é grande legado, através de seu exemplo de humildade, paciência e abnegação. E com a força do sentimento e da fé, nós, mães, mais esclarecidas, nos unimos numa forte corrente de orações suplicando a Maria Santíssima para que interceda junto ao seu filho Jesus chuvas de bênçãos a cada manhã.

Mãe que amou, gerou e foi injustiçada. Mãe carente que deu luz ao filho desejado e, sem fraldas para envolvê-lo, aconchegou-o ao peito; acalentou-o e o aqueceu poupando-o do frio e da dor. Mãe, que mesmo sem alimento amamentou e nutriu. Mãe que incompreendida na mesquinhez do filho independente é maltratada, agredida e rejeitada. Mãe que na solidão sofre a indiferença e é indiscriminada. Mães que em desconfortáveis leitos de hospitais, desassistidas, agonizam esperando a hora derradeira. Mães que por traz das grades das penitenciárias são esquecidas, ignoradas e que, simplesmente, desejam o olhar de ternura e um sorriso de paz, um beijo de gratidão e um abraço reconhecido".



A Prefeita está sempre fazendo constantes visitas às áreas mais pobres da cidade

XANXERÊ

Mais trabalho e menos impostos, para evitar o empobrecimento

Para o Prefeito do Município de Xanxerê, Doílio Moschetta, a reforma tributária não é a solução dos problemas municipalistas. Doílio Moschetta, filho de agricultor, carpinteiro e empresário — que faz questão de dizer que não é político — teme que a reforma tributária, tão desejada pelo Poder Público, represente um aumento de impostos e, conseqüentemente, maior empobrecimento da população.

Mais importante que a reforma tributária, na opinião do Prefeito de Xanxerê, é o "enxugamento" e a "agilização" da máquina administrativa federal, e mais trabalho da oarte de todos. Ele é contra os que defendem a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, argumentando que a maioria das pessoas só trabalham 20 horas. Além disso, lembra distorções salariais como a dos vereadores que ganham Cz\$ 30 mil para participarem de quatro ou seis reuniões mensais, enquanto um operário da Prefeitura recebe Cz\$ 3.500 por mês para trabalhar 48 horas semanais.

O prefeito de Xanxerê se orgulha em administrar o maior dos 116 Municípios de Santa Catarina pertencentes ao PDS. Para ele, ainda é o melhor partido, mas está sendo prejudicado porque foi o partido que deu sustentação

ao Governo Militar. Doílio Moschetta observa, porém, que o PDS como oarido de sustentação do Governo se saiu melhor do que a Aliança Democrática.

Segundo o Prefeito, tem sido difícil administrar um Município de 45 mil habitantes. A rede hospitalar da cidade é boa, mas o serviço público é muito deficitário. Doílio Moschetta disse que o Governo Federal anuncia a distribuição gratuita de remédios da farmácia básica e, no entanto, isso só acontece para os Municípios com menos de 20 mil habitantes. Quanto à construção e manutenção de estradas, assim como de outras obras públicas, além da cidade estar atravessando problemas por causa dos últimos dois meses de temporada de chuvas, a Prefeitura sofre com o alto custo das máquinas e combustíveis.

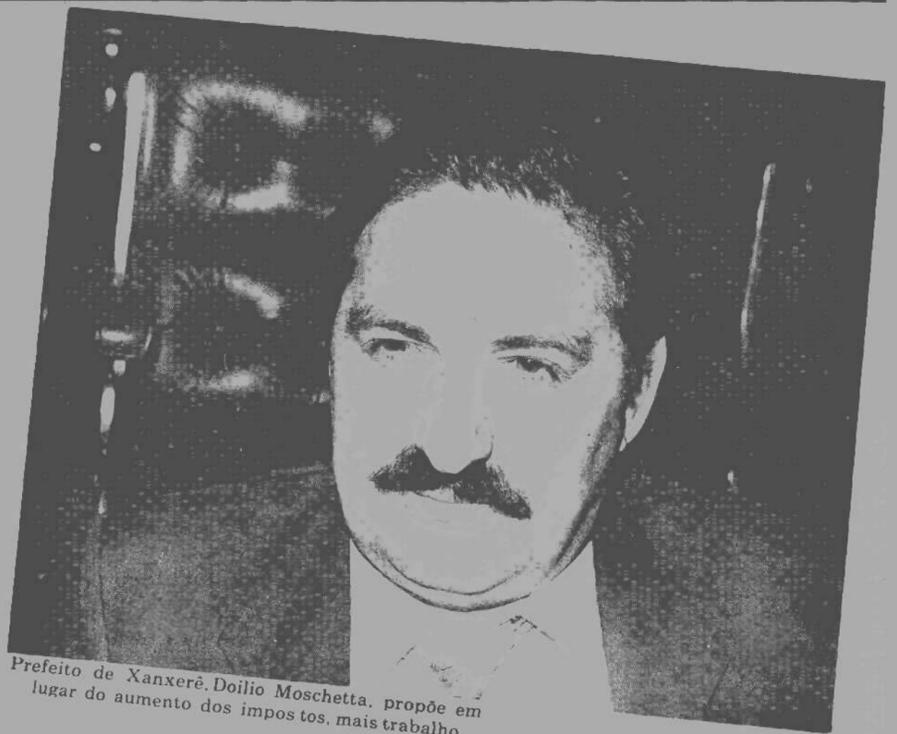
Mesmo com as dificuldades, o Prefeito está construindo um centro administrativo com 2 mil metros quadrados, canalizando o rio que passa pela cidade e terminando as obras de um campo de futebol com arquibancadas de concreto. Também comprou a usina de asfalto e está fazendo, com mais economia, todo o asfaltamento da cidade. A Prefeitura de Xanxerê tem quatro médicos contratados para o

atendimento público, mas o Prefeito faz questão de ressaltar que na sua administração todas as áreas são prioritárias.

Como todos os prefeitos, Doílio Moschetta acha que uma reforma tributária se faz urgente, embora não considere uma coisa fácil de se realizar. Em sua opinião, a reforma não pode, de maneira alguma, resultar em aumento de impostos à população.

— Principalmente o Sul do País não aguenta mais a taxação de impostos, explica o prefeito. Os Estados do Sul estão empobrecendo, porque estão cansados de trabalhar para o resto do País. Eu vejo por mim que pago muito impostos e recebo muito pouco de retorno. A coisa tende a piorar, porque nossos Estados não estão podendo nem pagar a folha de pagamento dos funcionários.

Uma reforma tributária, na opinião do Prefeito de Xanxerê, teria não apenas que dar uma participação aos Municípios em todos os tributos arrecadados, mas também aumentar a parcela de participação. Doílio Moschetta defende, por exemplo, um aumento de 17% para 30% nas parcelas de IPI e Imposto de Renda e outros tributos repassados para os Municípios, sendo essa divisão proporcional à arrecadação de cada região.



Prefeito de Xanxerê, Doílio Moschetta, propõe em lugar do aumento dos impostos, mais trabalho

— O que acontece é que nós, aqui no Sul, não recebemos nem 3% dos impostos que recolhemos. Nós dividimos com todo o País e regiões que não recolhem nada.

De acordo com o Prefeito, não é só o repasse da arrecadação tributária o responsável pelo empobrecimento dos Municípios. Ele condena a falta de isenção das Prefeituras nos impostos para aquisição de veículos e reclama principalmente dos altos salários dos vereadores.

— A nossa Prefeitura gasta mais de Cz\$ 400 mil por mês para pagamento dos vereadores. Os vereadores não têm um trabalho fixo, numa Câmara. Eles ganham Cz\$ 30 mil por mês para fazer seis sessões por mês. Eu acho isso um absurdo e acho natural a revolta que um operador de máquina da Prefeitura sente, porque ele trabalha 48 horas por semana para ganhar Cz\$ 3.500 por mês.

Para que os Municípios tenham maior autonomia, o Prefeito concorda com os que defendem o fim da interferência da União na taxação de alíquotas e isenção de impostos. Doílio Moschetta lembra que essa interferência tem um bom exemplo no programa de microempresas. Segundo ele, muitas empresas médias se dividiram em duas, três pequenas empresas para ficarem isentas de impostos.

O Prefeito de Xanxerê acha que os governos municipais deveriam ser melhor informados sobre como é feita a divisão dos recursos que lhes são repassados. Ele quer entender — por exemplo — porque os aumentos são de 50%, ao invés de 80%. Diante disso, é favorável a participação de um representante municipal no cálculo e na partilha dos recursos junto ao Governo Federal.

Para Doílio Moschetta, entretanto, a situação econômica do País não depende apenas de uma reforma tributária. O Prefeito acha que o fa-

cto do Poder Público não estar conseguindo sobreviver e ansiar por uma reforma tributária pode significar mais impostos para a população. Na opinião do Prefeito do PDS a solução para a crise e enxugar a máquina do Governo federal, agilizar-la e fazer o País trabalhar mais.

— Para mim só tem uma maneira para ajeitar o País: é mais trabalho. Não acredito em outra coisa. Os sindicatos lutam por uma semana de 40 horas, mas a maioria não trabalha nem 20 horas. Nós precisaríamos trabalhar 60 horas semanais. Ai sim eu acredito numa melhoria. Não adianta taxar mais, os impostos só vão empobrecer a população, para dar mais aos Municípios. O Governo tem que dar mais aos Municípios, mas tem que exigir mais trabalho de todos.

Como homem ligado ao campo, o Prefeito de Xanxerê coloca como uma das questões prioritárias do País e para os Constituintes a reforma agrária.

A GRANDE FAMÍLIA

Para explicar a importância da reforma tributária, o prefeito Luis Amaral, deu um exemplo prático:

— Nós temos uma família em que o chefe tem uma renda mensal de Cz\$ 3 mil, a filha servente ganha Cz\$ 1.600, outra filha me-rendeira, mais Cz\$ 1.600 e a mulher produz qualquer coisa, lava e ganha mais Cz\$ 1.000. Todo o dinheiro vai pra mão desse cidadão. Se ele cometer um erro tático no investimento desse dinheiro, toda sua família vai sofrer as conseqüências. Se por exemplo, ele estabelece como projeto a compra de um sítio para passar o fim de semana e passa a investir. Um dia, se arrepende, não pode mais recuar e passa a pegar dinheiro a juros. Vai ser o Caos. E prossegue em seu raciocínio.

— Da mesma forma, quando o dinheiro de uma Nação vai diretamente para uma só mão, ou para um grupo pequeno que detém o direito de dirigir esse dinheiro, se houver um erro no projeto, toda Nação paga a conseqüência desse desatino e assim tem sido com a construção da Ferrovia de Aço, Carajás, Angra I. A Ferrovia de Aço foi um fracasso que até hoje pagamos. O dinheiro precisa ser bem empregado, bem administrado — afirma.

O Prefeito de Barra Mansa, queixa-se da demora no repasse das verbas que o município tem direito, a inflação galopante que reduz a capacidade de aquisição e acha que se Governo Federal abrisse mão de 2% e o Estado de 1% das arrecadações geradas pelos municípios, a situação melhoraria bastante, podendo as prefeituras investir em obras ou fornecer uma merenda escolar mais forte aos alunos carentes, muitos dos quais vão as escolas apenas para se alimentarem.

Luis Amaral é favorável à presença de um representante de Município e do Estado, na elaboração dos cálculos de verbas destinados aos municípios, com isso, se evitaria mil outras interpretações e discussões. Lembra que dos atuais governadores, 15 ou 16 foram prefeitos de cidades de interior e capital e portanto conhecem todas as dificuldades da máquina administrativa do governo, sabendo conseqüentemente das soluções para contornar o problema que estran-gula os municípios.

— O grande mal do País é a distribuição de renda. E uma família, onde só um tem o direito de gastar o que foi produzido por todos. Estamos até hoje, pagando os juros da Ferrovia do Aço, uma obra, que é uma vergonha.

MUNIZ FREIRE

O Município não tem verbas nem para o cemitério

A maior luta do prefeito Renato Crispim Aguiar (PSD) é a construção de um cemitério no Município de Muniz Freire, Espírito Santo, já que não dispõe de verba e nem de área. Muniz Freire, simpática cidade, com 642 km², tem 6 mil habitantes, que se dedicam à cafeicultura.

Renato Crispim Aguiar começou sua atividade política em 1966, como candidato à Assembleia Legislativa, pelo MDB. Em 1976, pela Arena, concorreu à Prefeitura e, em 1982, foi eleito com ótima votação pelo PDS. Quando terminar o mandato, pretende abandonar a carreira política.

O Prefeito de Muniz Freire confessa suas dificuldades para executar qualquer grande obra, por falta total de recursos, e cita um dado concreto na arrecadação. O Município teria que receber 2 milhões de cruzados mensais. Contudo, a verba que chega às suas mãos não ultrapassa Cz\$ 1,1 milhão, ficando um déficit orçamentário em torno de Cz\$ 900 mil.

E exatamente por isso que vê com muita esperança a reforma tributária, válvula de escape de todos os Municípios, estrangulados por uma receita mínima e com muitas contas a pagar.

— Espero que possamos receber aquilo que realmente é destinado ao Município. E importante, contudo, que esse dinheiro não fique retido muito tempo com o Estado ou a União, pois do contrário chega desvalorizado, sem o seu valor real — explica Renato Crispim Aguiar.

A intervenção do Estado ou da União, nos Municípios, é vista com naturalidade pelo Prefeito de Muniz Freire:

— A intervenção, desde que comprovada a corrupção

ou qualquer coisa que fere a nossa Constituição, deve ser penalizada com a intervenção do Governo estadual ou federal. Seja quem for, não procedendo direito em seu mandato, deve ser cassado. Não pode haver abuso de poder — comenta Renato Crispim.

MAIS VERBAS

A partilha dos tributos da maneira que é feita, não agrada aos Prefeitos, principalmente aqueles que têm pouca arrecadação. O prefeito Renato Crispim acha que deveria aumentar o índice do Fundo de Participação dos Municípios — FPM — e o IP-BI e o ICM deveriam ser canalizados integralmente para o Município. Outro imposto muito comentado é o ITR — Imposto Territorial Rural — e o Prefeito de Muniz Freire faz sua crítica, das mais justas, pois "uma parte vai para a sindical, outra para o Incri e a menor fatia é dada ao Município. Não tem sentido. Somos nós que damos toda cobertura de estradas, pontes, bueiros. A estrutura é nossa. E preciso mais justiça na distribuição dos tributos.

O Prefeito de Muniz Freire é de opinião que as Prefeituras deveriam gozar de isenção de impostos, na compra de equipamentos e veículos para conservação de estradas, que possibilitam o escoamento de toda produção.

Renato Crispim confessa-se em débito com a educação no Município, é necessário uma melhoria no ensino, as próprias escolas estão em situação precária. Somente, agora, a Prefeitura teve condições de contratar professoras, realmente, formadas. A área de saúde é razoável, dispondo Muniz Freire, de 4 médicos, 1 assistente social e 15 atendentes. Nos quatro Dis-



O Prefeito de Muniz Freire, Renato Crispim Aguiar, luta contra o atraso no repasse de verbas municipais

tritos do Município funcionam postos de saúde e na sede um hospital garante em convênio com a Santa Casa de Misericórdia, atendimento dia e noite.

Um dos problemas mais sérios que vem desafiando o Prefeito é construção de um cemitério na cidade. A Prefeitura não tem área, nem dinheiro para aquisição de uma grande faixa de terra. Renato Crispim está tentando, também, a transferência de um campo de futebol para lugar mais distante, aproveitando o local para a construção de casas populares. Agora, já em adiantado ritmo de construção, vem sendo erguido um ginásio com quadra de esporte, com capacidade para 1.500 pessoas.

— Estamos tocando a obra por nossa conta. Até agora a única ajuda que recebemos foi do ex-governador Gerson Camata, que nos ofereceu 100 mil cruzados — explica o Prefeito. E a conversa chega ao fim, com um desabafo, uma queixa:

— E bom que venha a reforma tributária, pois já não mais suportamos ir constantemente a Brasília, paramendigar aos donos do poder, aquilo que temos direito, que é nosso.



O Prefeito de Barra Mansa, Luis Amaral, acha que um erro do Poder central, na distribuição de verbas, compromete todo o País

BARRA MANSA

Centralização é a raiz de todos os problemas do Brasil

Político dos mais atuantes, o professor e advogado Luis Amaral há quase cinco anos dirige os destinos do Município de Barra Mansa, hoje com uma população estimada em 200 mil habitantes. Sua trajetória na vida pública, começou praticamente muito cedo, quando se filiou como membro do diretório, do antigo PTN, semente para apoiar seus companheiros de partida. Já na Arena, época do bipartidarismo, foi eleito para prefeito para um mandato-tampão de dois anos. Em 1982, novamente, foi eleito para prefeito.

Confiante em seu trabalho e em seu futuro político Luis Amaral confessa que não tem vontade de participar de cargos legislativos, já que seu projeto é voltado para cargos executivos e não descarta a possibilidade de voltar a se candidatar a prefeito e quem sabe a vice ou a governador.

Barra Mansa, já foi uma das maiores regiões agro-pecuária,

com uma bacia leiteira das mais importantes do Estado. Hoje, com o advento da era industrial, tem instalado no município, grandes empresas, como a Cia. Metalúrgica Barbara — exporta para o Irã, Iraque —, White Martins, nestlé — derivados de leite —, Siderúrgica Barra Mansa e fábrica de explosivos, que dão muita força na arrecadação do município.

Luis Amaral, Prefeito querido por toda comunidade, fala com carinho e orgulho dos filhos da terra que alcançaram grande fama, como Jair da Rosa Pinto, o Jajá de Barra Mansa, que brilhou em vários clubes e na Seleção Brasileira. Joãozinho, Orlando, Coronel, todos por coincidência com passagem no C.R. Vasco da Gama. Lembra, a figura séria e respeitável da Juíza Maria Helena Palegrinetti e de Washington Luis, que promotor na cidade, alcançou a Presidência da República.

DUQUE DE CAXIAS

Falta de verba acarreta caos social e quem sofre é o povo

Com quase 1 milhão de habitantes, Duque de Caxias, é um dos municípios mais conhecidos do Brasil, verdadeiro parque industrial, que muito vem contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado de Rio de Janeiro. Símbolo de violência no passado, quando criou um verdadeiro mito — Tenório Cavalcanti, o homem da capa-preta, hoje, Duque de Caxias se destaca por seu progresso e capacidade industrial.

Filho da terra, o Prefeito Juberlan de Barros Oliveira — PDT — começou sua carreira política, em 1976, como vereador e durante três anos esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação. Eleito Deputado Estadual — 11º mais votado do município e o 2º no Estado —, Juberlan se destacou pelo seu amor à causa pública, sem combate à corrupção, seu desejo maior de minorar os problemas das famílias mais carentes.

E assim disposto a acabar com o continuísmo que imperava no município, onde um grupo de homens há mais de 40 anos mantinha-se no poder, Juberlan de Barros Oliveira — PDT —, com uma equipe de abnegados assessores passou a percorrer todos os bairros, conhecendo seus problemas, obtendo informações e subsídios para uma proposta de governo. Foi uma luta difícil, catimbanda, mas com a abertura das urnas, a certeza que tinha sido compreendido pelo povo caxiense. Era o Prefeito de seu município, satisfação em poder servir aos seus conterrâneos.

O prefeito Juberlan lembra que Duque de Caxias, na Baixada Fluminense tem muitas áreas abaixo de nível do mar e muitos problemas entre os quais, os causados pelos canais e rios que cortam o município, procedentes dos municípios de Nova Iguaçu, Nilópolis e São João de Meriti.

A partir da década de 50, o município passou a receber grandes levadas de retirantes do Norte e Nordeste, em busca de melhor vida e seduzidos por proposta de trabalho. Ocorreu a inevitável explosão populacional e hoje em seus quatro distritos, Duque de Caxias, tem 1 milhão de habitantes. A proximidade com o centro comercial do Rio — fica distante apenas 15/20 minutos — muito contribuiu para esse fenômeno.

TEM TUDO

Quem mora em Duque de Caxias não precisa se deslocar do município para afeturar qualquer tipo de compra, já que a cidade dispõe de movimentado comércio, shoppings, rede bancária e centros de diversões — vários clubes sociais, cinemas, ginásio com campo de futebol e teatro.

O bairro 25 de Agosto é um dos mais luxuosos da cidade e onde fica situada a Prefeitura Municipal, a 59ª Delegacia Policial e o Fórum. A Praça Roberto da Silveira, muito bem conservada é bastante procurada por estudantes e casais de namorados. Mas, nem tudo são flores, como reconhece o prefeito Juberlan de Barros Oliveira. Há muitas áreas carentes. Milhares de pessoas morando miseravelmente em favelas, onde falta toda estrutura básica de saneamento. A municipalidade procura minimizar o problema, realizando pequenas obras, mas para que outros projetos pudessem ser viabilizados, esbarra no problema crucial: a falta de recursos.

Duque de Caxias, tem um parque industrial bem desenvolvido, com muitas fábricas, indústrias metalúrgicas e a Refinaria de Duque de Caxias, da Petrobrás. Aliás, a refinaria tem causado grandes problemas ao prefeito, já que polui todo o município e causa consideráveis estragos aos distritos de Campos Elísios e Jardim Primavera.

CRITÉRIO POLÍTICO

Os royalties distribuídos pela Petrobrás aos municípios, segundo o prefeito Juberlan de Barros Oliveira, não foi feito em termos técnicos, como realmente deveria ser e sim, em termos políticos.

— O dinheiro dos royalties, não dá para se fazer um quilômetro de saneamento básico e precisamos de mais de 500 quilômetros. E uma quantia irrisória. Aliás não recebemos ainda a primeira parcela.

A falta de recursos, fantasma que persegue os municípios, conduz a conversa para a reforma tributária e o prefeito de Duque de Caxias tem a sua opinião formada.

— A reforma tributária só vai sur-

gir quando todos prefeitos se conscientizarem que precisam pressionar de forma direta todos os deputados e senadores. A população também deve ser chamada a colaborar e cobrar dos constituintes. Há municípios que estão falidos. Em reuniões que temos participado com outros prefeitos temos tomado conhecimento de coisas fantásticas, têm prefeituras inteiramente sem dinheiro que não sabem como suportar as folhas de pagamento e impossibilitadas de qualquer outro investimento, não podem sequer fazer uma pequena obra.

Juberlan tem bala na agulha e dispara suas razões e motivos

— O Presidente José Sarney prometeu há mais de um ano agilizar a reforma tributária e encaminhou o problema ao Ministro de Desenvolvimento Urbano. Estamos esperando até agora. E preciso agir com rapidez. Todos devem estar organizados e mobilizados para sensibilizar o governo, os constituintes. A reforma tributária é a porta de salvação dos municípios, explica o prefeito de Duque de Caxias.

VIOLENCIAS

Juberlan de Barros Oliveira, clama pela reforma agrária e de sua efetivação. Cita como exemplo imensas áreas do 4º Distrito, de propriedade da União. São milhares de pessoas que sofrem toda sorte de dificuldades, criadas pela burocracia e que não conseguem pagar impostos e taxas de suas terras. Os grileiros chegam, expulsam, espancam e tomam a terra. O próprio agricultor, o camponês, não tem como se fixar na terra para poder manter o sustento de sua família e melhorar a própria condição do município.

VERBAS

O Prefeito de Duque de Caxias, defende a participação dos municípios, em todos os impostos arrecadados pelo Governo Federal e justifica com muita propriedade seu ponto de vista.

— Tudo é com o município. Saneamento, iluminação, educação, saúde, segurança, calçamento de ruas. Os problemas existentes em todas as cidades não são levados ao Governo do Estado e nem ao Governo Federal. O povo bate à porta das prefeituras. A comunidade está ali presente, exigindo, cobrando. O Governo Federal fica com a parte do leão na arrecadação e os municípios com uma parcela muito pequena. Quando você realiza obras em nível municipal, tem a medição real do custo. Não há subsídios, burocracia, a obra é barata. A comunidade exige obras prioritárias e não obras faraônicas. Os municípios precisam participar de maneira mais efetiva das arrecadações.

O prefeito de Duque de Caxias é favorável à rigorosa fiscalização e que o chamado Tribunal de Contas justifique-se nas cidades de porte médio, com mais de 1 milhão de habitantes. Facilita muito o trabalho do administrador. — O Tribunal de Contas não pode ficar atrelado ao poder executivo municipal. Teria que ser um Tribunal independente, com pessoas ligadas à área jurídica, que não tivesse qualquer ligação com o executivo, bem como o próprio legislativo municipal, para que tenha a maior independência possível.

Muito se fala na criação de novos Estados e Juberlan mostra-se radicalmente contra, já que em sua opinião não trará qualquer benefício. Explica: Quando você tem uma miséria e divide a miséria por dois. Você tem miséria duas vezes. Quando você cria, outro Estado, na realidade está criando outra estrutura, pesada, carregada e que durante muito tempo o governo federal terá que



Prefeito Juberlan de Barros Oliveira (PDT) garante que os royalties do petróleo foram distribuídos em termos políticos e não técnicos

investir. A Nação inteira fica financiando estes novos Estados, diz o prefeito.

TRIÂNGULO DAS BERMUDAS

É comentário geral entre os políticos que Brasília é o verdadeiro Triângulo das Bermudas, cheio de mistérios. Juberlan Oliveira, prefere outra colocação: — É a Ilha da Fantasia. Quem está em Brasília parece viver em outro país. Ninguém sabe o valor real da nossa dívida externa. Quanto gastamos, onde gastamos e se gastamos. Depois da implantação do Plano Cruzado, o Brasil importou arroz e carne estragada. Acabaram com o que restava de nossas divisas cambiais. E preciso uma auditoria para avaliar profundamente a nossa dívida externa.

É desejo de todos os prefeitos que o Governo conceda isenção do imposto — IPI, por exemplo, quando da compra pela municipalidade de equipamentos necessários para a conservação de estradas — como tratores, pás — mecânicas, motoniveladoras, caminhões. Juberlan, concorda e pede mais. — A isenção deve ser concedida também para a aquisição de unidades hospitalares, construção de escolas. É fundamental. E um trabalho social de maior relevância para atender a população. Esta medida facilitaria bastante o trabalho dos prefeitos, afirma.

Outro problema, bastante sério, é o repasse de verbas, que muitas vezes ocorre com grande atraso. Juberlan pede mais agilização para que o dinheiro seja liberado o mais rápido possível. Quando o Governo atrasa, não tem correção e nem juros. O dinheiro se desvaloriza, mas as Prefeituras são obrigadas a pagar tudo, juros, correção. Ocorre também discrepâncias na distribuição dos impostos a nível estadual e federal. E preciso que se tenha um representante nosso para acompanhar a divisão do bolo.

PRONTO-SOCORRO

É como conseguem sobreviver os municípios sem recursos. Existe fórmula capaz de tocar o barco sem dinheiro? O Prefeito de Duque de Caxias dá a sua receita, muitas vezes posta em prática em seu município.

— Se administra como se fosse um pronto-socorro. Na base de emergência. Obras somente prioritárias. Estamos administrando basicamente problemas. E preciso combater o excessos de funcionários. Nós reduzimos o nosso quadro. Estamos cuidando da área social do município, saneamento básico, educação, saúde. É uma fase difícil, ainda mais com os sucessivos gatilhos sa-

lariais. E não temos como repassar os impostos para a comunidade e também nem é justo, diz Juberlan.

A CRISE

A indagação se torna necessária. Como é conviver com a crise do atual governo. A resposta do prefeito de Duque de Caxias é imediata.

— É difícil. Nunca tínhamos observado dentro da história do país, uma situação tão caótica. O Presidente não tem exercido na plenitude a sua função. Quando observamos algumas medidas que são tomadas num dia e no dia seguinte as medidas são tomadas de forma diferente, quando observamos uma demagogia, um populismo desenfreado, para que a população seja enganada, ludibriada, nós ficamos apavorados. Hoje, a inflação está a 20%, 25%, amanhã, pode chegar a 30%, 40% de inflação. Não sabemos para onde o país está indo e pelos cálculos que temos aí, nós vamos chegar ao 1000% de inflação, se não forem tomadas medidas sérias e uma das medidas sérias, seria a contenção de déficit público. O governo não tem poder moral, hoje, para conter isso de forma efetiva, fala Juberlan, mostrando-se muito preocupado com o rumo do barco chamado Brasil.

Há proposta para a reeleição dos Prefeitos e uma concordância quase geral, justificada com um argumento irrefutável. Os administradores, reeleitos poderiam dar prosseguimento as suas obras. O prefeito de Duque de Caxias opina. É fundamental, muito válido. E melhor a reeleição, do que a continuação. É muito justo, que os Prefeitos cujas contas não fossem aprovadas ficassem impossibilitados de se candidatarem. E preciso normas rígidas neste sentido.

Juberlan fala do encontro que manteve com o Governador Moreira Franco. Diálogo franco e honesto, sem subterfúgios. Falou da necessidade do saneamento básico da Baixada Fluminense. Solicitou que ele prosseguisse com as obras dos Cipês em Duque de Caxias, a necessidade de mais desenvolvimento da região industrial e finalmente, que fossem cumpridas todas as promessas do governo.

DEVEM PAGAR

Outro problema grave que afeta os municípios, é o prejuízo causado por indústrias minerais, metalúrgicas e petrolíferas, até mesmo provocando poluição ambiental. Juberlan Oliveira, acha que o município deve ser ressarcido, as empresas ou instituições têm de pagar esse tipo de dano.

— A Petrobrás, por exemplo vem causando sérios transtornos aos moradores do 4º Distrito, localizados no Jardim Primavera e Campos Elísios. Eles industrializam vários derivados de petróleo. E na hora da divisão dos royalties, sem qualquer critério técnico, eles repartem as fatias, na base do critério político. Não é justo, não é certo.

Juberlan lembra a necessidade de uma melhora no Fundo de Participação dos Municípios. — Isto é fundamental para a sobrevivência dos municípios. Estamos cansados de viver com o pires na mão, como vem ocorrendo nos últimos anos, em nosso país. Sem dinheiro, não dá para resolver os problemas.

É o prefeito de Duque de Caxias, volta a lembrar a necessidade da reforma tributária. — Ela deve ser

ampla, geral e irrestrita. E preciso que os Prefeitos façam bastante pressão em cima dos Deputados e Senadores. Se necessário, um acampamento cívico, no Congresso. Mantenho sempre contatos e reuniões com os Prefeitos, principalmente da minha região e todos estão desesperados com a falta de condições para administrar seus municípios. Só a reforma tributária poderá nos salvar.

PARTIDO FORTE

A eleição de Juberlan não surpreendeu seus amigos, principalmente seus eleitores, que confiavam na força eleitoral do PDT. Nosso partido vai muito bem. É um partido de massa. Em vários momentos tem demonstrado garra, uma determinação muito grande. É um partido vivo, com uma liderança jovem. Quando candidato, procuramos conhecer as dificuldades e problemas da população, principalmente nas áreas mais carentes e temos dentro do possível, com os recursos disponíveis, procurado construir obras prioritárias.

Juberlan fala do futuro e acha que uma das propostas que deve ser levada aos constituintes, é o tempo de propaganda nos meios de comunicação, que deve ser igual para todos. Não se justifica, explica, o que aconteceu nas últimas eleições, quando alguns candidatos tinham até 50 minutos para falar e expor suas propostas e outros menos afortunados apenas dois minutos e muitos até menos tempo. — É preciso, importante mesmo que o nosso País respire a democracia na plenitude e é fundamental eleições diretas, o mais rápido possível —, explica

A CIDADE

Duque de Caxias tem duas rodovias, uma delas onde funciona um shopping center que possui centenas de lojas e até mesmo movimentada churrascaria. E muito intenso o seu setor de transportes, com ônibus se deslocando a todo momento para o centro do Rio e até mesmo para estados vizinhos.

No bairro da Taquara, funciona o bonito museu Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do Exército, que nasceu no município. Seus moradores, também falam com carinho e orgulho, do saudoso artista Jararaca, que durante tantos anos fez dupla com Ratinho e foi o autor da música-hino, Cidade Maravilhosa. Jararaca, nunca abandonou Duque de Caxias, onde acabou sendo enterrado.

Tenório Cavalcante, que criou o mito do homem da capa-preta, foi também uma figura polêmica do município. Amado e odiado, criou em torno de si, verdadeiras lendas. Foi o criador do Jornal Luta Democrática, que durante muitos anos circulou em Duque de Caxias.

Aliás, a grande proximidade com o Rio, talvez seja o motivo de Duque de Caxias, não possuir imprensa forte — com jornais diários e estações de rádio, já que o grande público tem acesso logo nas primeiras horas da manhã, aos jornais editados no Rio.

A entrevista vai chegando ao fim e Juberlan de Barros Oliveira, faz questão de destacar a fibra do povo caxiense, ordeiro e trabalhador, que muito tem contribuído com seu trabalho para o desenvolvimento econômico e social do município de Duque de Caxias.

“A reforma tributária só vai surgir quando houver pressão direta em cima de Senadores e de Deputados”